

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CATHIANI MARA BELLÉ

HOMEM LIVRE E INDIVÍDUO SOBERANO: A RECEPÇÃO DE NIETZSCHE DA
MORAL KANTIANA

CURITIBA

2025

CATHIANI MARA BELLÉ

HOMEM LIVRE E INDIVÍDUO SOBERANO: A RECEPÇÃO DE NIETZSCHE DA
MORAL KANTIANA

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do
título de Doutora em Filosofia ao Programa de Pós-
Graduação em Filosofia, no Setor de Ciências Humanas,
na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Orientador: Prof^o. Dr^o. Antonio Edmilson Paschoal

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Bellé, Cathiani Mara

Homem livre e indivíduo soberano: a recepção de Nietzsche da moral Kantiana. / Cathiani Mara Bellé – Curitiba, 2025. 1 recurso on-line : PDF.

Tese – (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Orientador: Prof. Dr. Antonio Edmilson Paschoal.

1. Nietzsche, Friedrich Wilhelm, 1844-1900. 2. Ética. 3. Liberdade - filosofia. 4. Autonomia (Filosofia). I. Paschoal, Antonio Edmilson, 1963-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO FILOSOFIA -
40001016039P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de CATHIANI MARA BELLÉ, intitulada: **HOMEM LIVRE E INDIVÍDUO SOBERANO: A RECEPÇÃO DE NIETZSCHE DA MORAL KANTIANA**, sob orientação do Prof. Dr. ANTONIO EDMILSON PASCHOAL, que após terem inquirido a autora e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Junho de 2025.

Assinatura Eletrônica
30/06/2025 21:40:10.0
ANTONIO EDMILSON PASCHOAL
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
02/07/2025 14:52:00.0
FERNANDO COSTA MATTOS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC)

Assinatura Eletrônica
02/07/2025 15:13:05.0
GIORGIA CECCHINATO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Assinatura Eletrônica
02/07/2025 13:59:19.0
MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
30/06/2025 17:19:44.0
DIANA CHAO DECOCK
Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Em memória do professor Dr. Vinícius Berlins de Figueiredo, que faleceu prematuramente no ano de 2025, antes da conclusão deste trabalho. Registro aqui minha profunda gratidão por sua orientação ao longo dos anos em que estivemos juntos na pesquisa, por sua paciência singular e pela contribuição na construção deste estudo. Agradeço pelo conhecimento compartilhado e pelas valiosas contribuições nos aspectos que exigiam rigor acadêmico e reflexão crítica. Deixo, nestas linhas, não apenas meu reconhecimento a ele como orientador, mas também como docente, cuja presença tive o privilégio de acompanhar ao longo da minha trajetória acadêmica na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ao professor Dr. Antonio Edmilson Paschoal, expresso minha gratidão pela acolhida e pela aceitação da mudança de orientação. Agradeço pela empatia e pela confiança depositada, que me permitiram dar continuidade e concluir o presente trabalho.

Aos membros da banca de qualificação, professora Dra. Maria Isabel Limongi e professor Dr. Antonio Edmilson Paschoal, que, com suas contribuições perspicazes e reflexivas, enriqueceram o texto, proporcionando uma visão mais robusta e salutar sobre os temas abordados.

Aos homens da minha vida, meu companheiro Emerson Czachorowski e meu filho Eduardo Bellé Czachorowski, pelo apoio incondicional. Pela capacidade de transformar desafios em momentos de provocação e superação, convertendo obstáculos em razões para seguir em frente, com carinho e um humor único que só eles são capazes de proporcionar.

Aos amigos Luciana Gabriel Casagrande, Rafael Chiesorin, Ana Paula Dias da Silva Rigoti, Fábio Henrique Rigoti, Deborah Regina Gomes e Bruno Washington de Oliveira, que estiveram presentes ao longo desses anos e, tanto nos momentos difíceis quanto nas boas risadas, sempre manifestaram sua parceria, tornando-se parte importante da trajetória que possibilitou a construção deste trabalho.

RESUMO

Nietzsche estabelece um diálogo com Kant no perpassar de seus escritos que ora se aproxima, ora se afasta da moral. É com o objetivo de identificar nesses movimentos um processo de intersecção comum entre as filosofias que a pesquisa remete à estrutura de edificação de dois conceitos fundamentais. O homem livre e o indivíduo soberano representam, em Kant e Nietzsche, respectivamente, o desenhar de uma estrutura de argumentação moral. A partir deles, a relação com o valorar apresenta aspectos que denotam, em Kant, a afirmação da lei e, em Nietzsche, a crítica à essa lei. É na hipótese de reconhecer nesses conceitos a identificação de uma ação autônoma que a pesquisa circunscreve a moral como o critério de validação ou de refutação da liberdade.

Palavras-chave: Moral; Homem Livre; Indivíduo Soberano; Autonomia; Liberdade.

ABSTRACT

Nietzsche establishes a dialog with Kant in the course of their writings that sometimes approaches and sometimes moves away from morality. Aiming to build a structure involving two fundamental concepts, it's necessary identifying in those dialogues a movements process of common intersection between two philosophers: the free man concept's and the sovereign individual in Kant's thinking, and the design of a moral argument structure, in Nietzsche's thinking. Aiming to build a structure involving two fundamental concepts, it's necessary identifying in those dialogues a movements process of common intersection between two philosophers: the free man concept's and the sovereign individual in Kant's thinking, and the design of a moral argument structure, in Nietzsche's thinking. It is in the hypothesis of recognizing in these concepts the identification of an autonomous action that researchers circumscribes morality as the criterion for validating or refuting freedom.

Keywords: Morality; Free Man; Sovereign Individual; Autonomy; Freedom.

SISTEMA DE ABREVIATURAS DAS OBRAS DE IMMANUEL KANT

As referências dos escritos de Immanuel Kant serão utilizadas no presente trabalho de acordo com as edições disponíveis em português e de acordo com a edição da Academia, disponível no site www.korpora.org/kant/verzeichnisse-gesamt.html.

A citação será realizada da seguinte maneira: primeiramente vem o nome do autor, seguido da abreviação do nome da obra em alemão e o número da página da edição em português, ou seja: KANT, GMS, p. 196. Com exceção da Crítica da Razão Pura (KrV) que obedecerá a sua forma convencional de referência correspondente à primeira “A” e segunda “B” edição.

Os trechos citados baseiam-se em traduções para o português, quando havia traduções disponíveis. As traduções utilizadas podem ser consultadas na bibliografia. As abreviaturas das obras estão discriminadas a abaixo:

KrV – *Kritik der reinen Vernunft*– Crítica da razão pura (A 1781, B 1789) MAN – *Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften* – Princípios metafísicos da ciência da natureza (1786) (AA IV).

GMS – *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* – Fundamentação da Metafísica dos Costumes (1785) (AA IV).

MS – *Die Metaphysik der Sitten* – Metafísica dos Costumes (1787) (AA VI).

KpV – *Kritik der praktischen Vernunft*– Crítica da Razão Prática (1788) (AA V).

WE - *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* – Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento? (Aufklärung) (1784).

CB - *Mutmaßlicher Anfang der Menschengeschichte* – Começo Conjectural da História Humana (1786).

KdU – *Kritik der Urteilskraft* – Crítica da Faculdade de Julgar (1790) (AA V).

SISTEMA DE ABREVIATURAS DAS OBRAS DE FRIEDRICH NIETZSCHE

As referências dos escritos de Friedrich Nietzsche serão utilizadas no presente trabalho de acordo com as edições disponíveis em português e de acordo com as instruções dos Cadernos Nietzsche, do Grupo de Estudos Nietzsche no Brasil.

A citação será realizada da seguinte maneira: primeiramente vem o nome do autor, seguido da abreviação do nome da obra em português, do texto, quando aplicável, e do parágrafo corresponde, ou seja: NIEZTSCHÉ. NT, §1.

Os trechos citados baseiam-se em traduções para o português, quando havia traduções disponíveis. As traduções utilizadas podem ser consultadas na bibliografia. As abreviaturas das obras estão discriminadas a abaixo:

GT/NT - *Die Geburt der Tragödie* - O Nascimento da Tragédia.

MA/HH - *Menschliches, Allzumenschliches* – Humano, Demasiado Humano I.

M/A – *Morgenröte* – Aurora.

FW/GC - *Die fröhliche Wissenschaft* - A Gaia Ciência.

Za/ZA - *Also sprach Zarathustra* - Assim Falou Zaratustra.

JGB/ABM - *Jenseits von Gut und Böse* - Além de Bem e Mal.

GM/GM - *Zur Genealogie der Moral* – Para a Genealogia da Moral.

GD/CI - *Götzen-Dämmerung* – O Crepúsculo dos Ídolos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A RECEPÇÃO DE KANT POR NIETZSCHE E SUAS IMPLICAÇÕES NO DEBATE MORAL	18
1.1. AS LEITURAS NIETZSCHIANAS SOBRE KANT: O PAPEL DO FILÓSOFO NA OBRA DE NIETZSCHE.....	19
1.2. A FORMATAÇÃO DA POSTURA CRÍTICA EM NIETZSCHE: OS PAPÉIS DA MORALIDADE EM SUA FILOSOFIA.....	30
2. A FILOSOFIA PRÁTICA KANTIANA E A RECEPTIVIDADE DE NIETZSCHE	37
2.1. A FILOSOFIA PRÁTICA KANTIANA: A ELABORAÇÃO DOS JUÍZOS SINTÉTICOS <i>A PRIORI</i>	38
2.2. O AFASTAMENTO NIETZSCHIANO DE KANT: AS INQUIETAÇÕES SOBRE A MORALIDADE	42
2.3. AS LEITURAS NIETZSCHIANAS DA MORAL: A CRÍTICA À TRADIÇÃO	47
3. UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE AS FILOSOFIAS DE IMMANUEL KANT E FRIEDRICH NIETZSCHE	53
3.1. A VALIDADE MORAL EM KANT E NIETZSCHE: CONTRAPONTO E APROXIMAÇÕES	54
3.2. A FILOSOFIA PRÁTICA DE KANT E O FUNDAMENTO DA LEI MORAL	60
3.2.1. O Homem Livre Kantiano	64
3.3. A FILOSOFIA CRÍTICA DE NIETZSCHE COMO DESCONSTRUÇÃO DA MORAL TRADICIONAL	70
3.3.1. O Indivíduo Soberano Nietzscheano	73
4. ENTRE A RAZÃO E OS INSTINTOS: LIBERDADE E VONTADE NA DEFINIÇÃO DA MORALIDADE	81
4.1. O PAPEL DA LIBERDADE NO DIÁLOGO ENTRE AS FILOSOFIAS DE KANT E NIETZSCHE	82
4.2. A MANIFESTAÇÃO DOS INSTINTOS COMO EXPRESSÃO DA VONTADE EM NIETZSCHE	88

4.3.	A ARTICULAÇÃO ENTRE ESPÍRITO LIVRE E INDIVÍDUO SOBERANO NO PROCESSO DE “GRANDE LIBERAÇÃO” EM NIETZSCHE	96
4.4.	A DEMARCAÇÃO DE UMA NOVA VISÃO DE LIBERDADE: A AUTOSSUPERAÇÃO DA MORAL	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é investigar o caminho argumentativo traçado por Immanuel Kant¹ e Friedrich Nietzsche² em suas filosofias, especialmente a forma como eles interpretam a moral. Nesse ínterim, o propósito é diagnosticar a existência de um movimento de construção heterogênea que ora aproxima, ora afasta os filósofos, representando um processo característico e semelhante na estrutura argumentativa formulada por cada um deles³. Partindo da ideia de que há uma aproximação entre os filósofos na forma como trabalham a noção de moralidade na construção de seus conceitos, o estudo destaca esse processo com um elo de demarcação presente em cada uma das filosofias. Uma argumentação que se faz em torno de conceitos que representam figuras que irão ratificar os entendimentos de Kant e de Nietzsche sobre a moral e que passam a assumir o papel de conceitos-chave no interior deste estudo.

O exercício argumentativo para a demarcação dos conceitos de homem livre e de indivíduo soberano é apresentado como o ponto necessário ao diálogo entre as filosofias de Kant e Nietzsche, respectivamente. É com base na formulação deles que os filósofos passam a delinear suas interpretações para validar uma teoria moral ou uma crítica à moral. A aparente dicotomia presente na construção dos conceitos entre o racional e o instintivo desencadeia a investigação em torno das possibilidades de compreender o que é o valorar, de como a ideia de valor é interpretada na execução de uma ação. Assim, para desenvolver uma análise adequada em torno do lugar que a moral ocupa em cada uma das filosofias é preciso acompanhar os argumentos constituintes dos conceitos de homem livre e de indivíduo soberano. Para tanto, o trabalho almeja desenvolver a compreensão do que é a moral em ambas as filosofias, ou, como aborda Antônio Marques, observar como Kant avalia as condições de possibilidade da experiência em conceitos *a priori* e, distintamente, como Nietzsche avalia o uso desses conceitos⁴.

Considerando os caminhos apontados por Marques sobre a forma como Nietzsche se dispõe a receptionar conceitos tão caros à filosofia de Kant para questionar em que medida

¹Königsberg, 22 de abril de 1724 - Königsberg, 12 de fevereiro de 1804.

²Röcken, Reino da Prússia, 15 de outubro de 1844 - Weimar, Império Alemão, 25 de agosto de 1900.

³ Em Kant a ideia está atrelada à própria constituição humana, no debate entre razão e sensibilidade para compreender como elas se “relacionam no processo motivacional da vontade” (SOUZA. 2009, p. 93). Em Nietzsche está relacionada a uma noção de desfazimento dos preceitos vãos que a moralidade impõe aos indivíduos para um “longo processo de libertação” (MARTON. 2006, p.62).

⁴“Quando, dum ponto de vista kantiano, me interrogo acerca das condições de possibilidade da experiência e encontro certos conceitos que respondem a essa pergunta (a causalidade, a substância, a possibilidade, a existência, etc,...), é ao mesmo tempo ao caráter objetivo dos conceitos *a priori* que me refiro. A Nietzsche, no entanto, interessa a interrogação sobre aquele sujeito que assim valoriza a causalidade, ou, por outras palavras, a pergunta: que vontade é essa que em mim valoriza assim certos conceitos?” (MARQUES. 2003, p.65).

eles, de fato, são capazes de atuar, apresenta-se à investigação sobre a moral como o pilar de leitura necessário à identificação do homem livre e do indivíduo soberano. Essa premissa delineadora rege a formulação de cada um desses conceitos sobre os quais os filósofos desenvolvem seus argumentos acerca da possibilidade de existência de uma ação autônoma, ou seja, a relação estabelecida com a moral passa a ser o critério necessário para a validação ou refutação de uma forma de liberdade – no interior das possibilidades de interpretação de cada filósofo. Tanto o homem livre quanto o indivíduo soberano são reveladores de um tipo característico que, em Kant, consolida-se na ideia de que a razão possui a capacidade de reconhecer nas preposições morais a legitimidade de uma ação livre e que, em Nietzsche, abarca na transposição desses valores morais o reconhecimento de uma manifestação capaz de ensejar uma releitura do que é o livre e o próprio valorar. Seguindo os horizontes de interpretação de Werner Stegmaier, a ideia de autonomia em Kant está vinculada à capacidade de se dar leis a si mesmo e considerá-las como um fim; enquanto, em Nietzsche, ela passa a ser entendida como a capacidade de responder de maneira diversa ao que essas leis esperam⁵.

No texto, o diálogo traçado entre as filosofias de Kant e Nietzsche inscreve-se no fim último da moral e na heterogeneidade como ela interage com outros conceitos importantes no desenhar de suas obras. É justamente na singularidade dessas leituras que propomos ser possível descrever o movimento de formulação de conceitos capazes de demonstrar a existência de uma autonomia, aos moldes de um e de outro. Para Márcio José Silveira Lima, Nietzsche dialoga com a filosofia kantiana tanto para apropriar-se de seus pressupostos e erigir novos alicerces quanto para a demarcação da sua postura crítica à própria ideia da filosofia crítica kantiana⁶.

O trabalho explora, assim, uma leitura das filosofias de Kant e Nietzsche a partir da questão da moralidade, compreendida aqui como eixo central na constituição das figuras do homem livre, em Kant, e do indivíduo soberano, em Nietzsche. A investigação parte do pressuposto de que, embora profundamente distintos em seus fundamentos, ambos os filósofos constroem tais conceitos em um movimento duplo de aproximação e afastamento da moral. Kant, ao reformular a moralidade com base na autonomia da razão prática, rompe com o heterônomo e institui o dever como expressão da liberdade; Nietzsche, por sua vez, ao empreender uma crítica genealógica da moral, denuncia seu caráter repressivo e historicamente condicionado, propondo uma libertação criadora que culmina na figura do indivíduo soberano. É precisamente nesse jogo de tensão entre assimilação e reinterpretação da moral que se delineia a ideia central deste estudo, ou seja, a possibilidade de apresentar a liberdade como conceito

⁵ STEGMAIER. 1994, p.138. Tradução de Antonio Edmilson Paschoal.

⁶ LIMA. 2013, p.369.

compartilhado, ainda que divergente em Kant - como realização racional da lei moral – e em Nietzsche, como a transformação dessa mesma lei, como uma estrutura afirmativa da vida.

Desse modo, observamos que a aproximação nietzschiana de Kant é fundamental para a formulação da sua crítica posterior. Todavia, apontar como a sistematicidade kantiana é recepcionada no método nietzschiano de refutação à própria moral requer cuidado. Em Fernando Costa Mattos, o “método fundamental de Nietzsche consistiu sempre numa simples inversão do ponto de vista tradicional”⁷, mas é na busca por esse ponto de vista diverso que Nietzsche pode reproduzir os critérios de verificação kantianos. Nesse contexto, o estudo explora como, mais do que abarcar o diálogo entre filosofias com propósitos distintos, trata-se de compreender como Kant estrutura a definição do homem livre a partir de uma origem racional e, de maneira distinta, como Nietzsche reinterpreta a sistematicidade kantiana para argumentar a favor da existência de um jogo entre instintos, aspecto que compõe os elementos explorados na construção do conceito de indivíduo soberano.

Kant busca justificar a origem das ações em uma razão voltada para um fim, para uma teleologia racional da existência humana. Para o filósofo, é a razão humana que busca compreender o universo em sua totalidade, investigando os princípios e limites do conhecimento no interior das possibilidades da razão humana. Distintamente, em Nietzsche, há a refutação do dualismo e o reconhecimento dos impulsos da própria natureza humana. Nietzsche apresenta uma forma diversa de refletir sobre a natureza e o humano, não na busca por verdades absolutas, mas na perspectiva de que existem interpretações que refletem vontades e valores distintos.

A pesquisa não pretende conciliar as duas filosofias, uma vez que o objetivo não é sobrepor uma à outra. Pelo contrário, utilizando das palavras de Oswaldo Giacoia Junior, estamos “plenamente cientes das diferenças incontornáveis entre os modelos teóricos de Kant e de Nietzsche, tanto aquelas que dizem respeito às inspirações fundamentais, quanto às de conteúdo e de forma”⁸. O ponto é reconhecer a moral como a base característica e necessária ao processo de formulação dos conceitos de homem livre e de indivíduo soberano ao longo da trajetória filosófica de Kant e Nietzsche, e o papel desses conceitos no desenvolvimento argumentativo de cada uma das teorias.

A moral é condição para a construção da autonomia? Ela é a expressão de uma vontade orientada pela razão? Ou seria a manifestação do embate entre os instintos que torna possível reconhecer a plenitude da natureza humana? A noção de autonomia surge como um critério

⁷ MATTOS. 2013, p.33.

⁸ GIACOIA JUNIOR. 2012, p.277.

para a existência do homem livre e do indivíduo soberano, mas é necessário investigar em que medida e de que forma ela se relaciona com esses conceitos na relação que ambos estabelecem com a moralidade. Nesse contexto, o estudo parte do pressuposto de que não é possível desvendar a noção de autonomia sem inseri-la em um debate com a moral, seja como um limite racional que expressa a dualidade humana e possibilita sua realização, seja como a refutação desse limite e a dissociação desse dualismo.

A análise da filosofia kantiana compreende, especificamente, a sua fase crítica (1781 – 1800) e a extensão de seus argumentos no desenrolar do pensamento metafísico e racionalista. Em Nietzsche, a pesquisa acolhe como norte condutor da investigação as indagações presentes na obra *Genealogia da Moral* (1887) e analisa as vivências originadas pela sociedade do costume e a assimilação destas pelos indivíduos, retrocedendo, conforme indicações do próprio filósofo, até a obra *Humano, demasiado humano* (1878).

Seguindo a leitura de diferentes intérpretes das filosofias kantiana e nietzschiana, iremos apresentá-los tanto para discorrer sobre aspectos específicos de uma ou de outra filosofia, quanto para sublinhar entendimentos acerca da própria relação entre essas filosofias, a depender da pertinência do assunto em investigação. Acolhemos, especialmente, as interpretações de autores como Ricardo Bazilio Dalla Vecchia, Antônio Marques e Fernando Costa Mattos, que propõem uma releitura nietzschiana da filosofia kantiana. Uma releitura cujo objetivo é colocar em discussão a busca pela universalidade racional presente na tradição para projetar novas formas de interpretar os valores e estabelecer a relação com o mundo. Nesse processo de reinterpretação, consideramos fundamental manter o foco no significado da natureza no interior da filosofia nietzschiana, conforme apresentado por Scarlett Marton, Werner Stegmaier e Brian Leiter, ao abordarem a interpretação naturalista do pensamento de Nietzsche — notadamente aquele que se expressa na própria fisiologia do corpo e que, também, inviabiliza a compreensão da escolha em termos de uma consciência racional.

A partir da recepção que Nietzsche faz de Kant, o presente trabalho explora a possibilidade de diálogo entre essas filosofias, com base na investigação de um processo que caracteriza a edificação dos conceitos de homem livre e de indivíduo soberano no interior de cada delas, respectivamente. Notadamente, compreendemos esse processo como um movimento de construção dos próprios conceitos, como eles se aproximam ou se afastam da moral em ambas as filosofias. Assim, para validar a existência desse elo de demarcação em

cada uma das filosofias, é necessário compreender os critérios de interpretação que Kant e Nietzsche estabelecem com a moralidade e como ela se justifica como fundamental para os critérios de construção do próprio texto. Para tanto, estruturamos o trabalho em quatro capítulos, com o objetivo de apresentar os pontos de investigação e argumentação. Cada capítulo foi organizado de modo a contextualizar uma sequência de ideias que pretendemos explorar, a fim de justificar por que optamos por trabalhar os conceitos de homem livre e de indivíduo soberano como figuras que permitem aproximar as filosofias de Kant e Nietzsche e por que eles precisam ser investigados no interior da questão moral.

A divisão dos capítulos elucida a organização das etapas do estudo, compostas, especialmente, pela relação que os filósofos estabelecem com conceitos-chave. Esses conceitos são apresentados tanto para a compreensão de suas definições quanto pela relação que estabelecem entre si, a saber: consciência, autonomia, livre-arbítrio e liberdade. Assim, são expostos progressivamente, com o objetivo de delinear o caminho percorrido pelas filosofias e, também, de forma contextualizada, para explicar as ideias centrais do trabalho até o desenrolar de suas considerações finais.

O trabalho vale-se de uma metodologia que abrange tanto uma análise temática e conceitual quanto uma abordagem comparativa. A análise temática tem como objetivo analisar e interpretar o significado da moralidade no interior das filosofias de Kant e Nietzsche, como cada um deles se relaciona com ela e, especificamente, como Nietzsche interpreta a teoria prática kantiana e desenvolve sua crítica tanto à moral enquanto pretensão universal quanto à sua premissa definidora dos valores. Essa contraposição entre as filosofias requer também uma análise conceitual para compreender suas definições e implicações para cada filósofo, e, na sequência, apresentar as possibilidades de comparação entre elas, como se relacionam e como são utilizadas em diferentes contextos. Isso porque os elementos definidores dos conceitos em Kant não são os mesmos de Nietzsche e, além disso, para este último, a própria ideia de conceito não se apresenta de forma fixa e imutável.

A partir do exame de conceitos, buscamos relacionar e aprofundar o entendimento de cada uma das filosofias, a fim de traçar as possibilidades de aproximação e afastamento entre Kant e Nietzsche. Para melhor desenvolver as ideias, os capítulos serão voltados para apresentar momentos de discussão que relacionam as ideias comparativas entre os filósofos e, também, para explorar os conceitos centrais que corroboram e sintetizam os principais objetivos do trabalho.

O primeiro capítulo apresenta alguns dos principais pontos da recepção da filosofia kantiana realizada por Nietzsche e a forma como este acaba por traçar momentos de

aproximação e afastamento de Kant ao longo da elaboração dos seus escritos. Apresenta, ainda, alguns pontos de recepção do debate entre as filosofias de Kant e Nietzsche na leitura de seus comentadores, notadamente sobre a forma como Nietzsche utiliza da teoria kantiana para desenvolver a sua própria teoria crítica.

O segundo capítulo aborda a receptividade de Nietzsche em relação à filosofia prática kantiana, destacando a construção da validade moral como lei universal na obra de Kant e o modo como Nietzsche inicia sua abordagem crítica ao filósofo. Nesse momento, busca-se compreender como Nietzsche interpreta a formulação dos juízos sintéticos *a priori* por Kant como uma limitação à realização plena do ser humano, especialmente ao evidenciar como tais restrições se sustentam sob a pretensão de universalidade da moralidade. Essa crítica se manifesta, notadamente, em sua leitura da tradição moral e dos valores que a constituem.

O terceiro capítulo analisa como os filósofos desenvolvem suas leituras para assumirem uma posição sobre a moral. Em Kant, há uma razão que orienta a ação *a priori* e que o realizar dessa ação de forma genuína permite reconhecer o homem livre. Diversamente, em Nietzsche, há a apreensão de distintas vivências como instintos, incluindo a própria razão, e isso é o que permite transpor valores e reconhecer um indivíduo soberano. Assim, o texto passa a ser delineado a partir da: (i) posição que os filósofos assumem sobre a moral; (ii) análise da forma como os filósofos compreendem o tema da liberdade no âmbito de suas concepções de moral, a partir das figuras do homem livre, em Kant, e do indivíduo soberano, em Nietzsche.

Por fim, o quarto capítulo apresenta o questionamento do dualismo entre razão e instintos, examinando como essa tensão é acolhida por cada filósofo na construção de suas respectivas noções de liberdade. Discorreremos, em especial, sobre a crítica de Nietzsche à razão e a forma como ele compreende os instintos como expressão de uma vontade de poder. Para elucidar esse caminho de ruptura com o dualismo e explorar como o filósofo trabalha a própria compreensão de natureza, traçamos uma abordagem comparativa entre o espírito livre e o indivíduo soberano, com o objetivo de delinear uma possível interpretação da liberdade em Nietzsche, marcadamente voltada à compreensão do processo de liberação no interior da sua filosofia. Encerramos o capítulo discutindo a postura de inversão nietzschiana em relação a Kant, demonstrando como Nietzsche delineia sua crítica à moral tradicional sem, contudo, negar a possibilidade de uma moral fundada em novos pilares de valoração, especialmente ao expressar suas ideias de autossupressão moral e transvaloração dos valores.

Deste modo, a pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre as filosofias de Kant e Nietzsche, pois, embora elas representem duas abordagens distintas sobre a moralidade, fundamentadas em princípios e naturezas diversas, essas filosofias oferecem uma relação

significativa para compreender os contrastes que possibilitam uma visão mais profunda das bases e das implicações dos sistemas que moldam a vida humana. Através dessa análise comparativa, busca-se não apenas entender as divergências, mas também explorar como cada filósofo constrói suas concepções de moralidade e como suas ideias continuam a influenciar o pensamento contemporâneo.

1. A RECEPÇÃO DE KANT POR NIETZSCHE E SUAS IMPLICAÇÕES NO DEBATE MORAL

O presente capítulo discorre sobre os diferentes momentos da recepção de Kant por Nietzsche, com ênfase em sua posição diante da teoria kantiana e, especialmente, de sua filosofia prática. O objetivo é acompanhar o percurso do pensamento nietzschiano ao longo de suas obras, identificando tanto os momentos de aproximação quanto os de distanciamento em relação às concepções kantianas.

Inicialmente, são analisadas diferentes referências à filosofia kantiana presentes nos textos de Nietzsche, especialmente nas obras *O Nascimento da Tragédia*, *Humano, Demasiado Humano*, *Aurora e Além do Bem e do Mal*, destacando-se desde sua postura inicial de receptividade em relação a Kant até os primeiros indícios de um deslocamento crítico diante da filosofia kantiana. Esse percurso evidencia uma transição progressiva no modo como Nietzsche, em um primeiro momento, apresenta a postura kantiana como uma tentativa de ruptura com as verdades estabelecidas; mas, em seguida, passa a criticá-la por sua pretensão de estabelecer novas verdades. Nietzsche questiona a forma como Kant concebe a razão como capaz de proporcionar conhecimento objetivo dentro das limitações sensíveis.

Na sequência, apresentamos alguns pontos relevantes da recepção do debate entre as filosofias de Kant e Nietzsche. Conforme interpretado por Vânia Dutra de Azeredo e Ricardo Bazilio Dalla Vecchia, abordamos como Nietzsche se vale da filosofia de Kant para demonstrar que esta inverte os critérios da própria natureza ao estruturar uma filosofia moral, passando, assim, a utilizá-la como referência em sua investigação crítica — ora próxima, ora distante da tradição moral. A partir da forma como Nietzsche adota uma posição crítica frente à tradição moral, recorreremos às interpretações de Fernando Costa Mattos, Antônio Marques e Rogério Antônio Lopes com o intuito de acompanhar a possibilidade de um reposicionamento em relação às formas de valoração moral, voltado à afirmação de outras possibilidades de interpretação do mundo. No entanto, é fundamental compreender que o caminho trilhado por Nietzsche conduz a uma postura filosófica profundamente distinta da de Kant, como adverte Oswaldo Giacoia Jr.

Ao final, examinamos a posição crítica de Nietzsche em relação aos valores, concebidos como expressões das necessidades e aspirações de uma tradição estabelecida e orientada por interesses próprios, mostrando que tais valores não podem ser tomados como verdades universais. Ao longo da investigação, evidenciam-se os principais pontos de divergência em relação às concepções kantianas. Nesse contexto, buscamos compreender a

moralidade do costume e apresentar interpretações da filosofia nietzschiana que propõem alternativas à ruptura com essa moral, com ênfase na perspectiva desenvolvida por Fernando Costa Mattos e Antônio Marques.

1.1. AS LEITURAS NIETZSCHIANANAS SOBRE KANT: O PAPEL DO FILÓSOFO NA OBRA DE NIETZSCHE

A filosofia nietzschiana perpassa diferentes fases ao longo da trajetória dos seus escritos e acaba por demarcar momentos distintos. Inspirado no pensamento de autores pré-socráticos, Nietzsche exerce suas habilidades de filologia e escreve críticas à moralidade e à metafísica. Entre meados de 1872, especialmente com a obra *O Nascimento da Tragédia*, Nietzsche se dedica a explorar as tragédias gregas e a forma como elas se relacionam com a vida e a condição humana.

O Nascimento da Tragédia compreende um dos escritos da fase de juventude do pensamento nietzschiano e retrata uma interpretação peculiar da filosofia kantiana. O texto da obra de 1872 revela uma espécie de acolhimento a Kant ao citá-lo como um dos responsáveis pela ruptura com a visão idealista estabelecida pela figura do homem teórico na filosofia socrática. Nietzsche discorre sobre o fato de Kant ter elevado a outros parâmetros de investigação a presunção de verdades eternas presentes na lógica defendida por Sócrates⁹. O fator de destaque que ressaltamos nesta leitura nietzschiana é a maneira como ela associa a postura kantiana a algo que ele considera necessário para a quebra dos paradigmas da lógica como verdade – compreendida nos moldes socráticos –, como sendo não temerária às doutrinas impostas.

Imaginemos uma geração a crescer com esse destemor do olhar, com esse heróico pendor para o descomunal, imaginemos o passo arrojado desses matadores de dragões, a orgulhosa temeridade com que dão as costas a todas as doutrinas da fraqueza pregadas pelo otimismo¹⁰.

⁹ A enorme bravura e sabedoria de KANT e de SCHOPENHAUER conquistaram a vitória mais difícil, a vitória sobre o otimismo oculto na essência da lógica, que é, por sua vez, o substrato da nossa cultura. Se esse otimismo, amparado nas *aeternae veritatis* [verdades eternas], para ele indiscutíveis, acreditou na cognoscibilidade e na sondabilidade de todos os enigmas do mundo e tratou o espaço, o tempo e a causalidade como lei totalmente incondicionais de verdade universalíssima, Kant revelou que elas, propriamente, serviam apenas para elevar a mero fenômeno, obra de Maia, à realidade única e suprema, bem como para pô-la no lugar da essência mais íntima e verdadeira das coisas, e para tornar por esse meio impossível o seu efetivo conhecimento, ou seja, segundo uma expressão de Schopenhauer, para fazer adormecer ainda mais profundamente o sonhador (NIETZSCHE. GT, §18).

¹⁰ NIETZSCHE. GT, §18.

Nietzsche explora essa ideia em *O Nascimento da Tragédia* e afirma que, por meio das ideias de Kant, a filosofia alemã conseguiu romper com a doutrina socrática e repensar as questões da existência. Para Nietzsche, Kant ajudou a mostrar os limites dessa visão de mundo, introduzindo uma maneira nova e mais profunda de pensar para a filosofia alemã. É com base nesse novo pensar que Nietzsche associa a postura kantiana à sabedoria dionisíaca, por romper com uma visão determinada e abrir caminho para uma outra forma de refletir sobre as questões do mundo, conforme palavras do filósofo:

Por meio de Kant (...), o espírito da filosofia alemã (...), viu-se possibilitado a destruir o satisfeito prazer de existir do socratismo científico, pela demonstração de seus limites, e como através dessa demonstração se introduziu um modo infinitamente mais profundo e sério de considerar questões éticas e a arte, modo que podemos designar francamente como a sabedoria dionisíaca expressa em conceitos¹¹.

De forma diversa, Nietzsche apresenta, no prefácio da segunda edição de *O Nascimento da Tragédia*, de 1885, uma releitura de sua posição em relação à filosofia kantiana apresentada na obra de 1872. Retomando os conceitos de "apolíneo" e "dionisíaco", especialmente em relação a natureza e experiência humana, introduz a ideia de forças opostas que se manifestam na vida. O apolíneo é a manifestação da ordem e da racionalidade, enquanto o dionisíaco é a desordem e a instintividade.

A seus dois deuses da arte, Apolo e Dionísio, vincula-se a nossa cognição de que no mundo helênico existe uma enorme contraposição, quanto a origens e objetivos, entre a arte do figurador plástico [*Bildner*], a apolínea, e a arte não figurada [*unbildlichen*] da música, a de Dionísio: ambos os impulsos, tão diversos, caminham lado a lado, na maioria das vezes em discórdia aberta e incitando-se mutuamente a produções sempre novas, para perpetuar nelas a luta daquela contraposição sobre a qual a palavra “arte” lançava apenas aparentemente a ponte; até que, por fim, através de um miraculoso ato metafísico da “vontade” helênica, apareceram emparelhados um com o outro, e nesse emparelhamento tanto a obra de arte dionisíaca quanto a apolínea geraram a tragédia ática¹².

Apolo e Dionísio, na cultura grega antiga, representam duas formas opostas de arte que ilustram a existência do conflito e das diferenças fundamentais na experiência humana. Apolo simboliza a razão, a ordem e a busca pela harmonia, enquanto Dionísio personifica o instinto, a emoção e o caos. Nietzsche utiliza essa dicotomia para contrastar com a visão

¹¹ NIETZSCHE. GT, §19.

¹² NIETZSCHE. GT, §1.

kantiana, que, nesse momento inverte sua associação anterior com Dionísio, e passa a ser interpretada pela defesa da razão como o princípio fundamental que orienta as ações e as relações humanas. Para Nietzsche, ao contrário dessa postura kantiana, é justamente no conflito, no contraste entre essas forças opostas, que surgem as energias que impulsionam a vida. Ele critica o idealismo kantiano por tentar submeter as emoções e os instintos humanos à razão, ignorando a complexidade e a multiplicidade da própria natureza humana, que não pode ser reduzida a um sistema racional único.

A moral não seria uma “vontade de negação da vida”, um instinto secreto de aniquilamento, um princípio de decadência, apequenamento, difamação, um começo do fim? E, em consequência, o perigo dos perigos?...*Contra* a moral, portanto, voltou-se então, com este livro problemático, no meu instinto, como um instinto em prol da vida, e inventou para si, fundamentalmente, uma contradoutrina e uma contra-valorização da vida, puramente artística, *anticristã*. Como denominá-la? Na qualidade de filólogo e homem das palavras eu a batizei, não sem liberdade – pois quem conheceria o verdadeiro nome do Anticristo? – com o nome de um deus grego: eu a chamarei dionisiaca¹³.

A moralidade aparece como a ideia de uma força que nega e enfraquece a vida. Nietzsche passa a estabelecer uma espécie de contra doutrina aos propósitos da moral, que contrasta com a tradição e que possa ser manifesta como uma oposição aos valores impostos. Assim, Nietzsche se posiciona de forma distinta à filosofia de Kant, com o objetivo de apresentar uma visão mais dinâmica da natureza e da experiência humana, na qual os instintos, e não apenas a razão, desempenham um papel fundamental no confronto com a realidade da vida, suas contradições e dicotomias. Ele rompe com a ideia de uma lei moral puramente racional e busca desenvolver uma teoria afirmativa da vida.

É importante observar a transição entre a obra de Nietzsche de 1872 e o prefácio de 1885, pois a postura receptiva em relação à filosofia kantiana não se mantém na evolução de suas inquietações sobre os pilares da moralidade. É possível apontar que Nietzsche se aproxima do projeto crítico kantiano de diferentes maneiras e, inicialmente, em *O Nascimento da Tragédia*, essa aproximação se dá de forma estética. Segundo Scarlett Marton, *O Nascimento da Tragédia* não apresenta um trabalho filológico de Nietzsche, mas suas considerações sobre a tragédia na Grécia Antiga, com o intuito de representar – por meio da oposição entre apolíneo

¹³ NIETZSCHE. GT, § 5.

e dionisíaco – as contradições próprias da vida, sem que o conhecimento prevaleça em detrimento da arte, nem se estabeleça uma moralidade a partir dele¹⁴.

A relação de Nietzsche com Kant torna-se mais crítica e filosófica em *Humano, Demasiado Humano* (1886), marcando uma ruptura mais clara com certos pressupostos kantianos. Na obra de 1886, Nietzsche menciona Kant para esclarecer mais uma vez um de seus pontos de vista sobre o papel da natureza humana. Para ele, ao tratarmos das descobertas científicas, devemos reconhecer que suas grandezas são, em algum grau, falsas. No entanto, assim como nossas percepções, elas permanecem constantes e é justamente nessa relação de contradição que a ciência se estabelece. É a partir dessas contradições e erros que a ciência se desenvolve e mantém seu ciclo, por meio dos erros e resultados, entre a natureza e os indivíduos. Na lei kantiana, o intelecto não cria suas leis a partir da natureza, mas as prescreve a ela. A partir dessa ideia, Kant mostra que o conhecimento não é simplesmente uma cópia da realidade, mas uma estrutura imposta pela mente humana. Contudo, para Nietzsche, isso se aplica apenas ao “conceito de natureza”, no qual o mundo é uma construção da razão e o entendimento que temos da natureza está sujeito a falhas e limitações dessa mesma razão. Portanto, para Nietzsche, as leis kantianas não são aplicáveis além dos conceitos, pois, assim como as leis lógicas, não têm validade no âmbito da natureza, mas estão limitadas às construções humanas.

Quando Kant diz que “o intelecto não cria suas leis a partir da natureza, mas as prescreve a ela”, isso é plenamente verdadeiro no tocante ao conceito de natureza, que somos obrigados a associar a ela (natureza = mundo como representação, isto é, como erro), mas que é a soma de muitos erros da razão. – A um mundo que não seja nossa representação, as leis dos números são inteiramente inaplicáveis: elas valem apenas no mundo dos homens¹⁵.

A pretensão kantiana de estabelecer sua moral como uma lei universal da natureza alimenta a crítica de Nietzsche à ideia de universalidade. A moral kantiana exige que as ações do indivíduo sejam aquelas que todos os homens deveriam realizar, baseando-se na ideia de um princípio ético universal. No entanto, para Nietzsche, essa concepção não se sustenta, pois ela desconsidera a multiplicidade das experiências e das perspectivas humanas. A moral kantiana poderia ser válida dentro do domínio dos conceitos abstratos, mas falha em capturar a realidade da pluralidade e diversidade humana.

A antiga moral, notadamente a de Kant, exige do indivíduo ações que se deseje serem de todos os homens: o que é algo belo e ingênuo; como se cada qual

¹⁴ MARTON. 2006, p.25.

¹⁵ NIETZSCHE. MA, §19.

soubesse, sem dificuldades, que procedimento beneficiaria toda a humanidade, e portanto, que ações seriam desejáveis; é uma teoria como a do livre-comércio, pressupondo que a harmonia universal tem que produzir-se por si mesma, conforme leis inatas de aperfeiçoamento¹⁶.

Em *Aurora* (1881) Nietzsche desenvolve suas críticas à moralidade que ele considera decadente e baseada em valores altruístas que negam a vida. O filósofo afirma que os indivíduos devem criar seus próprios valores e abraçar a vida de uma maneira afirmativa. No prefácio da obra, Nietzsche observa que o “reino moral” kantiano estabelece um “mundo indemonstrável”. Assim, segundo Nietzsche, se Kant não tivesse como objetivo criar um “mundo moral inatacável” não teríamos a necessidade da moral. Desse modo, a filosofia nietzschiana utiliza da própria ideia pessimista kantiana alemã para marcar como irá “até dentro da moral, até além da confiança moral”¹⁷. Nietzsche, passa, assim, a questionar esse pretense mundo moral definido por Kant, justamente para compreender o valor desses juízos pautados exclusivamente na razão.

Sendo assim, para Nietzsche, Kant valorizava a moral não por ela ser confirmada pela natureza e pela história, mas justamente por ela ser frequentemente contrariada por elas. Kant reconhecia que a ordem moral do mundo era vulnerável à razão, mas acreditava na moral não por ela ser confirmada no contexto natural e histórico, pelo contrário, justamente por ela ser desafiada. É justamente nessa posição de Kant que Nietzsche observa que sua filosofia busca refletir a ideia de que a moralidade transcende as evidências empíricas e culturais e é nessa pretensão que ela tenta se manter imune às contradições do mundo. Nesse contexto, a moralidade acaba se afastando das relações naturais e culturais.

Em outras palavras: *não teria necessitado dela*, se para ele uma coisa não fosse mais importante que tudo, tornar o “mundo moral” inatacável ou, melhor ainda, inapreensível pela razão – ele percebia muito bem como uma ordem moral do mundo é vulnerável à razão! Pois ante a natureza e a história, ante a radical *imoralidade* da natureza e da história, Kant era pessimista, como todo bom alemão desde sempre; ele acreditava na moral não por ela ser demonstrada pela natureza e a história, mas apesar de ser continuamente contrariada por elas¹⁸.

No texto de *Além do bem e do Mal* (1886) Nietzsche desdobra a sua crítica à moral tradicional e a busca pela afirmação da vida. O filósofo manifesta a discordância com a forma

¹⁶ NIETZSCHE. MA, §25.

¹⁷ NIETZSCHE. M, §3.

¹⁸ NIETZSCHE. M, § 3.

como Kant aborda as questões da moralidade e do conhecimento. Nietzsche rejeita a noção de uma moralidade universal e absoluta como Kant a defende. Nietzsche desenvolve a ideia de uma moralidade a partir das construções humanas, dependente do contexto cultural e histórico. Por conta disso, a moralidade kantiana recebe críticas sobre sua objetividade e universalidade, interpretada por Nietzsche como a negação dos instintos e da própria vida. Esta ideia é desenvolvida na associação nietzschiana entre a moralidade do costume, refletindo uma espécie de contrassenso dos valores.

A falsidade de um juízo não chega a constituir, para nós, uma objeção contra ele; é talvez nesse ponto que a nossa nova linguagem soa mais estranha. A questão é em que medida ele promove ou conserva a vida, conserva ou até mesmo cultiva a espécie, e a nossa inclinação básica é afirmar que os juízos mais falsos (entre os quais os juízos sintéticos *a priori*) nos são os mais indispensáveis, que, sem permitir a vigência das ficções lógicas, sem medir a realidade com o mundo puramente inventado do absoluto, do igual a si mesmo, o homem não poderia viver – que renunciar aos juízos falsos equivale a renunciar à vida, negar a vida. Reconhecer a inverdade como condição de vida: isto significa, sem dúvida, enfrentar de maneira perigosa os habituais sentimentos de valor; e uma filosofia que se atreve a fazê-lo se coloca, apenas por isso, além do bem e do mal¹⁹.

Na obra, Nietzsche critica os juízos sintéticos *a priori* de Kant, que coloca a razão como a principal fonte de moralidade e do conhecimento. Nietzsche argumenta que a razão é apenas uma das muitas facetas da experiência humana e que a vida é guiada por forças instintivas, nem sempre baseadas na lógica racional. Conforme textos supracitados, a própria leitura de Nietzsche passa por variações ao longo dos seus escritos e na forma como ele recepciona a filosofia kantiana. É possível observar uma crítica em relação à tradição, ou seja, a forma como a moralidade dos costumes objetiva impor seus valores como universais e, também, a lei moral como exclusão dos instintos, pois a complexidade humana está justamente em sua natureza. De acordo com Kant, a moralidade é expressa por um princípio racional universal, sendo estabelecida de forma objetiva. Nietzsche, por outro lado, desenvolve sua crítica à moralidade a partir das divergências com a postura kantiana e rompe com a objetividade, passando a trabalhar com uma inversão dessa moral, fundamentada na subjetividade.

Seguindo a interpretação de Vânia Dutra de Azeredo sobre a leitura de Nietzsche da filosofia kantiana, observamos que foi por meio da transposição do mundo sensível para o domínio da moral que o filósofo identificou como Kant construiu o sentido de sua filosofia.

¹⁹ NIETZSCHE. JGB, § 4.

Para a autora, Nietzsche compreende que o objetivo de Kant não é apenas criticar o conhecimento ou as condições da moralidade, mas, sobretudo, estabelecer a invulnerabilidade da moral, um esforço para tornar a moralidade imune às contradições e limitações do mundo sensível. Assim, ela apresenta a crítica de Nietzsche a Kant a partir da ausência de um questionamento concreto na própria filosofia kantiana.

A crítica kantiana jamais questionou o valor próprio do conhecimento e, mais enfaticamente, da própria moralidade, buscando, ao contrário erigi-los em algo absolutamente seguro, mediante a crítica do falso conhecimento e da falsa moral. O valor do conhecimento e o valor de moral são, de *per si*, algo dado para Kant²⁰.

Assim, Nietzsche apresenta a sua recepção crítica a Kant em diferentes momentos de seus escritos, mas também a utiliza como uma forma de desenvolver a sua própria teoria crítica filosófica, como uma inversão do ponto de vista tradicional. Para Fernando Costa Mattos, esse mecanismo de inversão está associado aos “elementos constitutivos da vida, que a definem e a partir dos quais se devem formar os novos valores e ideais”²¹. Desse modo, a partir da observação de uma moralidade manifesta em questões de dever e privação das inclinações pessoais, o Nietzsche trabalha o embate entre os instintos e o expressa no conceito de vontade de poder²², como um princípio que rege as manifestações da vida humana. A concepção tradicional de moralidade passa a ser interpretada sob uma outra perspectiva, na qual os novos valores morais são compreendidos nas forças vitais e nos interesses individuais, e não em um dever universal.

Para compreender essa interpretação de moralidade também é preciso acompanhar a investigação do papel que a razão e os instintos apresentam na filosofia do conhecimento de Kant e Nietzsche, respectivamente. O primeiro explora a capacidade racional e a forma como esta passa a proporcionar a ideia de um conhecimento objetivo dentro das limitações sensíveis. De forma diversa, Nietzsche sugere que todo conhecimento está sujeito a perspectivas particulares e que não existe um ponto de vista neutro ou objetivo. Segundo ele, a verdade é sempre uma interpretação influenciada por diferentes pontos de vista e contextos históricos.

Diferentes comentadores abarcam a relação entre Kant e Nietzsche para explorar como suas ideias podem ser integradas ou contrastadas. Nietzsche é frequentemente associado ao pós-modernismo e à crítica as narrativas objetivas, enquanto Kant é visto como um precursor do

²⁰ AZEREDO. 2003, p.34.

²¹ MATTOS. 2023, p.35.

²² Concepção nietzschiana explorada no quarto capítulo deste trabalho.

idealismo e do racionalismo. Ricardo Bazilio Dalla Vecchia, a partir da interpretação de Kaulbach, observa que diferente da tradição filosófica, o experimentalismo de Nietzsche se constrói contra o programa teórico da modernidade. Desse modo, Nietzsche atua de forma conflitante, ora acolhe, ora recusa os elementos da tradição moderna, provocando uma nova perspectiva de pensamento.

No contexto da filosofia experimental, porém, esse “acolhimento” possui um significado bastante específico. Kaulbach (1980) assevera que programaticamente a obra de Nietzsche ocupa-se de avaliar o “para quê” (*Wozu?*) do pensar e do agir sob o ponto de vista (*Standpunkt*) da vida, procedimento em que transparece uma forte herança kantiana, na medida em que reitera a primazia da razão prática sobre a razão teórica. Divergindo da noção usual de recepção na tradição filosófica, o experimentalismo filosófico de Nietzsche torna-se a insígnia de uma tensão, pois se constitui *com* e *contra* o programa teórico da modernidade. Nietzsche, assim, seria uma espécie de “moderno anti-moderno”, o pensador cuja “metafísica” contraditoriamente acolhe e recusa elementos fundamentais do pensamento moderno, conduzindo a uma experiência radical dele²³.

Na leitura apresentada por Dalla Vecchia, Nietzsche é retratado por sua inquietude, ao expandir a análise das justificativas do pensar e agir a partir da busca por uma nova visão da vida. Assim, no contexto da filosofia experimental, a ideia de “acolhimento” não deve ser interpretada como algo passivo, mas como uma forma de engajamento crítico próprio da filosofia nietzschiana, na qual Nietzsche avalia o “para quê” de certos elementos da tradição moderna, sem aceitá-los ou rejeitá-los de forma irrestrita. Dessa forma, para o autor, o experimentalismo filosófico de Nietzsche é marcado por essa nova forma de pensar, que explora de forma diversa os elementos tradicionais da filosofia moderna. Assim, Nietzsche é visto como um pensador cuja contradição é intrínseca a sua filosofia, pois ao mesmo tempo em que adota elementos centrais da tradição moderna, procura estabelecer uma forma de contradição a elas. Sua filosofia perspectivista apresenta aspectos de recepção e crítica, estabelecendo uma releitura do pensamento moderno.

Antônio Marques, na obra *A Filosofia Perspectivista de Nietzsche*, examina a relação entre Kant e Nietzsche a partir das questões morais e da verdade, especialmente voltados a evidenciar a construção crítica de Nietzsche sobre as ideias de Kant. A partir da noção de perspectivismo, o autor estabelece uma comparação entre os dois filósofos e esclarece como a filosofia nietzschiana se contrapõe à kantiana, especialmente ao buscar estabelecer os fundamentos da moralidade.

²³ VECCHIA. 2014, p.219.

Mas a sistematização pela sistematização não pode, para Nietzsche, aparecer como um fim em si. Tal seria decerto, de seu ponto de vista, manter a ficção no nível do próprio fictício, sem a aproximar, a remeter para a realidade ou, se quisermos, para esse em si da singularidade das forças e da necessidade do instante. A persistência do uso regulador no domínio do sistemático, do universal significaria para Nietzsche desconhecer em grande parte as potencialidades da ficção, isto é, suas faculdades de pesquisa precisamente na zona ontológica que para ele é verdadeiramente consistente, ou seja, aquela que é preenchida pelos indivíduos²⁴.

Para Nietzsche a sistematização não deve ser um fim em si mesma. Ele vê a sistematização pura como uma forma de manter a ficção em um nível meramente fictício, sem conexão com a realidade ou com as necessidades específicas da natureza. Nietzsche critica o uso regulador e universal da sistematização, considerando que isso ignora as potencialidades da ficção, que deveriam explorar todas as dimensões da natureza, ou seja, a realidade vivida e singular dos indivíduos. Kant, por outro lado, defende uma ética deontológica, baseada na concepção de que a moralidade é definida como o princípio racional universal, ou seja, ela é objetiva e exige que as ações humanas sejam guiadas por um princípio que deve se tornar universal. Nietzsche, de forma distinta, passa a criticar essa moralidade por considerá-la uma construção histórica que serve a interesses específicos, particularmente a moralidade dos escravos, que ele vê como uma forma de repressão das forças vitais e criativas dos indivíduos. Nietzsche acredita que a moralidade é uma expressão das relações de poder, e não um princípio universal e absoluto, como será discutido adiante na crítica do filósofo à tradição.

Assim, a resposta crítica de Nietzsche à moralidade kantiana abrange a pretensão de Kant à universalidade e à racionalidade. Para Nietzsche, a teoria de Kant expressa um tipo de moralidade que busca subverter a individualidade, como uma tentativa de impor uma visão normativa que não leva em conta a diversidade e a dinâmica dos valores humanos. O Marques destaca, também, a crítica à ideia kantiana de uma verdade pautada puramente na razão, uma vez que a verdade é uma interpretação e construção de perspectivas. De acordo com a leitura do comentador, em Nietzsche, a busca por uma verdade universal é uma ilusão, pois o conhecimento deve ser entendido a partir de um embate de forças em disputa, onde diferentes perspectivas se moldam.

Poder-se-á afirmar que, em Nietzsche, o regulador ficcional é consequência coerente da suposição de um em si que não poderia ter outro estatuto senão o de pertencer também à ordem do ficcional. Convém, no entanto, precisar que,

²⁴ MARQUES. 2003, p.96.

tanto em Kant, como em Nietzsche, o em si, pelo fato de não ser algo de real, não deve, contudo, considerar-se algo ontologicamente inconsistente. Pelo contrário, quando por exemplo, qualquer dos filósofos nos refere a existência de uma diferenciação máxima no ser, de um “máximo” de continuidade ou da necessidade de cada instante estamos aí a supor um ser ficcional e regulador, mas com uma capacidade de significação, por assim dizer, ontológica, que orientará forçosamente as perspectivas (isto é, a multiplicidade das experiências, representações, conceptualizações de vária ordem) num domínio de “mais ser”²⁵.

Antônio Marques, portanto, explora como Nietzsche se posiciona em relação às ideias de Kant, oferecendo uma crítica que destaca o que considera ser as limitações da filosofia kantiana à moralidade e à verdade e apresentando o perspectivismo nietzschiano como uma alternativa que enfatiza a pluralidade e a contingência das interpretações. Essa análise ajuda a entender como Nietzsche desenvolve suas próprias teorias à luz das críticas às ideias estabelecidas por Kant, oferecendo uma visão mais dinâmica e flexível da moralidade e do conhecimento.

Rogério Antônio Lopes, no texto *Elementos de Retórica em Nietzsche*, explora aspectos éticos presentes na relação entre as filosofias de Kant e Nietzsche. Segundo o autor, Kant é amplamente reconhecido por estabelecer uma filosofia da moralidade baseada no dever e no princípio racional. Em contraste, Nietzsche critica esses mesmos fundamentos, propondo uma interpretação alternativa da moralidade, que se concentra nos valores individuais e nas experiências pessoais. Lopes observa que, ao definir as categorias e os limites do conhecimento, Kant cria um espaço onde Nietzsche, posteriormente, formula suas críticas à moralidade estabelecida e aos critérios de verdade. Para Nietzsche, a moral kantiana, ao buscar universalizar um princípio racional, negligencia a complexidade e a pluralidade da experiência humana, ao tentar submeter a moralidade a uma estrutura rígida e impessoal.

Assim, Rogério Antônio Lopes examina a relação entre Kant e Nietzsche destacando as tensões e descontinuidades entre suas filosofias. Segundo ele, Kant, com sua abordagem sistemática e crítica, estabeleceu as bases para a moralidade e o conhecimento através da razão, promovendo um ideal de dever e o princípio universal. Nietzsche, por outro lado, critica esses fundamentos, rejeitando a ideia de uma moral absoluta e defendendo uma perspectiva mais individualista.

Para Nietzsche, a necessidade de juízos sintéticos a priori não é uma necessidade lógica (um dado constitutivo da racionalidade), mas o resultado de um consenso de fato, obtido ao longo da história natural da espécie.

²⁵ MARQUES. 2003, p.92.

Portanto, uma necessidade que está diretamente relacionada aos interesses vitais desta mesma espécie. É óbvio que há em Kant a ideia de interesse, mas em um sentido inteiramente distinto da acepção que o termo recebe em Nietzsche. Não se trata aqui de interesses teóricos e práticos da razão, mas sim de interesses vitais de determinadas formas de vida, e que como tais, não excluem a priori a "possibilidade" de mudanças de ordem histórica e fisiológica, o que equivaleria a uma reconfiguração das "condições" de nosso acesso ao real. Ao propor o perspectivismo como uma solução alternativa à filosofia transcendental, Nietzsche está de certo modo fornecendo uma tradução de Kant para o vocabulário, a um só tempo historicista e naturalista, da ciência do final do século XIX²⁶.

Para Lopes, Nietzsche utiliza a retórica não apenas como um meio de comunicação, mas como uma forma de expressão que desafia as normas estabelecidas para valorizar a criação de significados individuais. Além disso, a retórica em Nietzsche pode ser vista como uma ferramenta para subverter a lógica kantiana, pois enfatiza o poder da linguagem e da interpretação na formação do conhecimento e dos valores. Nietzsche utiliza a retórica como uma forma de afirmação da vida e da criatividade, em contraste com a abordagem mais sistemática e racionalista de Kant.

Lopes ilustra, assim, a tensão entre a busca kantiana por universais e a ênfase nietzschiana na individualidade e na superação dos valores tradicionais. Para ele, a relação entre os dois filósofos revela como Nietzsche se posiciona em relação a Kant. Por um lado, Nietzsche se beneficia da estrutura crítica kantiana para, por outro, subverter seu princípio e afirmar uma visão alternativa aos ideais racionalistas de Kant. A retórica de Nietzsche surge como um contraste ao racionalismo, ao buscar a fluidez e a multiplicidade de perspectivas sobre a vida humana.

Oswaldo Giacoia Jr., na obra *Nietzsche X Kant*, aponta que as filosofias de Kant e Nietzsche possuem conclusões e métodos diversos. Seu texto elucida as semelhanças e diferenças dos filósofos, especialmente analisadas sobre a interpretação da moralidade e dos seus preceitos éticos. Giacoia Jr. argumenta que Kant estabelece uma ética baseada na razão e no dever, expressa na formulação do imperativo categórico. Por outro lado, Nietzsche apresenta uma crítica à rigidez dessas formulações. O autor sublinha a posição de incomodo de Nietzsche em relação aos critérios da universalidade por não considerar a dinâmica da vida e dos valores humanos. Em Nietzsche há a possibilidade de desenho de uma ética de afirmação da vida, que rompe os valores universais para construções que podem ser reavaliadas.

Ligada ao conceito de consciência moral, a eticidade adquire, em Kant,

²⁶ LOPES. 1999, 183.

matizes que a aproximam do âmbito da experiência do sagrado. Para Nietzsche, ao contrário, a eticidade (*Sittlichkeit*) é *prima facie* (principalmente) idêntica à obediência e está ligada ao que, no homem, é derivado de sua condição gregária, ao seu ser genérico, àquilo que não é singular. Eticidade é o sentimento de reverência que tem por objeto e causa a autoridade dos usos e dos costumes²⁷.

Segundo o autor, em Kant, a eticidade está associada à consciência moral, que, enquanto o próprio sentimento de respeito, se aproxima da experiência do sagrado. Na filosofia kantiana, o “puro respeito” pela lei moral aparece como motivação à realização da ação por dever, como o respeito ao dever racionalmente assimilado²⁸. Por outro lado, a Nietzsche, a eticidade é principalmente identificada como a obediência, e está relacionada à natureza gregária do ser humano. Assim, a eticidade é vista por Nietzsche como o sentimento de reverência dirigido à autoridade dos usos e costumes estabelecidos pela tradição e é em meio a esse debate moral que Giacoia observa uma visão da natureza distinta entre os filósofos. Em Kant há verdades estabelecidas e em Nietzsche tudo o que conhecemos pode ser interpretado e influenciado por fatores históricos, culturais e individuais.

Portanto, embora Giacoia Jr., assim como os outros comentadores, observe que há uma influência de Kant na filosofia de Nietzsche, o autor sublinha que existe uma crítica contundente de Nietzsche à filosofia kantiana, especialmente na forma como ele enfatiza a individualidade e a reavaliação dos valores universais. No entanto, é preciso observar, como apontado por Vânia Dutra de Azeredo e Ricardo Bazilio Dalla Vecchia, que Nietzsche recepciona a filosofia de Kant como um pilar para a construção de sua própria filosofia crítica. É nessa interface que o filósofo passa a trabalhar uma inversão dos valores tradicionais sob novas perspectivas, conforme discorre Fernando Costa Mattos e Antônio Marques e Rogério Antônio Lopes. É justamente nessa leitura de um deslocamento de Nietzsche de Kant que o texto objetiva demonstrar a similaridade das filosofias ao estabelecerem um processo crítico a partir da demarcação de conceitos que justificam suas posições.

1.2. A FORMATAÇÃO DA POSTURA CRÍTICA EM NIETZSCHE: OS PAPÉIS DA MORALIDADE EM SUA FILOSOFIA

Nietzsche muda sua postura em relação a Kant ao longo do período que vai de 1872 a 1886, notadamente entre os escritos de *O Nascimento da Tragédia e Humano, Demasiado*

²⁷ GIACOIA JR. 2012, p.154.

²⁸ KANT. GMS, p.129.

Humano, especialmente no que diz respeito à forma como Kant busca validar os pilares de sua teoria moral. Inicialmente, Nietzsche adota uma posição elogiosa quanto à maneira como Kant conduz sua crítica à tradição lógica, marcada pela unilateralidade da visão socrática. Contudo, ao longo de seus escritos, Nietzsche se distancia de Kant, questionando a pretensão de validade de suas premissas morais.

A filosofia nietzschiana contraria a validade da argumentação kantiana sobre a moralidade, incluindo sua maneira de apresentar a ideia de liberdade como um domínio racional e de pretensa universalidade. Para Nietzsche, o filósofo de Röcken apresenta o “reino da liberdade” como o “reino da superfície”, como uma pretensa projeção do intelecto ao objetivar pensar inúmeras coisas, mas que não consegue compreender a intensidade do que é desfrutar das vivências²⁹. Assim, é preciso considerar que Nietzsche estrutura sua crítica à moralidade em duas vertentes distintas de questionamento, ora pela pretensão de verdade como lei universal, ora pela busca por valores estabelecidos.

A crítica de Nietzsche à busca por valores estabelecidos, especialmente aqueles consolidados na moralidade do costume, recai sobre o modo como essa moral limita as potencialidades humanas ao impor parâmetros fixos de valoração. Do mesmo modo, a pretensão de uma lei moral universal falseia a compreensão da liberdade, ao subordiná-la a um princípio externo e abstrato, em detrimento da natureza criadora do indivíduo.

Em *Aurora*, Nietzsche afirma que “o homem livre é não moral”, na medida em que não obedece às tradições. A moralidade do costume (*Sittlichkeit der Sitte*), nesse contexto, revela-se como mera obediência a práticas tradicionais, independentemente de seu contexto de aplicação. Assim, onde não há tradições que imponham normas, não há moralidade e, quanto menor a influência da tradição sobre a vida, mais limitado é o alcance da moral. Desse modo, Nietzsche apresenta a ideia do homem livre como aquele que é amoral — em relação à moral da tradição —, pois busca fundamentar sua existência em si mesmo, rejeitando qualquer dependência de valores herdados.

A moralidade não é outra coisa (e, portanto, não mais!) do que obediência a costumes, não importa quais sejam; mais costumes são a maneira *tradicional* de agir e avaliar. Em coisas nas quais nenhuma tradição manda não existe moralidade; e quanto menos a vida é determinada pela tradição, tanto menor é o círculo da moralidade. O **homem livre é não moral**, porque em tudo quer depender de si, não de uma tradição (grifo nosso)³⁰.

²⁹ NIETZSCHE. M, §125.

³⁰ NIETZSCHE. M, §9.

Este ponto é importante para entendermos o conceito de moral expressivista no interior da filosofia de Nietzsche. Ela expressa a ideia de que os valores morais e as normas éticas são a própria expressão das emoções, desejos e perspectivas dos indivíduos. Essas perspectivas refletem as culturas que os moldam e não estão baseadas em fundamentos objetivos e universais. Para Nietzsche, a moralidade não pode ser interpretada como uma verdade absoluta ou o reflexo de uma ordem universal, mas sim como uma construção humana que expressa as relações de poder e as forças presentes na sociedade ou no próprio indivíduo, como manifestação dessa cultura.

Para o filósofo, a tradição é “uma autoridade superior, a que se obedece não porque ordena o que nos é útil, mas porque ordena”³¹. Assim, os valores são a expressão das necessidades e aspirações dessa tradição. Esses valores refletem as condições e os interesses dos grupos que os estabelecem e mantêm. Dessa forma, a moralidade é vista como uma expressão dos contextos históricos e culturais específicos, e não como uma verdade eterna ou universal. Esse é um aspecto necessário da crítica de Nietzsche à moral da tradição, aquela moralidade do costume que visa a determinação e a objetividade, em vez de afirmar a vida.

Wilson Luciano Onofri defende em sua tese a concepção de um agente moral expressivista, capaz de reconciliar liberdade e determinismo na questão da consciência através de uma visão expressivista. Nessa perspectiva, o agente moral não é uma entidade fixa que apenas executa ações e avaliações, mas é um espaço onde ocorrem transformações, situado na tensão entre o individual e o supraindividual. Em vez de ser uma causa ou intenção por trás das ações, o agente moral expressivista se manifesta na própria realização das ações, refletindo a dinâmica social e os processos em que está inserido.

A tese defendida aqui é que é possível compatibilizar liberdade e determinismo no problema da consciência a partir de uma concepção expressivista de agente moral. Como agente moral expressivista, entende-se aqui que o agente moral não é uma entidade previamente dada que precisa ser descoberta para conduzir a ação e a sua avaliação, mas antes de tudo, a localização onde acontece processos de transformação, constituído no espaço de tensão entre o plano individual e o supraindividual, onde o agente moral é constituído na própria dinâmica social. Assim, o agente moral expressivista não estaria por trás da ação como uma entidade causal ou intencional, mas se manifestaria na ação como um todo, no processo mesmo de realização da ação³².

O agente moral expressivista é o próprio responsável pela ação, não como uma

³¹ NIETZSCHE. M, §9.

³² ONOFRI. 2024, p.14.

determinação pré-estabelecida, mas como manifestação do agente. De modo distinto, em Kant, essa compreensão está associada à autonomia fundamentada em um conceito próprio da razão, a qual permite ao homem estabelecer as máximas para a ação. Legislar sobre si mesmo e seguir as orientações da razão constitui a premissa fundamental da ação moral. Kant afirma que “não se deve buscar a razão da obrigação na natureza do homem, ou nas circunstâncias do mundo, mas, sim, *a priori* unicamente em conceitos da razão pura”³³. O homem livre é entendido como um ser consciente, capaz de tornar-se um agente por si mesmo, pois transcende as inclinações sensíveis e escolhe a partir de uma postura racional.

A autonomia da vontade é a qualidade da vontade pela qual ela é uma lei para si mesma (independentemente de toda qualidade dos objetos do querer). O princípio da autonomia é, portanto: não escolher de outro modo senão de tal modo que as máximas de sua vontade também estejam compreendidas ao mesmo tempo como lei universal no mesmo querer³⁴.

A autonomia kantiana caracteriza a escolha do homem livre, pois ele é o ser capaz de conduzir suas ações seguindo regras legisladas por si mesmo e para si mesmo. Desse modo, a autonomia é possível porque o homem é livre para agir de acordo com a razão. Diversamente, em Nietzsche, a possibilidade de reconhecimento de uma suposta autonomia está justamente na ruptura desses valores pré-estabelecidos, uma vez que o filósofo só concebe uma interpretação de autonomia ou de agir livre a partir do momento em que essas medidas de valor não o afetam mais. A leitura de Fernando Costa Mattos da filosofia nietzschiana nos apresenta uma distinção importante para expandir o entendimento da relação entre o homem e o mundo. Ele afirma que há a compreensão hipotética do homem, por um lado, e a compreensão hipotética do mundo, por outro. O autor afirma que há na obra de Nietzsche

Duas dimensões discursivas, ou dois pontos de vista – o homem e o mundo –, que, embora assim entrelaçados, não deixarão de manter entre si a relação problemática que os vemos manter desde que a filosofia começou a perguntar-se se “pensar” e “ser” seriam de fato o “mesmo”: pensando-se, sentindo-se e vivendo como parte de um todo que, apesar de pensado a partir de si – ou por isso mesmo –, termina por engoli-lo enquanto parte, o indivíduo humano terá de confrontar-se, ali onde sua liberdade parecia ter ido mais longe – mundo por ele próprio criado –, com o caráter essencialmente problemático dessa mesma liberdade. E terá de contentar-se com uma reflexão aporética que, no final de um longo e amadurecedor processo de experimentação perspectivista, não faz mais que jogar com os dois pontos de vista, cujo antagonismo, longe de ser eliminado, é antes confirmado e celebrado – celebração “irracional” que se revelará, talvez, a última forma possível de reconciliação entre o indivíduo

³³ KANT. GMS, p.71.

³⁴ KANT. KpV, p.285.

humano e o mundo à sua volta³⁵.

Mattos destaca que, em Nietzsche, há dois pontos de vista fundamentais e indissociáveis no processo de constituição do discurso, o do homem e o do mundo. Aquele, como sujeito que interpreta; este, como realidade interpretada. São dois planos entrelaçados, mas que não se fundem completamente e mantêm entre si uma tensão inevitável, herdada da tradição filosófica. Para o autor, Nietzsche evidencia essa tensão como parte essencial da experiência interpretativa, assumindo que toda relação com o mundo é mediada por uma perspectiva prática, que envolve valores, afetos e forças. Nesse sentido, a filosofia nietzschiana revelaria que essa separação problemática entre homem e mundo não é algo a ser superado, mas sim uma condição produtiva da existência e do pensamento, pois é nesse entrelaçamento tenso que surge o impulso crítico. Portanto, Nietzsche trabalha todas as vicissitudes humanas, incluindo o próprio diálogo destas com o mundo. Sua compreensão é a de um todo mutável e conflitante, no qual o antagonismo impulsiona o próprio jogo perspectivista, um jogo afirmativo entre o indivíduo e seu mundo, mas que não permite uma noção de liberdade para além das possibilidades da natureza nas quais ele mesmo está inscrito.

Vinicius de Figueiredo analisa o debate apresentado por Mattos voltado à discussão de que o perspectivismo de Nietzsche pode representar o aprofundamento da subjetividade crítica de Kant, ou seja, “Nietzsche leva adiante o kantismo, ao fazer do perspectivismo o método de sua filosofia”³⁶. Nesse aspecto Figueiredo afirma a busca de Mattos por um “Nietzsche crítico”, capaz de blindar os apontamentos à existência de um Nietzsche dogmático ou metafísico. No objetivo de trilhar outro caminho, Figueiredo afirma que Mattos “irá fazer do “sujeito” o ponto fixo, a um só tempo propulsor e beneficiário do perspectivismo nietzschiano”³⁷, porém, é preciso observar que na busca por superar outras dificuldades, o perspectivismo de Nietzsche pode nos conduzir a esses mesmos impasses sobre o ponto de vista da analítica kantiana. Assim, é importante seguirmos a ideia de que o texto nietzschiano não deve ser “lido à luz de Kant”, ou seja, o recorte de um indivíduo como expressão do perspectivismo se, lido aos moldes kantianos, passa a invalidar a própria autenticidade da filosofia nietzschiana.

O envolvimento do indivíduo pelo inconsciente e pela linguagem, ambos distendidos na história do costume e dos povos, sugere que a “subjetividade humana” passou a abarcar sob si tanto o indivíduo, quanto estruturas

³⁵ MATTOS. 2013, p.113.

³⁶ FIGUEIREDO. 2015, p.52.

³⁷ FIGUEIREDO. 2015, p.60.

determinadas de valoração, que agregam sob um registro indefinido as instâncias pulsional, individual, linguística, religiosa, política e moral, a que talvez possamos dar o nome geral de “civilização”³⁸.

O envolvimento com o mundo é substancial à estrutura argumentativa dos filósofos, mesmo na construção de teorias distintas, nem Kant, nem Nietzsche, estruturam seus conceitos sem considerar as influências contraditórias que estes podem sofrer. Na obra *A filosofia perspectivista de Nietzsche*, Antônio Marques apresenta o tema do perspectivismo sobre um enfoque crítico ao sublinhar que Nietzsche desafia as noções de verdade de forma objetiva e universal. Segundo ele, a noção de perspectivismo na filosofia nietzschiana revela uma natureza contingente e histórica do conhecimento, pois não nega a existência da realidade, mas questiona a possibilidade de acesso a uma verdade absoluta e objetiva. Ainda nesse contexto, o autor destaca que Nietzsche não trata o perspectivismo como um relativismo absoluto, mas sugere que as interpretações precisam ser avaliadas em termos de sua capacidade de afirmar a vida.

Não se trata, pois, quando se fala em perspectiva ou perspectivismo, de uma arbitrariedade sem regras expostas ou exponíveis *objetivamente* e nesse sentido o perspectivismo da arte seiscentista, por exemplo, define com clareza o caráter epistemológico de todo perspectivismo subsequente, que é autonomizado plenamente por Nietzsche: o subjetivismo que ele envolve não deixa de constituir objetividades, a liberdade e arbitrariedade que o caracterizam não deixam de conter regras objetivas e verificáveis³⁹.

Assim, a ideia de perspectiva não é uma arbitrariedade sem regras segundo Antônio Marques, mas uma abordagem que, embora subjetiva, ainda define regras objetivas e verificáveis. Segundo o autor, o perspectivismo estabelece um caráter epistemológico que é completamente desenvolvido por Nietzsche. Embora tenha uma natureza subjetiva, o perspectivismo não se limita ao subjetivismo puro; ele envolve a constituição de objetividades e possui uma estrutura que, apesar de sua aparente arbitrariedade, contém regras objetivas.

No campo da moralidade, Marques observa como o perspectivismo afeta a compreensão das crenças, já que elas são moldadas por compreensões específicas e pretensões de verdades. O autor analisa como essa visão desafia tanto os objetivos de uma moralidade tradicional, que busca uma moral universal e imutável, quanto de uma moralidade afirmativa da vida, que valoriza a afirmação do indivíduo e do potencial humano. Dessa forma, o perspectivismo nietzschiano se conecta diretamente com as noções de verdade, moralidade e

³⁸ FIGUEIREDO. 2015, p.67.

³⁹ MARQUES. 2003, p.115.

conhecimento em Nietzsche, oferecendo uma interpretação dinâmica e flexível da realidade e dos valores.

O diálogo traçado com o perspectivismo serve tanto à formulação da crítica nietzschiana quanto à afirmação da sua filosofia, como pontos de interconexão necessários para desvendar os caminhos de recepção da filosofia kantiana no amadurecer de suas próprias reflexões. É a partir dessa aproximação e crítica que passa a traçar o caminho em sentido diverso e a validar suas posições. Para Mattos, de forma mais enfática do que a relação entre Kant e Nietzsche apresentada por Marques, a escolha de Nietzsche de se afastar das tradições filosóficas não foi um acaso, mas uma decisão que pode ser interpretada como parte de sua abordagem metodológica. Nos termos no autor, Nietzsche optou por seguir um caminho contrário ao da tradição voltado a estabelecer uma estratégia que objetiva o explorar, aspecto definidor de sua filosofia. Nas palavras de Mattos,

E a opção por caminhar em sentido inverso ao da tradição talvez não seja mera coincidência, muito menos um capricho da personalidade de Nietzsche: ela seria antes uma opção metodológica, a guiar os seus passos ao longo do movimento de experimentação que resultou na sua obra filosófica⁴⁰.

Portanto, para Mattos, o distanciamento de Nietzsche em relação às normas estabelecidas não foi uma questão particular, mas uma decisão planejada para promover um tipo de investigação filosófica inovadora, essencial à singularidade de suas teorias. Tanto Mattos quanto Marques exploram o perspectivismo como uma crítica nietzschiana fundamental à tradição filosófica ocidental. Enquanto Marques aprofunda a estrutura epistemológica do perspectivismo, destacando seu papel como uma reformulação das antigas regras objetivas, Mattos evidencia o potencial emancipador dessa perspectiva, especialmente no combate ao dogmatismo e à imposição de verdades absolutas. Assim, ambos revelam abordagens complementares, no primeiro, o foco está na crítica epistemológica; no segundo, nas implicações práticas e existenciais do perspectivismo nietzschiano. É nesse contexto de aproximação e crítica que este texto acolhe a compreensão de que há um processo característico de aproximação e afastamento de Nietzsche em relação a Kant, motivado por suas inquietações quanto à fundamentação da moralidade.

⁴⁰ MATTOS. 2013, p.32.

2. A FILOSOFIA PRÁTICA KANTIANA E A RECEPTIVIDADE DE NIETZSCHE

A posição nietzschiana não se limita a uma alteração em relação ao mérito de edificação da filosofia kantiana, mas também à mudança na forma como Kant é retratado nos seus próprios textos. A crítica de Nietzsche se aprofunda progressivamente no âmbito da investigação da moralidade, desde suas pretensões de valor e universalidade até suas limitações e privações das potencialidades humanas. Assim, para acompanhar os desdobramentos dessa recepção de Kant por Nietzsche, precisamos acompanhar o desenvolvimento dessa relação.

Kant apresenta a elaboração dos juízos sintéticos *a priori* como o pilar fundamental de sua filosofia prática, pois é a partir deles que ele estrutura a fundamentação da lei moral em critérios puramente racionais. Esse é um ponto crucial de afastamento de Nietzsche da filosofia kantiana, particularmente devido às suas profundas inquietações sobre os pilares que sustentam essa argumentação diante da complexidade do mundo.

Nesse ínterim, discorreremos sobre como Nietzsche recepciona a pretensão de Kant de estabelecer uma moral universal, pautada em um princípio absoluto, indiferente à pluralidade dos valores humanos. Abordamos como o problema da universalidade da lei moral kantiana consiste em sua dissociação da vida, ao pretender justificar a motivação moral para todos e, ao mesmo tempo, excluir a possibilidade de manifestação de outros valores. Alinhando-se à crítica de Brian Leiter sobre a discordância de Nietzsche em relação aos fundamentos que sustentam a validade moral em Kant, o presente texto segue a abordagem de Paul van Tongeren para compreender como Nietzsche articula a vida como uma afirmação da existência.

Seguindo as linhas interpretativas do processo genealógico nietzschiano, passamos, por fim, a elucidar de que modo Nietzsche dirige sua crítica à moral a partir da tradição, especialmente ao evidenciar como esta se torna um referencial para a constituição de figuras que expressam características distintas — seja de subordinação, seja de transformação — em relação aos valores nos quais estão imersas.

2.1. A FILOSOFIA PRÁTICA KANTIANA: A ELABORAÇÃO DOS JUÍZOS SINTÉTICOS *A PRIORI*

Kant apresenta a obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) com o objetivo de estabelecer o “princípio supremo da moralidade”⁴¹. Nela está descrita a compreensão de valor moral como o mais alto valor, pois ela é motivada pelo dever racional e não pelas inclinações sensíveis⁴². Kant estabelece este princípio supremo a partir da formulação do imperativo categórico, como a expressão da lei moral que deve ser seguida de forma independente de qualquer contexto empírico. O princípio da moral está fundamentado na ideia de que ela deve ser universal, racional e autônoma. Esse princípio busca estabelecer uma base objetiva e necessária para as ações morais, independentemente de interesses pessoais ou circunstâncias particulares, ou seja, está pautado na capacidade racional de legislar moralmente para si mesmo, a partir de regras que possam ser universais. Na filosofia kantiana, as ações representam o dever e devem, portanto, ser guiadas por esse princípio capaz de valer de forma universal.

Proposições fundamentais práticas são proposições que contêm uma determinação universal da vontade, <determinação> que tem sob si diversas regras práticas. Essas proposições são subjetivas ou máximas, se a condição for considerada pelo sujeito como válida somente para a vontade dele; mas elas são objetivas ou leis práticas, se a condição for conhecida como objetiva, isto é, como válida para a vontade de todo ente racional⁴³.

As proposições práticas são escritas como fundamentais por se referirem ao princípio que orienta a ação, ou seja, objetivam estabelecer uma normatividade para as ações. Ao apresentar as proposições, Kant está buscando uma determinação universal para a vontade, incorporando uma forma de regularidade mais específica para as ações. O ser humano, ser racional, deve agir de maneira que a sua ação possa ser transformada em uma regra que vale para todos⁴⁴. Por conta disso, estabelece que o homem livre age puramente por dever, orientado por um valor intrínseco a sua natureza racional.

Para Kant, a moral está relacionada à máxima, isto é, ao modo como a ação pode ser

⁴¹ KANT. GMS, p.85.

⁴² “Sem dúvida! É aí mesmo que começa o valor do caráter, que é <um valor> moral e sem qualquer comparação o mais alto, a saber, que ele faça o bem, não por inclinação, mas por dever” (KANT. GMS, p.121).

⁴³ KANT. KrV, 65.

⁴⁴ É justamente nessa pretensão de universalidade que Nietzsche se afasta da filosofia kantiana, pois acredita que não existe uma única moral universalmente válida. Em vez disso, ele defende que existem múltiplas morais, que são construídas e moldadas ao longo do tempo e da história, variando conforme as culturas, contextos e perspectivas individuais. Para Nietzsche, a moralidade é um fenômeno dinâmico e histórico, e não um princípio fixo a ser aplicado de forma universal, como propunha Kant.

universalizada. O valor moral não está no que se faz, mas no motivo pelo qual se faz, segundo uma regra que possa valer para todos. Por isso, Kant rejeita a ideia de que a moral se baseie em desejos ou inclinações, pois ela deve estar fundamentada em algo necessário e universal, o que se encontra na forma da lei moral, expressa pelo imperativo categórico. Assim, a moral é considerada formal, porque seu critério de validade está na forma universal da lei que guia a ação por dever, não dependendo de conteúdos empíricos.

Na obra *Nietzsche X Kant: uma disputa permanente a respeito da liberdade, autonomia e dever* (2012), Oswaldo Giacoia Junior desenvolve seu questionamento sobre a possibilidade de a motivação moral ser um fator determinante na realização da vontade. Segundo o autor, a tentativa de demonstrar uma coerência entre a vontade de um ser sensível e a imperatividade de uma lei racional parece ser uma tarefa insolúvel. Giacoia Junior argumenta que, enquanto a vontade de um ser sensível é influenciada por desejos e inclinações subjetivas, a lei racional, que deve ser seguida independentemente das inclinações, impõe uma dificuldade fundamental na reconciliação desses dois elementos. A tensão entre esses aspectos, segundo o autor, revela os limites de uma abordagem moral que tenta integrar a racionalidade universal com as particularidades da experiência sensível.

Todo o problema consiste em saber, portanto, como um objeto inteligível – a representação da lei moral – pode construir motivação suficiente para a determinação do arbítrio de um ser racional finito, dado que esse arbítrio é igualmente requisitado – ou, o que significa o mesmo, dado que o homem é suscetível a ser afetado – por impulsos, desejos, inclinações e interesses egoístas, provenientes da sensibilidade, sendo o egoísmo a mais poderosa e insondável das forças humanas?⁴⁵

Mas, em Kant, a razão comanda o que deve acontecer independentemente de qualquer aprovação oriunda da experiência. Esta afirmação é crucial para compreender como a validade moral é estendida ao domínio racional no interior da sua filosofia. A possibilidade de determinarmos *a priori*⁴⁶ os conceitos requeridos pela lei ampliam seu contexto de significação e permite que ela possa ser válida para todos os seres racionais.

Admito que há, realmente, leis morais puras que determinam completamente *a priori* o fazer e o não fazer (sem ter em conta móveis empíricos, isto é, a felicidade), ou seja, o uso da liberdade de um ser racional em geral e que estas

⁴⁵GIACOIA. 2012, p.74.

⁴⁶ “Por juízos *a priori*, não aqueles que não dependem desta ou daquela experiência, mas aqueles em que se verifica absoluta independência de toda e qualquer experiência, mas aqueles em que se verifica absoluta independência de toda e qualquer experiência. Dos conhecimentos *a priori*, são puros aqueles em que nada de empírico se mistura” (KANT. KrV, B2).

leis comandam de uma maneira absoluta (não meramente hipotética, com o pressuposto de outros fins empíricos) e portanto são, a todos os títulos, absolutas⁴⁷.

Assim a lei moral é definida na filosofia kantiana como uma proposição sintética *a priori* que só é possível a partir da pressuposição da existência da liberdade⁴⁸, pois é a partir dela que podemos nos reportar ao mundo inteligível. Com este postulado prático é que Kant justifica a existência de um dever que orienta a ação, argumentando que é necessário considerar as leis do mundo inteligível como imperativos e as ações que se seguem ao princípio como dever.

E, assim, os imperativos categóricos são possíveis porquanto a ideia da liberdade faz de mim um membro de um mundo inteligível, donde resulta que, se eu fosse isso apenas, todas as minhas ações *seriam* sempre conforme à autonomia da vontade, mas, visto que eu me vejo ao mesmo tempo como membro do mundo sensível, *devem* ser conformes <a ela>; o qual o dever *categórico* representa uma proposição sintética *a priori*, por sobrevir à minha vontade afetada por apetites sensíveis ainda a ideia de precisamente a mesma vontade, mas pertencente ao mundo inteligível, pura, por si mesma prática e contendo a condição suprema da primeira segundo a razão⁴⁹.

Kant argumenta que os imperativos categóricos são possíveis devido à ideia de liberdade, pois, embora suas ações possam ser influenciadas pelas inclinações e apetites sensíveis, elas devem ser guiadas pela autonomia da vontade pura. Nesse contexto, Kant apresenta sua crítica à má interpretação que é feita da lei moral a partir da leitura comum dos motivos empíricos e dos morais. Para ele, não é feita a devida distinção entre os

motivos que, enquanto tais, são representados pela mera razão de maneira plenamente *a priori* e que são propriamente morais dos motivos empíricos que o entendimento eleva a conceitos universais pela mera comparação das experiências⁵⁰.

⁴⁷ KANT. KrV, A807 B835.

⁴⁸ A pressuposição da existência da liberdade manifesta o segundo ponto de afastamento de Nietzsche em relação à filosofia kantiana. Para Nietzsche não existe a liberdade como a possibilidade de uma escolha autônoma movida por uma vontade puramente racional.

⁴⁹ KANT. GMS, p.375.

⁵⁰ KANT. GMS, p. 79.

A lei moral apresenta-se como um imperativo categórico⁵¹, entendido, assim, como uma proposição sintético-prática *a priori*⁵², possível pela liberdade⁵³. A imperatividade moral é necessária à sua própria validade, pois mesmo que muita coisa possa acontecer *em conformidade* com o que manda o *dever*, ainda assim é sempre duvidoso se isso acontece propriamente *por dever* e tem, portanto, um valor moral⁵⁴. Kant distingue, assim, as leis pragmáticas das leis morais, pois estas possuem como objeto o puro dever e aquelas o têm como o meio necessário para alcançar um fim⁵⁵.

Em Kant a representação do puro dever, da lei moral, é independente das motivações externas. É a razão que orienta sobre qualquer mobilização que possa ser originária do campo empírico. Nesse aspecto é que a razão objetiva superar as influências das inclinações sensíveis em prevalência de seu próprio princípio. Mas para haver essa prevalência racional é necessário que a vontade possa ser determinada por esse mesmo princípio em um ser dualista e é por isso que Kant trabalha a ideia de vontade como a própria representação da lei.

Só um ser racional tem a faculdade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou uma vontade. Visto que se exige a razão para derivar de leis as ações, a vontade nada mais é do que a razão prática. Se a razão determina a vontade infalivelmente, então as ações de tal ser, que são reconhecidas como objetivamente necessárias, também são necessárias subjetivamente, isto é, a vontade é uma faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação reconhece como praticamente necessário, isto é, bom⁵⁶.

Kant afirma que apenas seres racionais têm a capacidade de agir de acordo com lei. A "representação das leis" expressa essa capacidade de compreender as normas, ou seja, a razão é necessária para derivar e entender o princípio que norteia a ação moral. Desse modo, a razão prática é a razão aplicada à ação, ou seja, a razão que guia o comportamento em consonância com a moral. Para Kant, a razão deve determinar a vontade⁵⁷, o que implica que as ações de uma pessoa são objetivamente necessárias, ou seja, devem seguir as leis da razão. Sendo as

⁵¹ “Age apenas segundo a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal” (KANT. GMS, p.215).

⁵² KANT. KpV, p.211.

⁵³ Prático é tudo aquilo que é possível pela liberdade. (KANT. KrV. A800 B 828).

⁵⁴ KANT. GMS, p. 161.

⁵⁵ KANT. KrV, A800 B828 – A 802 B830.

⁵⁶ KANT. GMS, p.185.

⁵⁷ Em consonância com a questão da liberdade, a ideia de que a vontade pode ser determinada pela razão expressa o terceiro ponto de afastamento de Nietzsche em relação à filosofia prática kantiana. Nietzsche rejeita os ditames da teoria dualista e, por isso, critica a premissa de separação entre razão e instinto. Para ele, razão e instinto não são entidades distintas e opostas, mas estão intrinsecamente interligadas, com a própria razão sendo uma expressão das forças instintivas subjacentes.

ações racionais, elas também passam a ser entendidas como necessárias subjetivamente, pois o ser humano não pode desejar outra coisa além do que a razão considera moralmente válida. Nesse contexto, a vontade humana, guiada pela razão, passa a escolher apenas o que é reconhecido pela razão como moralmente necessário, independentemente das inclinações externas.

A filosofia prática kantiana define uma lei moral baseada na razão, expressa por meio do imperativo categórico, que orienta as ações do ser racional. Ela é fundamentada em um princípio universal, e a razão, ao motivar à vontade, assegura que as ações sejam objetivamente e subjetivamente necessárias. No entanto, a posição crítica de Nietzsche incide sobre alguns dos pilares de argumentação construídos por Kant, a saber: (i) a pretensão de universalidade da lei moral; (ii) a existência de uma liberdade possível por meio da autonomia da vontade; (iii) uma vontade movida puramente por aspectos racionais. A possibilidade de conciliar todos esses pontos para justificar a validade moral é alvo dos questionamentos elaborados por Nietzsche e passa a ser um norteador de investigação abordado no texto, com o objetivo de compreender a construção da própria crítica nietzschiana.

2.2. O AFASTAMENTO NIETZSCHIANO DE KANT: AS INQUIETAÇÕES SOBRE A MORALIDADE

Nietzsche passa a se referir à filosofia kantiana de maneira crítica, argumentando que suas ideias morais são excessivamente restritivas ao buscarem estabelecer um padrão de moralidade universal. A partir de sua dialética, Nietzsche compreende que Kant busca estruturar uma filosofia complexa e obscura com base na razão, na qual o conceito de “imperativo categórico” surge como um princípio fundamental, introduzindo a ideia de algo incondicionado. Para Nietzsche, isso contribui para a criação de uma filosofia mais confusa do que esclarecedora, uma teoria que, em vez de proporcionar clareza, alimenta a ambiguidade e a rigidez, afastando-se da compreensão genuína da vida e de sua dinâmica.

A rígida e virtuosa tartufice do velho Kant, com a qual ele nos atrai às trilhas ocultas da dialética, que encaminham, ou melhor, desencaminham, o seu “imperativo categórico” – esse espetáculo nos faz sorrir, a nós, de gosto exigente, que achamos não pouca graça em observar os truques sutis dos moralistas e pregadores da moral⁵⁸.

⁵⁸ NIETZSCHE. JGM, §5.

A inquietação sobre as imposições de valor e as condicionantes exigidas pela moral, ao pretender orientar a ação, leva Nietzsche a questionar as prerrogativas atribuídas aos valores morais. Para ele, a moral não só carece de validade absoluta, como também não é capaz de se validar como uma motivação suficiente para a singularidade genuína de cada indivíduo, impossibilitando, assim, sua realização universal.

Para Nietzsche, “não existem absolutamente fatos morais, (...) a moral é apenas uma interpretação de determinados fenômenos (...) é apenas linguagem de signos, sintomatologia”⁵⁹ e, portanto, cada indivíduo recebe e responde a esses fenômenos de forma distinta, não sendo possível uma universalização dos valores. Este é uma parte do problema das pretensões de Kant ao determinar sua lei do dever, uma vez que o nivelamento que a moral objetiva como lei universal não pode ser aplicada como motivação a todos os seres finitos.

Há, em Nietzsche, o questionamento da efetiva validade da moral como motivadora de reverência, uma vez que ela se apresenta como mandatária pelos costumes impostos⁶⁰. Nos primeiros aforismos do Prólogo de *Aurora* a sua posição em relação à validade moral apresenta-se sobre a perspectiva de “solapar nossa confiança moral” na tarefa de abalar os fundamentos nos quais ela está estruturada. Conforme afirma Nietzsche, seu objetivo é retirar a “confiança na moral – e por quê? Por moralidade!”⁶¹. Segundo sua compreensão, a moral exige uma autoridade que suprime o questionar, ou seja, diante dela não é permitido ‘pensar’, mas somente ‘obedecer’. Sendo assim, o valor agregado a ela é um valor imposto com base em prerrogativas que não permitem objeções, um ato que, segundo Nietzsche, caracteriza-se como imoral. Há a impossibilidade de poder dispor de uma posição oposta àquela estabelecida de forma unilateral, pois excluiu as possibilidades de contestação e, por conseguinte, de manifestação sobre outros valores. Assim, apresenta Nietzsche o seu questionamento na obra *Genealogia da Moral*:

Sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor “bom” e “mau”? e que valor têm eles? São indício de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade da vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro?⁶²

Nesse ínterim é que Nietzsche indaga questões filosóficas centrais sobre a origem e o significado dos juízos morais de valor. Ele questiona as condições históricas e culturais sob as quais os seres humanos desenvolveram as noções de valor, especificamente os conceitos de

⁵⁹ NIETZSCHE. GD. VII, §1.

⁶⁰ NIETZSCHE. M. Prólogo, §9.

⁶¹ NIETZSCHE. M. Prólogo, §4.

⁶² NIETZSCHE. GM. Prólogo, §3.

"bom" e "mau", com o objetivo de entender, inicialmente, os fatores que levaram à criação desses valores morais, ou seja, como essas distinções foram estabelecidas. Na sequência, busca compreender o significado desses juízos morais, isto é, o impacto que esses conceitos têm na vida humana, na sociedade e nas decisões individuais.

Nietzsche se propõe a investigar a validade dos juízos morais e por que seguir um caminho oposto à normatividade é considerado imoral. Esse questionamento assinala um dos pontos em que o filósofo reconhece a falta de correspondência entre as pretensões morais e a própria natureza humana. Como foi apresentado anteriormente, em *Aurora*, Nietzsche sustenta que os conceitos de liberdade e moralidade são excludentes. O filósofo rejeita a possibilidade de uma conexão entre uma compreensão genuína de liberdade e a moralidade, pois esta última está relacionada ao "adestramento" do indivíduo, ou seja, à imposição de normas externas que limitam sua autonomia. Dessa forma, não poderia haver uma correspondência legítima entre liberdade e moralidade, já que a moralidade, para Nietzsche, representa uma forma de subordinação humana, enquanto uma noção de liberdade estaria relacionada a uma afirmação da vida.

Em *Além do Bem e do Mal* Nietzsche apresenta os conceitos de livre-arbítrio e vontade de forma diversa. Segundo ele, “o que é chamado “livre-arbítrio” é, essencialmente, o afeto de superioridade em relação àquele que tem de obedecer: “eu sou livre, ‘ele’ tem de obedecer”⁶³, o que parece sugerir uma ideia de liberdade, na qual o conceito de livre-arbítrio não é realmente sobre a liberdade do indivíduo, mas sobre um sentimento de superioridade. Dessa forma, o filósofo passa a ideia de que o livre-arbítrio é uma maneira de expressar e afirmar um tipo de domínio e controle, apontando que ao afirmar o livre-arbítrio se observa uma ideia de superioridade, daquele que têm a capacidade de escolher livremente, enquanto outros devem obedecer. Sendo, portanto, o livre-arbítrio a “expressão para o multiforme estado de prazer do querente, que ordena e ao mesmo tempo se identifica com o executor da ordem”⁶⁴.

Nietzsche reitera, em *Além do Bem e do Mal*, seu entendimento sobre o impacto da moralidade e afirma que “o essencial e inestimável em toda moral é o fato de ela ser uma demorada coerção”⁶⁵. Ela é responsável pelas privações sofridas e é por meio dela que os indivíduos passaram a ser condicionados a determinados valores. Coerção esta que denota um contrassenso em relação à natureza, pois a privação de certos impulsos conflita com a ordem

⁶³ NIETZSCHE. JGB. §19.

⁶⁴ NIETZSCHE. JGB. §19.

⁶⁵ NIETZSCHE. JGB. §188.

natural das coisas no mundo. De acordo com Brian Leiter, a inquietude de Nietzsche compreende essa naturalização com que Kant objetivava justificar a validade moral, a saber:

O alvo de Nietzsche era aquela naturalização da explicação (implausível) kantiana sobre a motivação moral como uma questão de reverência pela lei moral: Nietzsche sugere, em seu lugar, que seja a “obediência à tradição” (e temor das consequências de se desviar da tradição) o que realmente constitui a motivação moral – não alguma “reverência” fictícia a uma lei moral⁶⁶.

Na leitura de Leiter, Nietzsche argumenta que a moralidade, em vez de ser uma expressão de respeito à lei moral universal, como propõe Kant, é, na verdade, um reflexo da obediência à tradição e do medo das consequências de violá-la, o que ele considera mais realista e mais alinhado à natureza humana. Nietzsche vê a moralidade tradicional como uma construção social e cultural, transmitida e reforçada ao longo das gerações. Para ele, o medo das repercussões por violar essas normas é o que realmente motiva as ações morais. Ou seja, a moralidade não reflete uma reverência ideal pela “lei moral”, mas serve como um meio de manter a ordem social. Em Kant, a motivação moral de uma ação não está no desejo de obter algum benefício pessoal, mas na reverência ou respeito pela “lei moral”.

Nesse aspecto, sublinhamos a distinção kantiana entre agir conforme ao dever e agir por dever. No primeiro a ação está em acordo com o que o dever moral exige, mas por outras motivações que não o dever em si, ou seja, a ação é moralmente correta, mas a sua motivação não é por moral. No agir por dever significa que a ação não está apenas de acordo com o dever, mais precisamente porque é o seu dever. A motivação nesse sentido é puramente moral, pois se reconhece que a ação é a realiza por respeito à lei moral. Na *Primeira Seção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, com o exemplo de conservar a vida Kant nos apresenta a distinção entre a ação conforme ao dever e por dever:

Conservar a sua vida é um dever e, de mais a mais, todos têm uma inclinação imediata a isso. Mas nem por isso o cuidado muitas vezes ansioso que a maior parte dos homens dedica a isso tem qualquer valor intrínseco, nem sua máxima qualquer teor moral. Preservar sua vida *em conformidade com o dever*, é verdade, mas não *por dever*. Ao contrário, quando as adversidades e uma amargura sem esperança roubaram todo o gosto de viver; quando o desventurado, com fortaleza de alma, mais indigno com o seu destino do que pusilânime ou abatido, deseja a morte, e, contudo, conserva sua vida sem amá-la, não por inclinação ou medo, mas por dever, aí então sua máxima tem um teor moral⁶⁷.

⁶⁶ LEITER. 2019, p.76.

⁶⁷ KANT. FMC, p.119.

Agir moralmente é agir por dever, pois a razão reconhece uma obrigação imposta pela lei moral universal, que não depende de desejos ou consequências. Assim, a moralidade é uma questão de obedecer a uma regra que se aplica a todos, sem exceções, por respeito à razão e à moralidade em si. Distintamente, Nietzsche critica a explicação de Kant, considerando-a implausível, pois, para o filósofo, a motivação moral não vem de uma reverência pura e abstrata à lei moral universal. Em vez disso, ele argumenta que a verdadeira motivação moral é uma resposta à pressão social e cultural, ou seja, é alimentada pela "obediência à tradição". Assim, para Nietzsche, as pessoas agem moralmente não porque respeitam uma lei moral universal, mas porque têm medo das consequências de desviar-se das normas sociais e culturais que foram internalizadas ao longo do tempo.

A filosofia nietzschiana busca descrever o indivíduo a partir de suas vivências, e não como um ser condicionado e privado de certos impulsos. Para Nietzsche, essas vivências são experiências transformadoras que impactam o significado da vida. O filósofo valoriza a experiência e a subjetividade como formas de conhecimento e expressão do indivíduo. Para ele, esses aspectos emergem dos próprios indivíduos, na maneira como cada um interpreta e reage aos eventos da vida, como uma reação dos impulsos aos fatos que o cercam. De acordo com a interpretação de Paul van Tongeren, “Nietzsche descreve a vida como algo que guia uma “vontade de poder” e não “alguma moralidade ou imoralidade”⁶⁸. A moralidade passa, assim, a ser descrita como “uma tirânica engrenagem na multiplicidade de possibilidades que a natureza carrega em si”⁶⁹.

Assim, antes de aceitar as verdades e valores impostos, Nietzsche encoraja a interpretação do significado e dos valores a partir da vida. É nessa capacidade de criar e transformar que o filósofo desenvolve a autoafirmação e a realização do potencial humano, elementos fundamentais para a construção da identidade, a criação de significado pessoal e a afirmação de si. Elas representam a essência da experiência humana e a base sobre a qual o indivíduo pode construir sua própria visão de mundo e seus próprios valores, a partir de um processo de superação e transformação contínuo.

Na *Genealogia da Moral* Nietzsche mantém seu propósito de investigação e evidencia seu distanciamento crítico em relação à valoração moral. De acordo com Scarlett Marton, Nietzsche entende a questão dos valores como interdependentes e formando um ciclo contínuo. Para Marton, em Nietzsche, os valores não surgem de uma natureza ou essência objetiva, mas de avaliações subjetivas que os indivíduos fazem sobre o mundo. Essas avaliações, que são

⁶⁸ TONGEREN. 2012, p. 50.

⁶⁹ Idem.

interpretações e julgamentos baseados nas experiências e perspectivas pessoais, são as responsáveis por dar origem aos valores. No entanto, as avaliações também são moldadas por valores preexistentes, ou seja, ao realizar uma avaliação, o indivíduo já traz consigo um conjunto de valores que orienta e molda seu julgamento. Dessa forma, valores e avaliações estão sempre interligados: os valores dependem das avaliações que os criam, e essas avaliações, por sua vez, são influenciadas pelos valores que já existem⁷⁰.

O procedimento genealógico de Nietzsche busca investigar as origens e os contextos dos valores, envolvendo dois movimentos inseparáveis. Primeiro, ele explora a relação entre os valores e as avaliações que os originam. Em seguida, ele analisa como essas avaliações são moldadas pelos valores preexistentes. Isso ilustra a ideia de que tanto os valores quanto as avaliações estão em um processo contínuo de contraposição e evolução. Nietzsche rompe, assim, com o *status* da moral apresentada por Kant. Ele desconstrói a premissa de uma autoridade genuína e capaz de reivindicar para si os ditames de um dever universal.

A validação da moral é questionada na sua pretensão de nivelar o comportamento sobre um mesmo parâmetro de dever, como um único valor tornado legítimo a partir de uma escolha racional. Nietzsche aponta que, nos termos da filosofia kantiana, não pode existir um indivíduo enquanto manifestação de suas particularidades, mas apenas um ser condicionado às limitações estabelecidas pela lei, sendo errônea a presunção da existência de qualquer forma de liberdade, uma vez que a própria determinação da vontade não consiga abranger a heterogeneidade da vida. A discordância do filósofo está tanto na busca por uma normatividade universal quanto na validade dessa mesma normatividade, na forma como a moralidade passa a domesticar as condutas e inviabilizar as particularidades.

2.3. AS LEITURAS NIETZSCHIANAS DA MORAL: A CRÍTICA À TRADIÇÃO

O afastamento de Nietzsche da filosofia kantiana se desenvolve a partir da investigação sobre o valor da moralidade e, também, da pretensão de verdade atribuída a esses valores. O questionamento reside na análise do valor que a moral reivindica para si mesma⁷¹ e na forma como esse valor é internalizado e assimilado pelos indivíduos⁷². Nesse contexto, Nietzsche

⁷⁰Marton afirma que “na ótica nietzschiana, a questão do valor apresenta duplo caráter: os valores supõem avaliações, que lhes dão origem e conferem valor; as avaliações, por sua vez, ao criá-los, supõem valores a partir dos quais avaliam. O procedimento genealógico comporta, assim, dois movimentos inseparáveis: de um lado, relacionar os valores com avaliações e, de outro, relacionar as avaliações com valores” (MARTON. 1990, p.52).

⁷¹ NIETZSCHE. GM. Prólogo 5.

⁷² NIETZSCHE. GM. Prólogo 6.

busca, ainda, desconstruir as bases que norteiam as compreensões da moralidade, desenvolvendo suas inquietações sobre os pilares que buscam justificá-la ao longo da história e da cultura.

Na obra *Além do Bem e do Mal* (1886) Nietzsche expressa seu propósito de ruptura com a moral tradicional e aos valores que sustentam a cultura ocidental. O filósofo argumenta que as ideias de "bem" e "mal" são construções sociais e históricas que servem para manter o *status* de controle sobre os indivíduos. Segundo ele,

Reconhecer a inverdade como condição e vida: isto significa, sem dúvida, enfrentar de maneira perigosa os habituais sentimentos de valor; e uma filosofia que se atreve a fazê-lo se coloca, apenas por isso, além do bem e do mal⁷³.

Sem dúvida, o reconhecimento da inverdade como condição da vida representa uma ruptura com os valores tradicionais, sendo essa quebra traduzida por Nietzsche na crítica à moralidade dos costumes, ao desafiar as noções pré-estabelecidas de moralidade. Assim, em *Além do Bem e do Mal*, Nietzsche distingue a moral nobre da moral escrava com o objetivo de investigar as diversas morais e seus traços característicos. Estes são descritos a partir de uma diferença fundamental, ou seja, que sempre há o recorte entre uma moral dos senhores e uma moral dos escravos⁷⁴ e é essa moral que perpetua os valores impostos, prejudiciais a uma suposta noção de liberdade defendida por Nietzsche. Nesse momento o recorte permite distinguir entre “bom” e “ruim” de forma simular a ideia de “nobre” e “desprezível”, ou seja, o valor moral se apresenta enquanto uma ideia que faz referência ao homem e à interpretação da sua forma de ação⁷⁵.

De forma similar, na *Genealogia da Moral*, Nietzsche passa a discorrer sobre o fato de que o valor moral presente na separação entre as duas morais se dá a partir da discriminação da ação, da “reação”, “dos atos”⁷⁶. Para Marton, na obra *Genealogia da Moral*, Nietzsche apresenta seu procedimento genealógico como a investigação da proveniência e das transformações por que passam os valores⁷⁷. Nietzsche desenvolve a questão da moralidade a partir do debate entre a concepção de uma ‘moral nobre’ e de uma ‘moral escrava’. A primeira representa o “não a um ‘fora’, um ‘outro’, um ‘não-eu’” enquanto a segunda expressa um

⁷³ NIETZSCHE. JGB, §4.

⁷⁴ NIETZSCHE. JGB, §260.

⁷⁵ “É óbvio que as designações morais de valor, em toda a parte, foram aplicadas primeiro a homens, e somente depois, de forma derivada, a ação” (NIETZSCHE. JGB, §260).

⁷⁶ NIETZSCHE. GM I, §10.

⁷⁷ MARTON. 2006, p.60.

“triunfante sim a si mesma”⁷⁸. A partir dessa distinção é possível pensar a demarcação de uma moral em dois sentidos, ou seja, a nobre, que apresenta um modo de valorar ativo⁷⁹ e espontâneo e, distintamente, a escrava, que valoriza de forma passiva, como simples reação a uma ação exterior⁸⁰. Desse modo, a moral escrava está associada a uma interdependência com o outro, como uma forma de enaltecer a si mesma a partir da negação, enquanto a moral nobre pode ser projetada de forma independente. A moral nobre valoriza a afirmação da vida, a individualidade e a criação de valores próprios, enquanto a moral escrava se baseia na submissão e na conformidade, segundo Nietzsche.

De acordo com Giacoia Jr., Nietzsche define a filosofia kantiana como a representação genuína da moral escrava⁸¹, uma vez que fundamenta seu valor máximo na obediência a uma lei racional, sem realizar um projeto crítico-genealógico que busque investigar a origem e o valor dos valores morais. Por isso, afirma que, ao contrário de Kant, Nietzsche objetiva “resgatar a dimensão natural e histórica que a moralidade e a metafísica sempre pretenderam escamotear e ocultar”⁸². É importante observar que a compreensão de moral abordada por Giacoia Jr. está associada à moralidade dos costumes, entendida como o conjunto de normas e valores que se tornam padrões aceitos pela tradição.

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de entendimento sobre a moralidade, retomamos, ainda, a distinção entre o espírito livre e o espírito cativo, apresentada por Nietzsche na obra *Humano, Demasiado Humano*, cujas características se apresentam a partir da acolhida ou refutação moral, associada ao meio no qual o indivíduo está inserido. Segundo Nietzsche, o espírito cativo é aquele que adota uma posição ou crença por pura inércia, habituado à conformidade e ao seguimento passivo das normas e das ideias que lhe são apresentadas, sem se arriscar a explorar ou questionar outros conhecimentos que possam desafiar sua visão de mundo. Este tipo de espírito, portanto, é marcado pela acomodação e pela falta de vontade de transcender as fronteiras do pensamento imposto⁸³.

Por outro lado, o espírito livre⁸⁴ é aquele que se recusa a ser prisioneiro das convenções e das crenças estabelecidas. Ele é aquele que, movido por uma curiosidade insaciável e por uma

⁷⁸ NIETZSCHE. GM. I, §10.

⁷⁹ Ativo apresenta-se aqui como a ideia exercer uma ação, ou nas palavras de Nietzsche, como aquele que “age”. (NIETZSCHE. GM I §10).

⁸⁰ NIETZSCHE. GM I §10.

⁸¹ “Para Nietzsche, Kant é o representante *par excellence* do instinto gregário em matéria de ética, autor de uma filosofia que consagra a legítima *moral dos escravos*, para a qual a obediência a um comando imperativo universal é o valor cardinal” (GIACOA. 2012, p.121).

⁸² GIACOA. 2012, p.121.

⁸³ NIETZSCHE. MA, §226.

⁸⁴ A ideia de espírito livre será explorada nos Capítulos 3 e 4 deste trabalho, com o propósito de proporcionar uma compreensão mais aprofundada de seu papel na obra de Nietzsche, além de estruturar os argumentos desenvolvidos

disposição para questionar e criticar, escolhe adotar um caminho próprio, um posicionamento independente das ideias predominantes em seu ambiente. O espírito livre se destaca pela capacidade de se distanciar dos modelos tradicionais, de criar seus próprios valores e de moldar a realidade de acordo com a sua visão, e não de acordo com o que lhe é imposto⁸⁵. Assim, o espírito livre é visto como uma exceção, um exemplo de autonomia e autoafirmação, enquanto o espírito cativo representa a norma, a tendência predominante, que aceita e se conforma aos valores e ideias estabelecidos.

Desse modo, para Nietzsche, conforme descrito em *Aurora*, a moralidade do costume é um produto da história e da cultura, não uma verdade universal, mas sim um reflexo da conformidade e da obediência às normas estabelecidas. Nesse contexto é que Nietzsche faz menção à figura dos ‘imoralistas’ como aqueles que executam uma vontade que não teme negar a si mesma, como aqueles nos quais se realiza a autossupressão da moral.

Nós, imoralistas, nós ateus de hoje, e até mesmo, em determinado sentido, como seus herdeiros, como executores de sua mais íntima vontade, de uma vontade pessimista, como dissemos, que não teme negar a si mesma, porque nega com *prazer*! Em nós se realiza, supondo que desejem uma fórmula – a *autossupressão da moral*⁸⁶.

Os imoralistas são aqueles que rejeitam os valores morais tradicionais, desafiando a ideia de uma moral estabelecida nos moldes kantianos. Nietzsche, ao abordar a questão da moralidade, propõe que a verdadeira superação da moralidade tradicional não se limita à simples negação dos seus valores, mas envolve um processo mais profundo de transformação. Na ideia da “autossupressão da moral”, Nietzsche afirma que, para além da negação, é necessário um movimento ativo e criador que ultrapassa as normas morais estabelecidas, com o objetivo de reconfigurar os fundamentos da moralidade.

A autossupressão da moral também é um tema desenvolvido por Nietzsche na obra *Assim Falou Zaratustra*, onde ele, mais uma vez, expressa sua posição em relação à moralidade e à superação dos valores tradicionais. Seu objetivo é elucidar como os valores morais convencionais devem ser transcendidos para que novos valores possam ser criados. É nesse contexto que Nietzsche defende sua visão de autoafirmação, entendida como o próprio processo de autossupressão ou transcendência da moral estabelecida.

no texto. Por ora, seu objetivo é esclarecer as diferenças de interpretação da moral, possibilitando a elucidação a partir de sua aceitação ou refutação.

⁸⁵ NIETZSCHE. MA, §225.

⁸⁶ NIETZSCHE. M, Prólogo, §4.

Querer liberta: eis a verdadeira doutrina da vontade e da liberdade – assim Zaratustra a ensina a vós.
Não-mais-querer e não-mais-estimar e não-mais-criar! Ah, fique sempre longe de mim esse grande cansaço!⁸⁷.

Nietzsche destaca como a doutrina da vontade e da liberdade está relacionada ao ato de querer, ao impulso ativo e à criação. Por isso, assim como a noção de autossuperação, a compreensão da transvaloração dos valores revela-se um elemento fundamental a ser acompanhado nos escritos nietzschianos. Cientes desse papel e da relevância que as noções de autossuperação e transvaloração assumem na construção da presente tese, dedicamo-nos a abordá-las no capítulo quatro deste trabalho. No momento recorremos a elas para elucidar como Nietzsche constrói sua crítica a partir de conceitos em movimento no decorrer de seus escritos.

A partir dessas concepções manifestas no interior da filosofia de Nietzsche, em *Assim falou Zaratustra*, encontramos, ainda, o conceito de “além do homem” e do próprio “Zaratustra”. A ideia de “além do homem”, compreendida nos termos de Giacoia Junior, não, necessariamente, mantém relação com o presente estudo, pois, segundo o autor, ela está vinculada à questão do “elevar-se acima do rancor vingativo, à experiência inefável de ter o bilioso ressentimento como uma experiência finalmente colocada abaixo de si”⁸⁸. Por outro lado, quando a figura de Zaratustra é apresentada, existe incursão a termos como “elevação”⁸⁹, “superioridade”, “soberania”. Assim, de acordo com Marton, Zaratustra é uma figura central na obra de Nietzsche, simbolizando a superação e a transformação.

Zaratustra é o arauto do eterno retorno, é o anunciador do além-do-homem, é “aquele que sempre afirma”. **Se criar é ultrapassar-se**, a criatura deve prevalecer sobre o criador. É preciso haver morte para que surja o além-do-homem; ele aponta para uma nova maneira de sentir, pensar, avaliar. **Não é fruto de um progresso nem surge ao termo de uma reta ascendente**, pois, no infinito, todas as retas tornam-se curvas⁹⁰.

Seguindo a descrição de Marton, é possível compreender que Zaratustra está intimamente relacionado aos conceitos do eterno retorno e do além-do-homem, ambos fundamentais para a filosofia de Nietzsche. O eterno retorno simboliza a ideia de uma circularidade infinita das coisas, enquanto o além-do-homem representa a transcendência do homem comum, que busca algo superior, mais elevado. Zaratustra, assim, oferece uma

⁸⁷ NIETZSCHE. Za, II, p. 83.

⁸⁸ GIACOA. 2014, p.14.

⁸⁹ NIETZSCHE. Za. p.41

⁹⁰ MARTON. 2006. p.31. (grifo nosso).

compreensão de transformação que vai além de um simples movimento linear. Ele propõe um modo de agir de forma diversa, mas dentro de uma perspectiva de superação.

A partir dessas figuras utilizadas por Nietzsche para explicitar sua interpretação sobre a moralidade, discutiremos a possibilidade de um diálogo entre as filosofias de Kant e Nietzsche, pois é possível identificar na filosofia nietzschiana um momento de mudança, uma capacidade de realizar deslocamentos no interior do contexto moral. Assim, nos dedicamos a compreender o que significa essa capacidade de se movimentar em meio a moralidade, estando inserido em um ambiente de imposição de valores.

3. UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE AS FILOSOFIAS DE IMMANUEL KANT E FRIEDRICH NIETZSCHE

O presente capítulo discorre sobre a relação entre as filosofias de Kant e Nietzsche, especialmente no que diz respeito à forma como estruturam suas interpretações a partir de um ponto de diálogo comum: a validade da moral. Apresentamos, neste momento, a perspectiva de Kant, que entende a moralidade como um conjunto fixo de normas universais e racionais, válidas para todos. Por outro lado, Nietzsche vê essa moralidade como uma limitação imposta à singularidade humana.

É justamente ao seguir esse caminho nietzschiano de desconstrução da ideia de uma moral única e válida para todos que ressaltamos um diálogo entre os dois filósofos no desenvolvimento de suas teorias. Entendemos que há um processo argumentativo interno a cada uma das filosofias, o qual pode ser identificado a partir dos termos que conduzem à criação das figuras do homem livre, em Kant, e do indivíduo soberano, em Nietzsche.

Acolhendo as interpretações de Paul van Tongeren e Giacoia Junior sobre a crítica de Nietzsche à pretensão de universalização da teoria moral kantiana, observamos como o filósofo dialoga com a questão da negação das singularidades humanas. Nesse sentido, desenvolvemos a análise a partir da perspectiva de que a relação entre Kant e Nietzsche se funda na oposição entre a moral universal e racional proposta por Kant e a visão crítica de Nietzsche, que a entende como uma construção histórica e cultural.

Para identificar os passos que conduziram Nietzsche a adotar uma postura distinta da de Kant em relação à moral, passamos a expor a posição de ambos os filósofos. Em Kant, buscamos compreender a fundamentação da validade moral a partir dos conceitos de “fato da razão” e do sentimento de respeito, especialmente com base nos esclarecimentos oferecidos por Guido Antônio de Almeida. Também analisamos as características que compõem a figura do homem livre, com destaque para a forma como a ideia de liberdade é estabelecida em Kant, segundo as interpretações de Henry E. Allison e Valério Rohden.

Em Nietzsche, destacamos como a crítica à moral está relacionada à centralidade que Kant lhe atribui como regra universal de conduta — uma concepção incapaz de conciliar razão e instinto em sua teoria. A imposição dessas normas à ação torna-se um ponto-chave na transição da argumentação nietzschiana, especialmente em relação ao lugar que a moralidade ocupa no interior de sua filosofia, com destaque para a ideia de meio, conforme apresentada por Werner Stegmaier. Nesse ínterim, surge o conceito de indivíduo soberano e, ao buscarmos descrevê-lo no interior da filosofia nietzschiana, procuramos também compreendê-lo a partir

de algumas interpretações, especialmente considerando as leituras divergentes de Ken Gemes e Christopher Janaway, por um lado, e Brian Leiter, por outro.

3.1. A VALIDADE MORAL EM KANT E NIETZSCHE: CONTRAPONTO E APROXIMAÇÕES

A moral define e valoriza as ações. Esta afirmação expressa um dos pontos da recepção crítica de Nietzsche à filosofia kantiana, isto é, a moralidade como a única detentora dos valores. Assim, a filosofia nietzschiana interpreta a moralidade tradicional como uma “demorada coerção”, uma regra de restrição à ação⁹¹. Kant, distintamente, por objetivar e ordenar uma teoria moral universal, compreende que é preciso sistematizar normas à conduta humana. Nessa contraposição é que almejamos compreender a estrutura argumentativa da teoria moral kantiana para, na sequência, sublinhar as objeções de Nietzsche à procedência desses preconceitos morais⁹².

Nietzsche não questiona somente a prerrogativa de uma moral dominante, mas, também, a sua pretensa ideia de unilateralidade ao tentar estabelecer-se como única. Conforme palavras de Paul van Tongeren, “todo engajamento por uma determinada moral acaba por seduzir uma unilateralidade que tem por consequência o fato de que o problema da moral, a multiplicidade das morais, não é mais visto”⁹³. Assim, Nietzsche refuta a construção moral kantiana e sua ideia de validade universal, pois, segundo ele, aquilo que é apresentado com o anseio de representação universal é apenas uma dentre as tantas outras morais possíveis. Todavia, conforme abordamos no capítulo anterior, é importante compreender que Nietzsche não objetiva refutar toda a ideia de moral, mas aquela que pretende valer como uniformizadora e padronizadora de todos os valores.

Neste interim é que Nietzsche trabalha sua crítica a partir de dois ângulos distintos de interpretação: o da lei moral e o da moralidade do costume. A primeira abrange a pretensão de universalização que a lei objetiva exercer sobre o indivíduo. A segunda compreende os valores tradicionais, que funcionam como códigos de conduta para os indivíduos. Desse modo, o entendimento em torno da questão moral é fundamental na busca por estabelecer uma aproximação entre as filosofias de Kant e Nietzsche, pois, para este, ela representa um meio de restringir novas interpretações, enquanto, para aquele, expressa a vontade própria de um ser

⁹¹ NIETZSCHE. JGB, §188.

⁹² NIETZSCHE. GM, Prólogo §2.

⁹³ TONGEREN. 2012, p.104.

racional.

Segundo a leitura de Márcio José Silveira Lima, a relação entre os filósofos pode ser entendida a partir da concepção de uma “ficção regulativa” que “sugere uma relação especular entre os dois filósofos, existente desde as primeiras obras, cuja versão final seria o desenvolvimento e a coroação de um processo”⁹⁴. A posição do autor sugere a existência de uma relação de correspondência entre Kant e Nietzsche no interior de suas obras. Para Lima, essa relação entre os filósofos não ocorreu de forma abrupta, mas foi desenvolvida ao longo do tempo, evoluindo como um processo contínuo nos textos de Nietzsche.

Em Kant, a moralidade aparece como um sistema de normas universais e racionais, aplicáveis a todos os seres humanos, independentemente de seu contexto. Para ele, a moralidade é uma questão de cumprir com o princípio ético universal, que deve ser obedecido de maneira categórica. Em Nietzsche, por outro lado, a moralidade deve ser entendida a partir de suas inúmeras possibilidades, considerando-a não como um conjunto fixo de normas, mas como capaz de permitir diferentes interpretações e adaptações às circunstâncias, não sendo definida como uma única moral a ser seguida.

É justamente ao seguir esse caminho crítico nietzschiano de desconstrução de uma única moral que se observa a possibilidade de apontar uma aproximação nos escritos dos dois filósofos. Conforme termo mencionado por Lima, entende-se que há um processo argumentativo comum estabelecido no interior de cada uma das filosofias, caracterizado por um movimento de construção que, no presente trabalho, buscamos explorar especificamente na forma como se dá a criação das figuras do homem livre e do indivíduo soberano em Kant e Nietzsche, respectivamente. O desenvolver desses conceitos está inscrito no desencadear de ambas as teorias e, tanto um quanto o outro filósofo, requerem a necessária incursão em um contexto interpretativo da moral. Kant trabalha a ideia de consciência moral a partir da forma como ela é recepcionada pelo homem na realização de suas ações e na superação das condicionantes empíricas⁹⁵. Nietzsche, por outro lado, apresenta a sua construção crítica com base na pretensão moral de querer desvendar o homem em toda a sua complexidade⁹⁶.

Uma das principais críticas de Nietzsche à ideia de moral entendida como lei universal

⁹⁴ LIMA. 2013, p. 369.

⁹⁵ “Mas como é possível também a consciência daquela lei moral? Podemos tornar-nos conscientes de proposições fundamentais teóricas puras, na medida em que prestamos atenção à necessidade com que a razão as prescreve a nós e à eliminação de todas as condições empíricas, à qual aquela nos remete” (KANT. KpV, p.101).

⁹⁶ “A moralidade não é outra coisa (e, portanto, não mais!) do que a obediência a costumes, não importa quais sejam; mas costumes são a maneira tradicional de agir e avaliar. Em coisas nas quais nenhuma tradição manda não existe moralidade; e quanto menos a vida é determinada pela tradição, tanto menor é o círculo da moralidade” (NIETZSCHE. JGB. I, §9).

é que Kant incorre na elaboração de uma lei da submissão e não da liberdade. Nietzsche interpreta essa concepção de moral como uma lei que impossibilita a visão de uma forma genuína de vida; para ele, ela passa a inviabilizar a possibilidade de o homem se desenvolver em sua plenitude, contrariando, justamente, a pretensão de liberdade afirmada por Kant.

Para Kant, é na consciência moral que se expressa a capacidade de orientar o comportamento pelo dever. Ela é capaz de determinar as intenções com base em seu princípio universal, ou seja, na própria lei moral. Nesse sentido é que a consciência moral pode ser interpretada como a expressão da autonomia racional, que permite ao homem agir segundo o imperativo categórico. Em Nietzsche, a consciência moral (*Gewissen*), expressa na Segunda Dissertação, da *Genealogia da Moral*, é justamente essa consciência como o produto de um longo processo histórico e psicológico. A genealogia expressa o trabalho de entendimento desse processo, dos valores como perpassados ao longo da história e cultura. A consciência moral é justamente a aceitação desses valores, uma construção imposta que objetiva controlar e reprimir os instintos naturais e a vontade dos indivíduos. Nietzsche apresenta a ideia de que o conceito de consciência moral tem uma longa e variada trajetória.

Sua consciência?.. Já se percebe que o conceito de "consciência", com que deparamos aqui em sua manifestação mais alta, quase desconcertante, tem uma longa história e variedade de formas atrás de si⁹⁷.

Assim, uma das objeções destacadas por Nietzsche à moralidade é a sua pretensão de validade universal como lei. Segundo ele, agrupar todos os indivíduos sob uma mesma obrigatoriedade subjuga as suas particularidades. Ele desenvolve seus questionamentos dos valores impostos e da própria moralidade sobre sua presunção de valorar, afinal, ninguém é capaz de determinar o certo e o errado e, ainda menos, de forma universal. Nesse sentido, a filosofia nietzschiana caracteriza a moral como um “incômodo” à vida, pois ela requer do indivíduo uma condição que não lhe é própria, uma obrigação inconsistente com a sua natureza.

Do ponto de vista de Nietzsche, (...) uma lei que vale para todos, precisamente em razão de sua universalidade, não pode valer para uma singularidade autêntica e genuinamente pessoal. Nossas virtudes não podem ser as virtudes de todo mundo, meu ideal não pode ser o ideal de nenhum outro, menos ainda o ideal de todos, sob pena de suprimir a individualidade irredutível de cada qual⁹⁸.

⁹⁷ NIETZSCHE. GM. II, §3.

⁹⁸ GIACIOIA JUNIOR, 2012, p. 27.

Nietzsche assume uma postura crítica diante da moral, concebendo-a como um instrumento de repressão das particularidades que identificam o homem. Em outras palavras, o que é aceito pelo coletivo não corresponde ao que é aceito por um particular e isso incorre na supressão da vontade. Por conta disso, Oswaldo Giacoia Jr. associa a ética de Nietzsche a uma ética elitista, ou seja, “uma defesa intransigente da individualidade e da singularidade, incapaz de fundar um pacto político com pretensões de validade universal”⁹⁹. Assim, estabelecer critérios para a ação de forma coletiva resultaria na anulação da singularidade do indivíduo. Logo, o que é para Kant a realização de uma teoria universal racional é para Nietzsche a abnegação do indivíduo da sua própria individualidade e, por conseguinte, da possibilidade de realizar as suas vivências.

A partir da ideia de anulação do indivíduo sob as premissas morais, passamos à crítica de Nietzsche a Kant, não só como uma violação da autonomia¹⁰⁰, mas, também, como uma forma de violência contra esta mesma autonomia. O objetivo de convalidar o universal anula a individualidade ao mesmo tempo em que recrimina a sua possibilidade de insurgência natural. Ronald Dworkin apresenta a filosofia de Nietzsche justamente como uma luta contra os costumes da subordinação, uma luta na qual ele afirma que o filósofo

Admitia que a moral reconhecida pelas convenções da comunidade ocidental exigia a subordinação do eu. Asseverava, porém, que essa moral se revela assim como uma farsa que não pode nos impor nenhuma exigência. O único real imperativo da vida é viver – a gênese e a asserção de uma vida humana como um ato de criação singular maravilhoso. A moral é uma ideia subversiva inventada por pessoas que não dispõem nem de imaginação nem de vontade necessárias para viver criativamente¹⁰¹.

A distinção entre a leitura de Kant e Nietzsche da moral é perceptível, uma objetiva a imposição de uma padronização universal e a outra a inquietação diante desse mesmo universal. Mas qual das interpretações pode colocar-se como um pressuposto necessário à legitimidade da vontade e de como esta é capaz de revelar-se como genuinamente autônoma? Para responder à questão é preciso distinguir, mais uma vez, a crítica de Nietzsche à moral como moralidade do costume e como lei moral. No primeiro caso, ao apresentar a ideia de afirmação do indivíduo, é preciso observar que este reflete os valores dentro de um espaço/ tempo específico, como o indivíduo enquanto a expressão de uma tradição. Nietzsche apresenta, em *Humano, Demasiado*

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ O conceito de autonomia - se podemos mencionar nesses termos -, transita nas obras de Nietzsche, a depender do tempo e do espaço, e será desenvolvido em análise ao próprio conceito de indivíduo soberano.

¹⁰¹ DWORKIN. 2014, p.30.

Humano, uma descrição de como compreende a “hierarquia dos bens”, como uma indeterminação dos valores, alterada conforme a época e a cultura, pois “não é fixa e igual em todos os tempos”¹⁰². Para ele, ela “não é estabelecida ou alterada segundo pontos de vista morais, mas com base na sua determinação vigente é decidido se uma ação é moral ou imoral”¹⁰³. Nesse sentido, podemos compreender que a afirmação do indivíduo remete a um contexto de valorar estabelecido a partir da relação com o seu tempo, que, por conseguinte, não é perene.

Por outro lado, na apreciação da validade universal moral há uma relação do indivíduo com a sua própria natureza, como espécie que objetiva o seu próprio bem-estar e que Nietzsche associa à ideia de legítima defesa, pois a está relacionando a uma necessidade, ao manter-se bem, mas sem a premissa de identificação de um bom ou mau. De acordo com Nietzsche, o que há é uma medida de prazer, que ele associa ao “sentimento do próprio poder, da intensidade da própria excitação”, ou seja, o que está em análise não é a valoração, mas a própria manifestação do indivíduo enquanto espécie para manter seu bem-estar. Portanto, “se o indivíduo trava essa luta de maneira que o chamem de *bom* ou de maneira que o chamem de *mau*, é algo determinado pela medida e a natureza de seu intelecto”¹⁰⁴.

Nietzsche trabalha, assim, a ideia de indivíduo como a manifestação de um comportamento próprio relacionado a uma cultura, por um lado, e a natureza, por outro, sem a necessária pretensão de identificar ou estabelecer uma forma de valorar. Aspecto que justifica sua afirmação que “os homens, em sua maioria, estão ocupados demais consigo mesmos para serem malvados”¹⁰⁵. Deste modo, para desvendar as interrogações que sustentam a investigação de um diálogo entre as filosofias de Kant e Nietzsche, é fundamental delinear, neste capítulo, os passos que expressam as diferenças e/ou similaridades entre os conceitos de homem livre e de indivíduo soberano, respectivamente. No primeiro, a vontade livre e a vontade sujeita à lei moral são análogas, o que justifica o imperativo¹⁰⁶ de cumprir com a obrigação moral. Contudo, no segundo, há uma espécie de liberação existente a partir da moralidade, uma possibilidade que parte da transposição dessa mesma condicionante.

A investigação em torno dos conceitos de homem livre e indivíduo soberano acompanha a crítica de como a moralidade – como lei moral - pode apresentar-se como um

¹⁰² NIETZSCHE. MA. II, §42.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ NIETZSCHE. MA. II, §104.

¹⁰⁵ NIETZSCHE. MA. II, §85.

¹⁰⁶ “Um imperativo categórico é aquele que representa uma ação como objetivamente necessária” (KANT. MS. p, 65).

critério demarcador da prevalência racional e – como moralidade do costume – pode representar a coroação de uma tradição imposta. Para compreender esses conceitos nas filosofias de Kant e Nietzsche, é necessário analisar o debate dualista, o qual se torna um dos elementos essenciais para a constituição desses próprios conceitos.

Seguindo a análise nietzschiana, em Kant, há a necessidade de provar a existência de um princípio que orienta a normatização da ação com base na ideia de uma coerção da razão. Nesse aspecto é que Nietzsche ressalva a importância de conhecer o indivíduo como um conjunto de imperfeições e refutar a moral como sinônimo de superação racional. Kant, diversamente, estabelece critérios para a ação a partir da razão e compreende que é necessária a superação sensível para que o homem possa tornar-se realmente livre.

Neste contexto de divergência ao tentar circunscrever o papel da moralidade no interior das teorias de Kant e Nietzsche é que o debate entre razão e natureza permite questionar em que medida existe autonomia e como ela pode ser interpretada como a expressão de um tipo de liberdade. Para resolvê-la será necessário observar como é possível pensar a separação do homem enquanto razão e natureza e como isto permite a construção de uma filosofia que convalida ou transpõe a moral, em uma investigação do racional *versus* o natural. Essa relação entre as filosofias de Kant e Nietzsche nos convida a refletir sobre as limitações da moralidade universal e a necessidade de considerar a complexidade da natureza humana, que não pode ser aprisionada por normas. A visão nietzschiana oferece uma alternativa, defendendo uma moralidade mais flexível e adaptada às particularidades do indivíduo, enquanto a kantiana propõe uma moral do dever.

Assim, a partir da análise das concepções de moral em Kant e Nietzsche, podemos destacar que a ideia de diálogo entre as duas filosofias se fundamenta na oposição entre a moral como um sistema universal e racional, defendido por Kant, e a moral como uma construção histórica e cultural, abordada criticamente por Nietzsche. Para Kant, a moralidade universal é essencial para a autonomia do ser humano, permitindo-lhe agir de acordo com a razão e as normas que esta impõe. Por outro lado, Nietzsche critica a moralidade kantiana, que considera uma imposição externa que suprime a individualidade. Para Nietzsche, a moralidade não deve ser universal e obrigatória, mas sim a expressão do indivíduo em relação à sua natureza, ao seu tempo e à sua cultura. Sob sua perspectiva, a moralidade não deve representar a distinção do indivíduo entre natureza e razão, na qual esta exerce uma força de coerção sobre as manifestações instintivas, mas sim uma afirmação do indivíduo como um todo, livre de restrições.

3.2.A FILOSOFIA PRÁTICA DE KANT E O FUNDAMENTO DA LEI MORAL

A construção de uma filosofia crítica pautada na razão é o marco estrutural do pensamento de Immanuel Kant. O filósofo rompe com o dogmatismo e delineia novos traços para uma releitura da compreensão metafísica. Para tanto, elabora uma crítica da razão capaz de esmiuçar os alicerces metafísicos e, ao mesmo tempo, elevá-los a um novo patamar racional¹⁰⁷. A filosofia crítica kantiana inaugura um novo horizonte no pensamento moderno ao conceber a razão como instância normativa, dotada de autonomia para resistir às inclinações sensíveis e fundamentar a moralidade como princípio. Nesses critérios é que acompanhamos a elaboração de sua filosofia prática, especialmente a forma como o filósofo delineia a razão pura na determinação da vontade e, por conseguinte, na existência das leis práticas como o princípio supremo da moralidade¹⁰⁸.

Nesse contexto, a moralidade, delineada na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, estabelece a razão prática como instância autônoma, capaz de legislar universalmente. Assim, no prefácio da obra, Kant enuncia sua filosofia moral ao descrever as leis da liberdade como “leis segundo as quais tudo deve acontecer, mas também levando em conta as condições sob as quais muitas vezes não acontece”¹⁰⁹. O princípio moral assume o papel de elevação da conduta humana em relação aos excessos cometidos pelos instintos. Para Kant a construção dos valores morais está na possibilidade de negação das inclinações sensíveis em primazia do disposto pela razão. Desse modo, a valoração está respaldada na própria independência que a razão proporciona ao homem, ao permitir que ele oriente suas ações em detrimento dos impulsos da sensibilidade. Assim, a razão passa a comandar o que deve acontecer de forma independente de qualquer aprovação da experiência, embora o filósofo reconheça que, devido às próprias relações sensíveis, essas leis nem sempre sejam seguidas de fato.

A pura assimilação desse dever racional é um dos pontos que gera inquietação à filosofia kantiana. A lei moral necessita de uma justificação independente das afecções da sensibilidade, uma pautada na própria validade racional. Todavia, é preciso cuidado ao desvencilhar o princípio moral de toda a experiência possível. Uma das críticas direcionadas à filosofia kantiana é a pretensão de universalidade requerida pela lei moral. Esta poderia estar sujeita à construção de um conceito vazio quando impossível de conectar-se a uma realidade objetiva.

¹⁰⁷ FIGUEIREDO. 2010, p.17.

¹⁰⁸ “Se se admite que a razão pura possa conter um fundamento praticamente suficiente para a determinação da vontade, então existem leis práticas (KANT, KpV, p.67).

¹⁰⁹ KANT. GMS, p.65.

Conforme observa Mattos em sua análise da objetividade,

se toda a realidade que podemos conhecer é aquela que pode ser dada numa experiência possível, e se desde o princípio está clara a impossibilidade de os princípios morais estarem vinculados à experiência, então a filosofia moral kantiana, tal como até aqui apresentada, não nos estaria levando muito longe: um conceito como o de conformidade universal a leis, por exemplo, pode não passar de um conceito vazio, analiticamente conectado à noção comum de moralidade mas desprovido de qualquer realidade objetiva¹¹⁰.

Para fundamentar a legitimidade de sua teoria moral, na obra *Crítica da Razão Prática* (1788), Kant afirma que a consciência da lei moral é um *factum* da razão, pois “ela se impõe por si mesma a nós como uma proposição sintética *a priori*”¹¹¹. A moral demonstra sua legitimidade na sua independência empírica, na consciência de sua validade racional. Esta que está pautada na própria possibilidade de conceber uma proposição sintética *a priori* pela razão, ou seja, “ela não é nenhum fato empírico, mas um único *factum* da razão pura, que deste modo se proclama como originariamente legislativa”¹¹². Para Kant, a consciência da lei moral não é algo que se origina da experiência ou dos sentidos, mas sim algo intrínseco à própria razão humana; isto é, ela é capaz de perceber e reconhecer a moralidade como uma verdade fundamental.

A *Crítica da Razão Prática* apresenta a investigação do princípio que torna possível o agir racional. Ela demonstra que, pelo *factum* da razão, a própria razão pode determinar a vontade segundo o seu princípio moral. De acordo com Guido Antônio de Almeida, o *factum* da razão exprime o entendimento da relação entre uma proposição analítica e uma sintética na validação da moral como uma lei do dever. Assim a consciência da lei moral é expressa de forma analítica, mas a sua realização na vontade ocorre de forma sintética.

O “facto da razão”, lembremos, é, em sua fórmula canônica, a consciência da lei moral por um agente dotado de uma vontade imperfeita. Ter consciência da lei é ter consciência da verdade de uma proposição analítica. Esta consciência não é, porém, uma condição necessária de se ter uma vontade imperfeita. Assim, se acontece a um agente dotado de uma vontade imperfeita ter a consciência da lei moral, ele tem consciência de algo que em si mesmo é objeto da certeza característica das proposições analíticas, mas de tal modo que a relação da lei com sua vontade se exprime sempre numa proposição sintética¹¹³.

¹¹⁰ MATTOS. 2013, p. 123.

¹¹¹ KANT. KpV. p.107.

¹¹² Idem.

¹¹³ ALMEIDA. 1999, p.83.

O “facto da razão” é a consciência da lei moral, como o reconhecimento desta atuando sobre a vontade e em primazia da própria razão. Ter consciência da lei moral é ter a consciência de uma proposição cuja verdade está presente na sua própria definição, como uma consciência evidente por si só. O conceito de “facto da razão” presente na *Crítica da Razão Prática* desenvolve a ideia desse princípio que é dado à nossa consciência de forma imediata, evidente como fato que não precisa de demonstração empírica. Todavia, essa consciência é característica necessária à lei moral, mas não é uma condição necessária diante de vontades dependentes da relação com o mundo empírico.

A moralidade não está vinculada a um fato empírico, mas a um *factum* da razão. Ele é a demonstração da razão prática pura, uma vez que não pode estar vinculado a um princípio material, mas, somente, a um racional. Desse modo é que a lei moral determina a vontade para uma ação livre e não sob uma instância sensível, ou seja, ela apresenta a possibilidade de transcendência de uma ação realizada em acordo com o princípio moral. Kant considera então que a razão torna possível o conhecimento do princípio da moralidade como uma lei universal para todos os seres racionais. Em Almeida, a força motivadora para o conhecimento da lei moral é o sentimento de respeito que esta mesma lei desperta através da consciência do dever, ou seja, a “consciência da subordinação de nosso arbítrio a um imperativo”¹¹⁴.

Nesse sentido é que se inscreve a extensão da objetividade do dever à vontade e que, no texto de Hélio José dos Santos Souza, possibilita a compreensão de dois tipos distintos de sentimentos. O sentimento negativo que está vinculado à forma como a lei pode suscitar dor e humilhação ao pretender romper com as inclinações sensíveis, por um lado. E o sentimento positivo representado pelo próprio sentimento de respeito despertado no homem pela lei, por outro.¹¹⁵

Logo, o respeito pela lei moral é um sentimento produzido por um fundamento intelectual, e esse sentimento é o único que conhecemos de modo inteiramente *a priori* e de cuja necessidade podemos ter perspicácia¹¹⁶.

Assim, a moral é possível a partir de uma razão prática pura e de uma vontade expressa em acordo com essa mesma razão¹¹⁷. É necessário que o homem racional também seja dotado da capacidade de representar para si mesmo as regras práticas fundadas em máximas universais. O respeito não é um sentimento recebido por influência, mas é produzido por si mesmo a partir

¹¹⁴ ALMEIDA. 1999, p.193.

¹¹⁵ SOUZA. 2009, p.100-101.

¹¹⁶ KANT. KpV, p.255.

¹¹⁷ KANT. KpV, p.165.

de conceitos da razão.

Conforme aponta Giacoia Jr., há a necessidade de existência de um sentimento mais forte que o da simples motivação representada pelos impulsos e, por isso, reconhece que há na filosofia kantiana um sentimento *suis generis*, ou seja, “o respeito ou a veneração pela lei moral é o único princípio e única força capaz de fazer face às motivações sensíveis”¹¹⁸. Desse modo, a moralidade não se baseia em leis ou normas externas, mas na capacidade da razão prática pura, que permite ao homem agir conforme máximas universais que ele mesmo se impõe. Por conseguinte, o respeito moral surge como um produto interno da razão, ou seja, é a razão que funda a capacidade do indivíduo de gerar o sentimento de respeito.

O respeito é um tributo [**dado de forma racional**] que não podemos recusar ao mérito, quer o queiramos ou não; podemos, quando muito, abster-nos dele exteriormente mas não podemos evitar de senti-lo interiormente¹¹⁹.

Para Kant, o sentimento de respeito, “produzido unicamente pela razão”¹²⁰, está diretamente relacionado ao *factum* da razão e a possibilidade de motivar o agir conforme as preposições das leis práticas. Conforme descreve Luciano Duarte da Silveira, o “*Factum* consiste não em um fato empírico (*Faktum*, *Tatsache*), mas trata-se de um *Factum* da razão enquanto um ato desta mesma razão (*Factum*, *Tat*)”¹²¹. Assim sendo, o termo *factum* não se refere a algo que pode ser observado ou experimentado diretamente no mundo sensível, em vez disso, ele se refere a um ato que é resultado da própria atividade da razão, uma ação que é exclusivamente da ordem do pensamento e da cognição racional.

Para Kant, a ação moral, realizada conforme o dever, deve ser isenta de qualquer motivação proveniente das inclinações sensíveis. Assim, o fator determinante da vontade é a lei moral em sua forma objetiva, e o respeito por essa lei em sua forma subjetiva. A vontade, portanto, deve ser guiada pela razão e pela obrigação de cumprir a lei moral, na qual o dever de agir moralmente é o cumprimento da própria lei.

Ora, uma ação por dever deve pôr à parte toda influência da inclinação e com ela todo objeto da vontade, logo nada resta para a vontade que possa determiná-la senão, objetivamente, a lei e, subjetivamente, puro respeito por essa lei prática, por conseguinte a máxima de dar cumprimento a uma tal lei mesmo com derrogação de todas as minhas inclinações¹²².

¹¹⁸ GIACOIA.2012. p.74.

¹¹⁹ KANT. KpV, p.269. grifo nosso.

¹²⁰ KANT. KpV., p. 265.

¹²¹ SILVERIA. 2011, p.166.

¹²² KANT. GMS, p.129

Portanto, para Kant, a consciência moral é uma característica fundamental da razão humana, que não só revela a autonomia do sujeito, mas também possibilita o discernimento dos deveres morais. Nesse contexto, o sentimento de respeito surge como a manifestação da existência da lei moral, sendo possível porque o homem é motivado pelo princípio racional e não por impulsos sensíveis. Deste modo, o desenvolvimento do pensamento moral kantiano estabelece as suas bases na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* ao propor a existência de leis morais que, embora universais, são muitas vezes contrariadas pelas inclinações sensíveis. Assim, a razão passa a assumir o papel normativo ao estabelecer o dever como aquilo que deve ser feito, mesmo quando contraria as disposições naturais. No entanto, a exigência de uma moral fundada exclusivamente na razão incorre na dificuldade de justificar a validade objetiva da lei moral sem recorrer à experiência. Para responder a essa crítica, Kant desenvolve, na *Crítica da Razão Prática*, o conceito de *factum da razão*, sustentando que a consciência da lei moral é um dado irreduzível da razão pura, ou seja, uma proposição sintética *a priori* que se impõe com autoridade prática. Essa formulação garante a legitimidade da moralidade enquanto princípio racional, cuja universalidade decorre da própria estrutura da razão. Assim, segundo interpretações como a de Guido Antônio de Almeida, Kant articula a forma analítica da consciência do dever com sua aplicação sintética na vontade, assegurando que a moralidade não seja um conceito vazio, mas um princípio efetivo de ação racional. Portanto, para compreender plenamente a profundidade dessa afirmação, é necessário seguir os passos da argumentação kantiana, observando sua abordagem antagônica, que busca, por um lado, fundamentar a moralidade na razão pura e, por outro, refutar as influências empíricas que poderiam corromper essa autonomia moral.

3.2.1. O homem livre kantiano.

O homem livre age conforme máximas estabelecidas pela razão. A unidade moral depende da capacidade de o homem orientar a ação por dever. Contudo, a obrigação de agir segundo uma lei universal não está determinada na natureza humana, ela precisa ser pressuposta de forma *a priori* pela razão pura, uma vez que a validade da obrigação moral não é apenas na conformidade com a lei moral, “mas também tem de acontecer por causa dela”¹²³.

Significa que a razão se prova na ação prática, e que determina realmente a vontade mediante leis próprias. A condição para a razão determinar-nos deste

¹²³ KANT. GMS, p.375.

modo é de que nós, justamente por termos razão e vontade, nos damos conta da nossa liberdade¹²⁴.

Na obra *Interesse da razão e liberdade* (1981), Valério Rohden reconhece na argumentação kantiana a necessidade de os preceitos morais se apresentarem como critério para a construção do homem livre. É na interface entre a razão e a vontade que o homem reconhece a sua liberdade e passa a agir no mundo. Na filosofia kantiana a liberdade não pode ser provada como algo efetivamente real, ela pode ser pressuposta em um ser racional. O homem livre é assim entendido porque ele passa a ser a representação daquele ser racional que é capaz de cumprir com o dever moral. Ele supera as inclinações e é orientado a agir independentemente do mundo sensível e, com isso, demonstra uma autonomia racional. É assim que as leis da liberdade se mostram como as próprias leis morais e se opõem às leis da natureza¹²⁵.

Desse modo, Kant entende a liberdade como a capacidade de agir segundo a lei que a razão dá a si mesma, ou seja, a lei moral. Ser livre, no sentido moral, é ser autônomo, e ser autônomo é agir por dever, segundo a lei moral que a própria razão reconhece como universalmente válida. No interior da filosofia kantiana, a autonomia representa, portanto, a capacidade que um ser racional tem de dar a si mesmo a lei moral, por meio da razão prática e essa capacidade só é possível porque há liberdade. Assim sendo, a autonomia é a expressão da liberdade na esfera moral, pois revela a capacidade que a razão tem de se autodeterminar como lei e de agir por dever.

Todavia, Kant é cômico da ambivalência humana, da existência da sua natureza sensível e racional. O homem tem a consciência de si mesmo como um ser inscrito em meio às inclinações sensíveis, mas, também, a consciência de si como um ser capaz de agir racionalmente e superar essas afecções da sensibilidade. Desse modo, o homem livre reconhece na ação a sua independência das condicionantes da natureza e passa a reportar-se a uma espécie mais elevada de si mesmo.

Só um ser racional tem a faculdade de agir segundo representação das leis, isto é, segundo princípios, ou uma vontade. Visto que se exige a razão para derivar de leis as ações, a vontade nada mais é do que razão prática. Se a razão determina a vontade infalivelmente, então as ações de tal ser, que são reconhecidas como objetivamente necessárias, também são necessárias subjetivamente, isto é, a vontade é uma faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação reconhece como praticamente necessário, isto é, como bom¹²⁶.

¹²⁴ ROHDEN. 1981, p. 36.

¹²⁵ KANT. MS, p.63.

¹²⁶ KANT. GMS, p.184/185.

Não há uma dissociação da vontade e da razão, uma vez que aquela é determinada em função desta. É nesse contexto que Valério Rohden afirma que a “liberdade universal e racional torna-se a condição permanente, sob a qual o homem pela primeira vez se conhece a si mesmo”¹²⁷, ou seja, o homem só adquire a autonomia para atuar perante a si mesmo a partir da dominação da razão sobre a sua natureza instintiva. A ideia de liberdade surge no contexto como uma condição de superação da condição humana, impreterível à própria atuação do homem como um ser racional, mas que se distingue da concepção estoica por reconhecer na ambivalência humana a necessidade de orientar o arbítrio a ser motivado pela razão.

É no discorrer desse debate que Guido Antônio de Almeida afirma que a filosofia moral kantiana independe de “nosso arbítrio ter ou não ter obrigações morais”¹²⁸, “porque isso é uma condição do valor que nos atribuímos e da consciência que temos de nós mesmos como seres racionais”¹²⁹. Estas afirmações expressam o ponto central kantiano, porém o autor nos adverte do principal questionamento suscitado a partir dessa posição, ou seja, mesmo que não tenhamos uma deliberação direta sobre o dever moral, ele depende “de uma decisão nossa agir ou não em conformidade com elas”¹³⁰ e é por isso que precisamos saber o fundamento dessas obrigações.

Assim, a liberdade prática kantiana refere-se à capacidade da razão de determinar à vontade com base em juízos de valor. É a razão que permite ao homem deliberar sobre as inclinações da sensibilidade e se posicionar no mundo. Para Almeida, a liberdade prática kantiana foi imiscuída de duas características distintas: “a independência de nossas escolhas relativamente aos impulsos sensíveis que afetam nosso arbítrio e o poder de autodeterminação de nosso arbítrio”¹³¹. Há, assim, tanto a independência na realização de uma ação autônoma quanto à autodeterminação por meio dessa mesma independência.

É interessante observar que, a partir das interpretações de Valério Rohden e Guido Antônio de Almeida, é possível destacar como a concepção kantiana de homem livre está diretamente vinculada à autonomia da razão prática. Para Kant, a liberdade não é um dado empírico, mas uma ideia *a priori* que fundamenta a moralidade. Rohden observa que a liberdade está diretamente relacionada à capacidade do ser racional de agir conforme leis que ele mesmo reconhece como universalmente válidas. A liberdade, nesse sentido, consiste na

¹²⁷ ROHDEN. 1981, p. 49.

¹²⁸ ALMEIDA. 1997, p.175.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ ALMEIDA. 1997, p.181.

autodeterminação da vontade pela razão, e não por impulsos sensíveis, o que configura a autonomia moral. É nesse ponto que a ação por dever, e não meramente conforme o dever, revela o verdadeiro agir moral. Para Almeida, embora a moralidade não dependa da escolha subjetiva de cada indivíduo, a efetivação da ação moral exige uma decisão consciente de agir em conformidade com a lei moral. Isso revela que, mesmo sendo racionalmente obrigatória, a moralidade exige o exercício prático da liberdade. Assim, a liberdade prática kantiana, segundo a interpretação dos dois autores, está na capacidade de o ser humano deliberar racionalmente, superar sua natureza sensível e agir autonomamente segundo a razão, fazendo da moralidade a expressão concreta dessa liberdade.

Na *Crítica de Razão Pura* (1781), Kant afirma que o livre arbítrio é aquele que pode ser determinado “por motivos que apenas podem ser representados pela razão”¹³² e, ainda, que tudo aquilo que possui relação com este livre arbítrio é chamado de prático. Desse modo, a noção de uma liberdade prática pode ser suscitada a partir da compreensão de uma vontade humana orientada por aspectos racionais que estabelecem quais representações são apresentadas ao homem.

Henry E. Allison descreve a liberdade em Kant tanto como liberdade prática quanto como liberdade transcendental, conforme a distinção desenvolvida pelo próprio filósofo. A liberdade prática refere-se à liberdade de ação no mundo real, enquanto a liberdade transcendental é uma ideia relacionada à capacidade humana de agir de acordo com leis morais universais. A liberdade prática é a liberdade de escolher de maneira independente, sem ser forçado por estímulos sensoriais, ou seja, ao exercer essa liberdade, a pessoa não é determinada por fatores empíricos. Em contraste, a liberdade transcendental assume outra dimensão, uma vez que independe de qualquer estímulo. Ela não se submete nem mesmo às influências do mundo sensível, o que a torna uma liberdade totalmente autônoma, regida exclusivamente pela razão e pelas leis morais que a razão humana pode estabelecer.

Insofar as it bears on the important issue of Kant's views on the limitations of freedom, the latter remark is of considerable significance. For present purposes, however, the most interesting aspect of the whole discussion of practical freedom is the contrast drawn with the transcendental variety. Just as the distinguishing mark of the *arbitrium liberum* is its independence from "necessitation" by sensible stimuli, so the distinguishing negative mark of transcendental freedom is its independence from even being sensibly affected.

¹³² “Efectivamente, um arbítrio é *simplesmente animal* (*arbitrium brutum*) quando só pode ser determinado pelos impulsos sensíveis, isto é, patologicamente. Mas aquele que pode ser determinado independentemente de impulsos sensíveis, portanto, por motivos que apenas podem ser representados pela razão, chama-se *livre arbítrio* (*arbitrium liberum*) e tudo o que se encontra em ligação com ele, seja como princípio ou como consequência, é chamado de prático” (KANT. KrV, A802 B830).

Thus, after distinguishing practical freedom, as the freedom of the person, from physical freedom, or the freedom of condition¹³³.

A filosofia kantiana apresenta a liberdade prática como a capacidade da razão de exercer causalidade na determinação da vontade. Para Kant, a liberdade prática não é simplesmente a ausência de restrições externas, mas a capacidade de agir de acordo com a razão, ou seja, a capacidade de determinar a vontade de maneira autônoma, sem ser influenciada por estímulos externos. Assim, na filosofia kantiana, a liberdade é um pressuposto do agir moral, ela não pode ser provada empiricamente, mas é uma pressuposição necessária para conceber o homem como um ser racional, possuidor de uma vontade e, por isso, capaz de realizar a ação em conformidade com a moral. Para considerar o homem como verdadeiramente racional e consciente das suas ações, é preciso atribuir a ela a propriedade de agir conforme a ideia de uma liberdade. Nas palavras de Kant,

A ideia de liberdade; esta, porém, não podíamos provar como algo de efetivamente real, nem sequer em nós mesmos e na natureza humana; vimos apenas que temos de pressupô-la se queremos representar-nos em pensamento um ser como racional e com consciência de sua causalidade com respeito às ações, isto é, dotado de uma vontade, e, assim, descobrimos que, pela mesmíssima razão, temos de conferir a todo o ser dotado de razão e vontade essa propriedade de determinar-se a agir sob a ideia de sua liberdade¹³⁴.

Nesse contexto, o estudo trabalha a ideia do homem livre como aquele capaz de exercer essa causalidade racional, ou seja, o indivíduo que pode determinar sua vontade e suas ações conforme o princípio da razão, e não em resposta a determinações sensíveis. A liberdade prática, portanto, não se limita à capacidade de escolher entre alternativas, mas à capacidade de escolher de acordo com a razão moral, respeitando a lei universal da moralidade, que é determinada pela razão pura. Dessa forma, a liberdade prática está intrinsecamente ligada à autonomia e à capacidade de agir conforme a lei da razão.

Em Kant, a validade universal da lei moral está em um ser racional que tem a faculdade de agir segundo a representação da lei, isto é, segundo o princípio, ou uma vontade¹³⁵. Como afirma Valério Rohden e Hélio José dos Santos Souza, a lei moral é o próprio efeito de liberdade¹³⁶. A filosofia kantiana apresenta a razão como o pilar de refinamento, e não de exclusão, do que é imposto naturalmente. Para Kant, a razão não visa suprimir as leis da

¹³³ ALLISON. 2003, p.59 e 60.

¹³⁴ KANT. KpV, p. 357.

¹³⁵ KANT. KpV, p.183.

¹³⁶ “A lei moral interessa ao homem, porque ela é um produto de sua razão, isto é, efeito de sua liberdade enquanto um ente do mundo inteligível” (SOUZA. 2009, p.110).

natureza, mas sim organizá-las e subordiná-las a um princípio moral. A partir dessa capacidade, a razão é capaz de reconhecer um conceito de liberdade que transcende o empírico. Assim, a liberdade não se resume à ausência de restrições, mas está vinculada à capacidade do indivíduo de agir conforme a razão, ou seja, de agir de acordo com o princípio moral que ele mesmo se impõe. A lei moral, ao ser reconhecida pela razão, traz consigo a possibilidade de compreender a verdadeira liberdade, que é a liberdade da autodeterminação moral.

É a lei moral, da qual nos tornamos imediatamente conscientes (tão logo projetamos para nós máximas da vontade), que se oferece primeiramente a nós e que, na medida em que a razão a apresenta como fundamento determinante sem nenhuma condição sensível preponderante, antes, totalmente independente delas, conduz diretamente ao conceito de liberdade¹³⁷.

Assim, a moralidade está fundamentada pela razão e não depende de condições sensíveis. Como seres dicotômicos, agimos em conformidade com a moral porque somos compelidos a ela pelo sentimento de respeito, uma consciência que nos é despertada pela própria razão, sendo capazes de deliberar e querer agir de acordo com a mora. Como afirma Almeida, para Kant, um ser racional que possui vontade só pode agir sob a ideia de uma liberdade¹³⁸.

A liberdade prática requer a conjectura de uma vontade orientada com vistas ao racional, a liberdade de escolha¹³⁹ também afirma que a vontade é erigida sob aspectos racionais e, desse modo, ocorre a independência do ser determinado por impulsos sensíveis. Sendo assim, um primeiro aspecto definidor da possibilidade da liberdade em relação ao homem é que este pode orientar as suas escolhas a partir da razão. Portanto, quando Kant apresenta os pilares de compreensão da liberdade, ele permite ao homem dispor das suas faculdades. Deste modo, a liberdade pode ser interpretada como o caminho que conduz o homem à superação em relação às condicionantes do mundo sensível, pois estimula o arbítrio a agir conforme a própria lei moral. Kant reconhece, assim, que o homem livre é aquele capaz de cumprir tais premissas.

¹³⁷ KANT. GMS, p.101.

¹³⁸ ALMEIDA. 1997, p.195.

¹³⁹ Na *Crítica da Razão Pura* é utilizado o termo “liberdade prática” e na *A Metafísica dos Costumes* é “liberdade de escolha” mas, ambos estão embasados nas mesmas premissas de justificação.

3.3. A FILOSOFIA CRÍTICA DE NIETZSCHE COMO DESCONSTRUÇÃO DA MORAL TRADICIONAL

A filosofia de Friedrich Nietzsche (1844 – 1900) é inscrita em um aparato de interrogações insurgentes de seu tempo e de suas inquietações. No perpassar de seus escritos revela-se a preocupação de um filósofo com os conhecimentos e os ideais perpetuados na Modernidade. Assim, a busca por dirimir interpretações rasas torna-se central à construção de sua filosofia. Nas palavras de Scarlett Marton, a filosofia nietzschiana “desafia as normas de sua época e declara guerra aos valores vigentes”¹⁴⁰. Sua crítica perfaz-se face aos valores que nos são impostos e ao modo como reagimos a eles.

Nietzsche vem justamente questionar nossa maneira de pensar, vem pôr em causa nosso modo de agir. Contundente, a crítica que ele faz dos valores morais descarta uma grande quantidade de preconceitos: corretiva, aponta a falta de sentido de várias convicções nossas: libertadora, desobriga-nos dos princípios vãos¹⁴¹.

Nesse contexto é que o trabalho busca acompanhar os questionamentos de Nietzsche à filosofia de Kant, especialmente à forma como este elenca os seus argumentos na elaboração de uma lei da razão prática pura. De acordo com Nietzsche, a filosofia kantiana incorre em controvérsias de justificação quanto à motivação que a lei é capaz de exercer sobre os indivíduos. Desse modo, sua crítica remete à validade dos juízos sintéticos *a priori*¹⁴², tanto nas bases de sua formulação quanto na maneira como objetiva ser recepcionado pelo homem como um ser finito, colocando em debate o porquê de precisarmos desses juízos sintéticos *a priori*.

Conforme discorreremos no texto, Nietzsche objetiva compreender os critérios que norteiam a moral a colocar-se como determinante das condutas e dos valores, mas, ainda, de sua ruptura com mundo empírico e seu propósito de sistematizar uma tábula de valores. Por conta disso é que o filósofo almeja compreender qual é a pretensão e a validade da moralidade, ou seja, qual o valor dos valores morais¹⁴³.

Necessitamos de uma crítica dos valores morais, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão – para isto é necessário um conhecimento das

¹⁴⁰ MARTON, 2006, p.12.

¹⁴¹ MARTON, 2006, p.9.

¹⁴² NIETZSCHE. JGB. §11.

¹⁴³ NIETZSCHE. GM. I, §17.

condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob quais se desenvolveram e se modificaram¹⁴⁴.

Nietzsche retoma no Prefácio da *Genealogia da Moral* a crítica à moralidade dos costumes presente no Prefácio de *Aurora* e a desenvolve a partir do ponto fundamental de questionamento dos valores morais estabelecidos. Assim, para entender e avaliar verdadeiramente a moralidade, não basta apenas aceitar os valores morais como se fossem universais e inquestionáveis, é preciso investigar as condições e circunstâncias históricas e sociais que deram origem, moldaram e transformaram esses valores morais. Isso envolve uma análise genealogia desses valores morais, ou seja, uma exploração das suas origens, desenvolvimentos e mudanças ao longo do tempo. Nesse sentido é que Nietzsche remota seu projeto genealógico para examinar a origem dos valores morais, para entender o seu verdadeiro valor e influência.

Assim, para além de uma crítica de Nietzsche à moral desenvolve-se uma investigação à posição de destaque que Kant a coloca quando passa a fixá-la como regra de conduta universal. Nesse contexto é que Nietzsche sublinha a impossibilidade de descrever um ser capaz de unificar e atuar mutuamente enquanto razão e instinto na teoria kantiana. A fixação de normas à ação passa a ser o ponto de “transposição” descrito no desenrolar da argumentação nietzschiana.

Na obra *Genealogia da Moral* Nietzsche apresenta, - pela primeira e única vez nos seus textos -, o termo indivíduo soberano. Uma figura singular que aparece como interposição às questões suscitadas pelos valores morais. É com base no entendimento desse conceito, do que ele representa e de quais interfaces ele permite no interior da filosofia nietzschiana que o texto objetiva trabalhar o debate de Nietzsche com a moralidade. É a partir do indivíduo soberano como a possibilidade de reconhecer o indivíduo como um ser de múltiplas vivências, que, como afirma Marton, reconhecemos na *Genealogia da Moral* de Nietzsche a identificação de uma “transvaloração de todos os valores”¹⁴⁵. Mas, para tanto, é necessário observar qual o lugar da moralidade na formulação crítica do filósofo para, na sequência, compreender como constitui-se “um ponto de vista diverso” que permita a libertação dos preconceitos morais¹⁴⁶.

Nietzsche apresenta em *Crepúsculo dos Ídolos* (1888) uma interpretação de como uma moral sadia pode ser definida. Segundo ele, ela está relacionada à natureza e repousa justamente no domínio dos instintos, divergindo da moral antinatural, que objetiva a condenação desses

¹⁴⁴ NIETZSCHE. GM. Prólogo, §6.

¹⁴⁵ MARTON. 2006, p.33.

¹⁴⁶ NIETZSCHE. GM. I, §17.

domínios. Dessa forma, a moral sadia defendida por Nietzsche não é aquela que se opõe à natureza, mas sim aquela que favorece e nutre o instinto de vida. Para o filósofo, uma moral saudável é aquela que está alinhada com os impulsos naturais do ser humano, promovendo a vida e o fortalecimento dos instintos, em vez de suprimi-los ou reprimi-los.

Todo naturalismo na moral, ou seja, toda moral *sadia*, é dominado por um instinto de vida (...) A moral *antinatural*, ou seja, quase toda moral até hoje ensinada, venerada e pregada, volta-se, pelo contrário, justamente *contra* os instintos da vida – é uma *condenação*, ora secreta, ora ruidosa e insolente, desses instintos¹⁴⁷.

Para compreender a argumentação de Nietzsche discorreremos, em um primeiro momento, sobre a crítica à moral por sua supressão à natureza para, na sequência, a apresentar como um critério necessário à demarcação do próprio conceito de indivíduo soberano. Importante sublinhar que as indagações suscitadas por Nietzsche passam a compor a descrição de um ser capaz de demarcar uma nova noção de liberdade – aos moldes de possibilidade nietzschianos. Assim, ao mesmo tempo em que a moralidade anula a ascensão da natureza humana em sua plenitude, ela também passa a valer como um critério necessário à existência de uma autonomia.

Assim, o questionamento dos valores morais é inserido como uma premissa à existência de uma forma de autonomia presente na filosofia de Nietzsche, ou seja, a partir do momento que a sua precedência permite reconhecer um tipo que transpõe as barreiras da tradição pré-existente. A moral interpretada como meio é um fator de distinção na crítica nietzschiana, pois ela permite estender suas interrogações dos valores morais e, ao mesmo tempo, transformar um tipo diverso a esses mesmos valores. Dessa forma, a moralidade é tratada por Nietzsche como uma condicionante de determinados valores, cuja incorporação produz um tipo moral, mas, também, como um instrumento que edifica um tipo amoral – em relação à moral previamente estabelecida.

Desse modo, a investigação incorre na possibilidade de enunciar a existência de uma autonomia como critério estrutural à composição do conceito de indivíduo soberano, este que passa a ser capaz de apresentar uma forma diversa de compreender os limites impostos pela moral e que, por conseguinte, passa a delinear uma nova leitura do que é a autonomia em Nietzsche. Um exercício autônomo realizado pelo indivíduo e que permite a existência de um recorte independente, um recorte que possibilita a ele apresentar valores diversos dos

¹⁴⁷ NIETZSCHE. GD. IV, §4.

estabelecidos pelo costume. Nesse momento é que compreender a extensão da crítica nietzschiana é abarcar o alcance do indivíduo soberano na construção da sua filosofia crítica.

3.3.1. O indivíduo soberano nietzschiano.

O indivíduo soberano é mencionado uma única vez nas obras de Nietzsche, especificamente na Segunda Dissertação de *Genealogia da Moral*. Ele caracteriza um tipo *ad hoc* no interior da filosofia nietzschiana, expresso como uma criação contingente, elaborada em resposta a um contexto específico e destinada a satisfazer interesses momentâneos. Assim, tanto sua menção quanto sua descrição representam um ponto singular no interior do texto de Nietzsche e é a partir desse ponto que o trabalho discorre sobre a possibilidade de ele representar uma mudança entre dois momentos distintos nos escritos nietzschianos, especificamente na relação que Nietzsche estabelece com a moralidade.

Para esclarecer a relevância desses momentos no contexto da investigação proposta, começamos explorando o significado dos tipos psicológicos na filosofia de Nietzsche. Segundo Antonio Edmilson Paschoal, essa noção funciona como um instrumento que Nietzsche utiliza na construção de seus argumentos, não devendo ser associada diretamente a indivíduos ou personagens concretos. Conforme palavras do autor,

Um *tipo* é um recurso que Nietzsche utiliza para exprimir uma ideia, uma forma de vida ou um papel social. Conquanto, ao delinear um *tipo de homem*, ele oferece a caracterização de um perfil psicológico que, no seu extremo, ganha contornos de uma máscara ou de uma caricatura. Não se trata simplesmente da representação de um personagem histórico ou social, mas de um produto da atividade criadora do homem¹⁴⁸.

Desse modo, o “tipo” em Nietzsche não se refere a indivíduos reais, mas à expressão de ideias ou modos de vida. Não se trata da representação de um sujeito específico, mas da descrição de um perfil que adquire traços característicos — uma criação simbólica resultante da atividade criadora do homem. A partir dessa compreensão do significado do “tipo” na filosofia nietzschiana, passamos à investigação dos traços que compõem o indivíduo soberano e que, concomitantemente, buscamos demonstrar, permitem compreender dois momentos distintos da filosofia nietzschiana.

¹⁴⁸ PASCHOAL. 2014, p. 132.

O primeiro momento é aquele em que o indivíduo soberano está imerso na moralidade do costume¹⁴⁹, vivendo de acordo com normas e valores sociais estabelecidos. O segundo momento se caracteriza pela emergência desse mesmo indivíduo como resposta crítica e transformadora a esse contexto de imersão, questionando e reconfigurando as estruturas morais tradicionais preexistentes. O primeiro reflete a inquietação nietzschiana diante das pretensões de imposição de valores, uma vez que o indivíduo está inserido nesse contexto. O segundo aponta para a possibilidade de insurgência contra esses valores, a partir de uma multiplicidade de perspectivas, evidenciando a capacidade do indivíduo de criar e afirmar novos valores.

Assim, a edificação da figura do indivíduo soberano só é possível a partir do reconhecimento de uma sujeição total aos valores que tradicionalmente lhe são impostos, seguida de uma espécie de “liberação”¹⁵⁰ resultante do próprio sopesar desses valores. O indivíduo soberano é a expressão mais autêntica dessa apreensão moral, refletindo-a em sua forma mais genuína para, em um segundo momento, desenvolver a capacidade de se posicionar de maneira distinta em relação a ela, por meio da afirmação de outros valores.

O indivíduo soberano não busca simplesmente superar os valores que lhe são impostos, mas reagir a eles de maneira distinta, manifestando sua posição por meio de uma resposta que não se subordina passivamente às convenções morais estabelecidas. Seu movimento é menos uma tentativa de ultrapassar os valores vigentes e mais uma redefinição criadora, que surge justamente de sua imersão no interior desses valores tradicionais.

Segundo a interpretação de Scott Jenkins¹⁵¹, o indivíduo soberano é capaz de representar apenas a si próprio, o que implica que não há um vínculo entre ele e a moralidade tradicionalmente estabelecida, tampouco com a moral do bem e do mal, ou seja, com um tipo específico de moralidade normativa. O autor descreve o indivíduo soberano como o seu próprio garantidor¹⁵², não sendo o demarcador de um sistema moral, mas, sim, alguém que transcende as limitações dessas categorias tradicionais.

Desse modo, para compreender o indivíduo soberano, é preciso acompanhá-lo e compreendê-lo circunscrito no interior de dois movimentos distintos, porém interconectados. O primeiro diz respeito à sua relação com a moralidade tradicional; o segundo, à possibilidade de uma mudança que emerge justamente da interface com essa mesma moralidade. Esses

¹⁴⁹ A moralidade a qual fazemos menção é à moralidade descrita por Nietzsche em *Aurora* como a obediência aos costumes (NIETZSCHE. M §9); a obrigação de observar o costume (NIETZSCHE. M §16).

¹⁵⁰ Conforme a 'grande liberação' descrita por Nietzsche em *Humano, Demasiado Humano* (NIETZSCHE, MA, Prólogo §3), a qual será detalhada no quarto capítulo deste trabalho.

¹⁵¹ JENKINS.2003. p.73.

¹⁵² JENKINS.2003. p.77.

movimentos não são contraditórios, mas sim complementares, pois o indivíduo soberano, ao se afastar da moralidade convencional, ainda assim está inserido em um campo de tensões morais, a partir do qual define novas ações e valores. Esse processo de constante movimentação torna o indivíduo soberano um tema que desafia os pilares do debate em torno da moralidade, pois ele permite interpretar diferentes tipos de indivíduo, podendo traduzir tanto um indivíduo submisso quanto um indivíduo livre.

O indivíduo soberano passa a ser concebido como o fruto mais maduro da moralidade, justamente porque foi ela quem o cultivou. Ele representa a manifestação de um longo processo de maturação promovido por ela, a expressão de sua efetiva assimilação. Para Nietzsche, o trabalho da moralidade é tornar o homem “confiável”, e é ao final desse processo que encontramos o indivíduo soberano.

Mas coloquemo-nos no fim do imenso processo, ali onde a árvore finalmente sazona seus frutos, onde a sociedade e sua moralidade do costume finalmente trazem à luz aquilo para o qual eram apenas o meio: encontramos então, como o fruto mais maduro da sua árvore, o indivíduo soberano¹⁵³.

Desse modo, o indivíduo soberano apresenta como característica principal fazer parte de um longo processo histórico no qual a moralidade do costume assume o papel principal. Foi nesse contexto que ele passou a ser confiável, pois é capaz de fazer promessas e cumprir com os compromissos, mas, também, é descrito como o “autônomo supramoral”. Assim, ele surge a partir da premissa de agir conforme a moral dos costumes, porém sem se deixar reduzir a esse processo. Sua concepção é traçada com base na existência de um processo composto, inicialmente, pelo cultivo - no qual ele é maturado por esses valores a ponto de tornar-se o seu “fruto mais maduro” – e que, posteriormente, passa à liberação - a realização de um movimento distinto do tradicional, mas resultante das vivências ocorridas em meio a esse contexto.

O indivíduo soberano, igual apenas a si mesmo, novamente liberado da moralidade do costume, indivíduo autônomo supramoral (pois “autônomo” e “moral” se excluem), em suma, o homem da vontade própria, duradoura e independente, o que pode fazer promessas – e nele encontramos, vibrante em cada músculo, uma orgulhosa consciência do que foi finalmente alcançado e está nele encarnado, uma verdadeira consciência de poder e liberdade, um sentimento de realização¹⁵⁴.

¹⁵³ NIETZSCHE. GM. II, §2.

¹⁵⁴ Idem.

O segundo momento de definição de indivíduo soberano compreende a noção de “liberado”, de um indivíduo que passa a ser interpretado como autônomo por sua vivência em meio à moralidade do costume. Nietzsche o apresenta como “o homem da vontade própria” e capaz de alcançar uma “verdadeira consciência de poder e liberdade”¹⁵⁵, não a partir de uma ruptura com o costume, mas como a consequência da influência realizada por ele. Segundo Stegmaier, Nietzsche não quer apenas ver a consciência livre de sobrecarga para mantê-la apta à vida em sua abertura ao mundo, mas sim fazer com que se forme um corpo mais elevado, um indivíduo soberano¹⁵⁶.

A figura do indivíduo soberano assume, assim, essa dupla posição, ora como um indivíduo que prescinde da moralidade e ora como o seu resultado. No primeiro é descrito como o seu “fruto mais maduro”¹⁵⁷, como aquele fruto que foi sazonado por ela e, distintamente, no segundo, como o “liberado” dela, o “indivíduo autônomo supramoral”¹⁵⁸. Para Stegmaier, a moralidade está presente na filosofia de Nietzsche como um “meio” para o indivíduo autônomo “conferir leis a si mesmo, ele as segue na sua situação à sua maneira”¹⁵⁹. Ela assume o papel de um meio, não como uma ruptura entre ela e o indivíduo soberano, mas como uma condicionante de transposição necessária à sua formulação.

Por conseguinte, em Nietzsche, a possibilidade de uma leitura da liberdade, entendida como uma vontade autônoma e capaz de demonstrar uma visão inversa àquela da moralidade tradicional, só parece ser possível quando há uma liberação dessa mesma moral. Afirma Nietzsche que “o homem “livre”, o possuidor de uma duradoura e inquebrantável vontade, tem nesta posse a sua *medida de valor*: olhando para os outros a partir de si, ele honra ou despreza”¹⁶⁰. Esta capacidade de “*olhar para si*” revela a particularidade do indivíduo soberano como um conceito peculiar dentro da filosofia nietzschiana, “*igual apenas a si mesmo*”. Ele é o seu “*fruto mais maduro*” e, justamente por ter sido amadurecido por ela, passa a uma “*vontade própria*”¹⁶¹.

Nesse ínterim, para Ken Gemes e Christopher Janaway¹⁶², o termo indivíduo soberano está inserido na obra nietzschiana de forma hiperbólica, ou seja, referindo-se àquele que é capaz de se desvencilhar de uma condição anterior para se projetar em novas possibilidades. A associação entre a moral e a liberdade seria justificada, segundo os autores, por essa figura

¹⁵⁵ NIETZSCHE. GM. II, §2.

¹⁵⁶ STEGMAIER. 2013. p.57.

¹⁵⁷ NIETZSCHE. GM. II, §2º.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ STEGMAIER. 1994, p.138. Tradução de Antonio Edmilson Paschoal, não publicada.

¹⁶⁰ NIETZSCHE. GM. II, §2.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² GEMES; JANAWAY. 2006. p.326.

hiperbólica que permitiria, no interior do texto nietzschiano, um movimento característico, a mudança entre duas visões distintas.

Em Gemes e Janaway, a vontade do “indivíduo soberano é 'livre', 'própria', 'independente', 'longa' e 'inquebrável'; e em virtude dessa vontade é que o indivíduo soberano pode prometer, tem "domínio sobre si mesmo", tem seu próprio padrão de valor, tem permissão para dizer "sim" a si mesmo, e tem consciência de sua "superioridade"¹⁶³. Sendo assim, o ponto que se mantém em aberto é qual é essa vontade, no sentido de qual composição ela assume no processo de independência do indivíduo soberano. Nesse interim, os autores apontam que essa figura hiperbólica não pode ser aplicada a indivíduos comuns, ou seja, não é qualquer um que é capaz de ser descrito nos termos dessa constituição.

Todavia, na interpretação de um Nietzsche naturalista essa interpretação passa a ser conflitante, uma vez que essa figura hiperbólica apresentada por ele não poderia agir por escolha, por deliberação própria, ela é justamente a manifestação da liberação, da existência do jogo entre impulsos e da prevalência dos dominantes, daqueles que rompem com o determinado pela tradição. Assim sendo, é preciso compreender que, nesse aspecto singular do movimento do indivíduo soberano, inexistente a ideia de escolha como uma liberdade que permite deliberar sobre algo. Em Nietzsche, a concepção de liberação não pode ser assimilada a essa pretensão de liberdade ou de escolha, mas sim a uma perspectiva de reação possível no interior de um jogo instintivo, conforme exploraremos no próximo capítulo.

Matteo Pietropaoli interpreta o indivíduo soberano a partir da realização do ideal ascético, como a conquista genuína da busca pela civilidade do homem sobre seus instintos. Segundo ele, o indivíduo soberano é a consequência do processo humano idealizado pelo ideal asceta afim de tornar o homem responsável e capaz de refrear seus instintos dominantes pela culpa de um olhar sobre si mesmo. Todavia, isso é o que torna o conceito de indivíduo soberano peculiar no interior da filosofia de Nietzsche e essencial para o desenvolvimento dos argumentos deste trabalho.

O *indivíduo soberano* se caracteriza antes de tudo não pelo “pensamento” da autonomia, por pensar que pode ser responsável por seu poder, mas pelo *instinto* agora dominante nele deste poder, que é sua vontade. O fato de ele ser o único tipo de homem que pode *prometer*, porque sabe que tem o futuro nas mãos, está precisamente ligado a isso, ou seja, ao fato de que enquanto sua existência e toda a interpretação da vida depender de si mesma, já *estendida* para a própria vontade autônoma para até mesmo colocar os

¹⁶³ GEMES; JANAWAY. 2006. p.326

significados das coisas, não há *destino* adverso que possa impedi-lo de fazer qualquer coisa¹⁶⁴.

Para Pietropaoli, o indivíduo soberano não se define por pensar que é livre ou por racionalizar sua liberdade, mas sim pela vontade autônoma – como instinto dominante. Assim, a figura do indivíduo soberano está associada a alguém que não age por deliberação racional sobre a liberdade, mas sim a um ser dotado de um poder interior. Ele é soberano não porque depende de condições externas, mas porque é capaz de dar sentido à vida a partir de si mesmo.

Em Brian Leiter, de forma diversa dos autores supracitados, o indivíduo soberano é tratado como uma figura enigmática supervalorizada pelos acadêmicos contemporâneos ao interpretarem o texto da *Genealogia da Moral*¹⁶⁵. A posição do autor está relacionada ao que ele chama de “recepção anglófona” dos atuais intérpretes de Nietzsche, que, por meio de sua reinterpretação e recontextualização contemporânea, buscam adaptar o texto nietzschiano à língua inglesa e, com isso, acabam por apoiar uma espécie de teoria positiva da liberdade¹⁶⁶.

Para Leiter, o indivíduo soberano de Nietzsche se assemelha a uma espécie de fatalista, ou seja, a indivíduos que possuem certos traços psicológicos e fisiológicos que não estão sob seu controle. No entanto, esses traços, “em conjunto com as influências de seu ambiente, como os valores, determinam causalmente suas trajetórias de vida”¹⁶⁷. Esse processo ocorre, entretanto, sem qualquer validação ou afirmação da liberdade, pois o indivíduo, apesar de sua aparente autonomia, ainda está preso às forças que determinam e que moldam a sua existência. De acordo com o autor, embora o indivíduo soberano possa ser associado a um autodomínio e controle sobre si, em Nietzsche, esse estado é algo que ocorre de forma natural e não como uma conquista autônoma do sujeito. Sendo assim, essa ideia de autodomínio não é algo que o indivíduo decide ou alcança de forma livre, mas é uma consequência de sua natureza e não de algo que está totalmente sob seu controle.

Segundo Leiter, o perigo está em associar a interpretação de indivíduo soberano com as noções tradicionais de “liberdade” ou “livre-arbítrio”. Para ele, em Nietzsche, essa associação seria um truque retórico, pois o filósofo trabalha a ideia de liberdade e livre-arbítrio de maneira crítica. Assim, na verdade, o indivíduo soberano não é totalmente livre como se possa interpretar, uma vez que está preso a determinantes que ele não escolheu. Assim, Leiter tende a defender que a interpretação de autodomínio associado ao indivíduo soberano está relacionada

¹⁶⁴ PIETROPAOLI. 2023, p.56.

¹⁶⁵ LEITER. 2019, p.70.

¹⁶⁶ LEITER. 2019, p.69.

¹⁶⁷ LEITER, 2019, p.71.

a um artefato natural fortuito e não como uma conquista autônoma. E é na possibilidade de um autodomínio como um fato natural que ele critica os intérpretes que associam a figura do indivíduo soberano a uma visão hiperbólica, pois

O “indivíduo soberano” de fato representaria um ideal do eu marcado por um tipo de autodomínio que é estranho aos “*selves*” menos coerentes (cujos impulsos momentâneos os puxam de um lado ou de outro). Mas este eu e o seu autodomínio são, em termos nietzschianos, um artefato natural fortuito (um pouco de “destino”), não uma conquista autônoma pela qual ninguém poderia ser responsável. Associar esse ideal do eu com a linguagem de “liberdade” e “livre-arbítrio” significaria em exercício de “definição persuasiva” de Nietzsche, uma habilidade retórica na qual ele amiúde era o mestre. Somos inclinados a pensar que a segunda leitura é provavelmente a correta, embora a apresentação ridícula e hiperbólica do “indivíduo soberano” torne a primeira leitura mais atraente¹⁶⁸.

A posição crítica naturalista de Leiter é importante para o desenho argumentativo do texto. Ela acolhe a prerrogativa de existência de um instinto dominante em prevalência à possibilidade de interpretação de um pensamento consciente e capaz de realizar movimentos hiperbólicos. Ele expressa como Nietzsche compreende o próprio pensar, ou seja, este está inscrito no interior dos instintos, como a manifestação dos próprios impulsos a determinados contextos. Portanto, mesmo que a figura do indivíduo soberano envolva a característica de autodomínio, não representa que este possa ser interpretado como uma ação consciente ou autônoma, mas como a manifestação dos impulsos dominantes defendida por Nietzsche¹⁶⁹.

O problema que surge, análogo a essas interpretações, é o de como o indivíduo soberano é acolhido pelos estudiosos da filosofia nietzschiana, pois, a depender da forma como é recepcionado, ele perde seu significado enquanto o tipo capaz de representar o delineador da crítica de Nietzsche à moral. Conforme sublinhamos, Brian Leiter apresenta uma crítica à interpretação proposta por autores como Ken Gemes e Christopher Janaway acerca da figura do indivíduo soberano na obra de Nietzsche. Enquanto esses autores recorrem a uma leitura hiperbólica, segundo a qual o indivíduo soberano representa a capacidade de superação de condicionamentos anteriores e a afirmação de uma vontade autônoma, Leiter adota uma perspectiva mais restritiva e alinhada ao escopo crítico da filosofia nietzschiana. Em sua análise,

¹⁶⁸ LEITER. 2019, p.72.

¹⁶⁹ “Assim, o fato de que alguém possua autodomínio não significa que ele seja um produto de escolha autônoma daquela pessoa, ou seja, qual de seus vários impulsos acontece de ser o mais forte. Não há, portanto, nenhum “eu” no “autodomínio”: ou seja, nenhum “eu” consciente ou livre que contribua com algo ao processo. O “autodomínio” não passa de um efeito da interação de certos impulsos, sobre os quais o eu consciente não exerce nenhum controle (apesar de poder, por assim dizer, torcer por um lado ou por outro). O “eu consciente” e seu corpo é tão somente uma arena onde a luta dos impulsos se desenrola; como eles determinam o que o eu acredita, valoriza e se torna” (LEITER, 2019, p.79-80).

Leiter sustenta que tal figura tem sido superestimada por parte da recepção contemporânea, que, ao reinterpretar o texto da *Genealogia da Moral*, tende a projetar sobre ela noções modernas de liberdade e livre-arbítrio que Nietzsche, na verdade, critica. Para Leiter, o indivíduo soberano deve ser compreendido como um tipo psicológico determinado por disposições naturais – traços fisiológicos e psicológicos – e por influências contextuais que moldam sua trajetória de forma causal. O suposto autodomínio desse indivíduo, portanto, não se configura como uma realização consciente ou uma conquista autônoma, mas sim como uma expressão natural de sua constituição. Assim, a análise da possibilidade desse duplo movimento exercido pelo indivíduo soberano passa a investigar, em última instância, o que ele permite depreender da filosofia de Nietzsche, a saber: i) o recorte de uma possível interpretação de “liberdade” após a “maturação moral”; ii) a reconstrução de uma interpretação independente dos valores tradicionais, como consequência da maturação anterior.

Nesse ínterim, o discurso sobre livre-arbítrio, autonomia e liberdade passa a ser esmiuçado a partir das perspectivas de Kant e Nietzsche, conforme a formulação que cada filósofo oferece dos conceitos de homem livre e de indivíduo soberano, respectivamente. Assim, os critérios para o autodomínio passam a ser compreendidos, na visão nietzschiana, não como resultado da razão prática, mas como fruto da manifestação e organização de certos impulsos — uma liberação que ocorre a partir da afirmação da vontade e não da submissão à razão, como propõe Kant. Em Kant, a liberdade é concebida como autodeterminação racional, orientada pelo princípio universal da moralidade, mas, em Nietzsche, a liberação está associada a uma força afirmativa da vida, na qual o indivíduo soberano encarna a capacidade de recriar valores e reinterpretar o mundo.

4. ENTRE A RAZÃO E OS INSTINTOS: LIBERDADE E VONTADE NA DEFINIÇÃO DA MORALIDADE

Neste capítulo, nos dedicamos a aprofundar as interrogações apresentadas anteriormente, especialmente aquelas relativas aos pilares da crítica de Nietzsche à moralidade e à forma como, a partir dessa crítica, a moral passa a ser reinterpretada no interior da sua filosofia. Notadamente, destacamos as possibilidades de diálogo com a filosofia kantiana ao longo dessa construção nietzschiana, uma vez que consideramos ser possível evidenciar um processo argumentativo característico em ambos os filósofos. Processo este que se manifesta, conforme os argumentos expostos ao longo do trabalho, no recorte das figuras do homem livre e do indivíduo soberano, em Kant e Nietzsche, respectivamente.

Primeiramente é preciso explorar a interpretação crítica de Nietzsche sobre a concepção tradicional de liberdade — com destaque para a compreensão kantiana abordada no texto —, uma vez que, para ele, tal concepção revela-se como uma construção voltada à autopreservação dos fracos, contribuindo para que a moral subverta os fortes. Observamos, assim, como Nietzsche critica a moralidade por reprimir os instintos humanos e associá-los à ideia de culpa. Para ele, essa compreensão gera uma espécie de vergonha dos próprios instintos, enfraquece o ser humano e nega a vida. Nesse momento, sua crítica a Kant não se limita à estrutura da moral, mas estende-se também à valorização da autossubordinação diante de valores que inibem as vivências.

Na sequência, abordamos como as concepções de razão e instinto ocupam lugares centrais e contrastantes nas filosofias de Kant e Nietzsche, revelando um embate profundo quanto à natureza humana e à forma como esta se relaciona com a moralidade. Enquanto Kant estrutura seu pensamento a partir de uma cisão entre razão e instintos, Nietzsche refuta essa separação dualista. Nesse ínterim, buscamos desenvolver a compreensão de que, na filosofia nietzschiana, a razão não é uma faculdade separada e oposta aos instintos, pelo contrário, ambos são apresentados de forma integrada, o que permite compreender construções fundamentais do próprio conceito de vontade de poder em Nietzsche.

A partir dessa compreensão da razão e do instinto como unidos em uma postura afirmativa da vida, passamos a investigar de que modo essa perspectiva pode representar uma concepção de liberdade no interior da filosofia nietzschiana. Para isso, é necessário retomar pontos cruciais da noção de indivíduo soberano, desenvolvidos no capítulo anterior, a fim de evidenciar sua importância na elucidação dessa ideia de liberdade. Incluímos, nesse contexto, uma possível relação com a figura do espírito livre — concebido como uma figura em

construção ao longo dos escritos de Nietzsche —, que permite identificar no indivíduo soberano traços de um projeto que se delineia como a “grande liberação” frente aos valores tradicionais.

Por fim, retomamos a ideia de que Nietzsche não se opõe à moral em um sentido pleno, mas sim à moral imposta. Sua filosofia visa transcender essa moral que é contrária à natureza humana, propondo uma moral saudável que compreende as diversas complexidades da vida. Para ilustrar essa mudança de postura nietzschiana, analisamos a posição naturalista de Brian Leiter e Werner Stegmaier, que a concebem como um jogo de impulsos, no qual se manifesta um embate no interior da natureza humana. Destacamos, ainda, como essa ideia dialoga com a visão perspectivista de Fernando Costa Mattos, especialmente quando a compreendemos sob a ótica fenomenológica, que não dissocia o homem do mundo, mas os lê de forma interligados. Concluimos, assim, que essas mudanças estão presentes na obra de Nietzsche, especialmente na forma como ele caracteriza os elementos que compõem os conceitos de transvaloração e autossuperação, conforme as interpretações de Scarlett Marton e Edmilson Antônio Paschoal.

4.1. O PAPEL DA LIBERDADE NO DIÁLOGO ENTRE AS FILOSOFIAS DE KANT E NIETZSCHE

O ponto de intersecção entre Kant e Nietzsche está na similaridade com que delineiam uma prolongada e necessária sequência argumentativa para retratar a moral e a definir em suas filosofias. Em ambas se observa a edificação de uma figura única, que requer tanto a análise de uma natureza dualista quanto a existência de uma transformação sobreposta à esta mesma natureza para, na sequência, sobrevaler a uma forma distinta de interpretação do mundo. Em Kant, o homem livre está sujeito às inclinações sensíveis ao mesmo tempo em que é capaz de elevar-se a uma consciência de si como um ser que age em acordo com os imperativos da razão e em detrimento das disposições sensíveis. Em Nietzsche, o indivíduo soberano é imerso nos ditames da moralidade do costume para poder reconhecer entre as diversas possibilidades instintivas aquela que prevalece no jogo das forças e define uma outra visão de mundo.

A filosofia moral de Kant busca estabelecer uma teoria do dever, na qual a moralidade repousa na razão e na obrigação universal, ou seja, independente das inclinações sensíveis e deve nortear a ação. Por outro lado, Nietzsche desenvolve sua filosofia crítica a partir desses pilares, apontando a prevalência dos impulsos do instinto e a ruptura dos ideais estabelecidos. É na capacidade racional que Kant circunscreve sua ideia de liberdade e, distintamente, é no jogo de forças que Nietzsche reconhece uma forma de liberação.

Conforme discorremos no capítulo anterior, para Kant, a liberdade é um pressuposto essencial para o agir moral e para conceber o homem como racional e consciente. Para Nietzsche, diversamente, a liberdade aparece como um produto da moral e não como seu pressuposto. Na filosofia nietzschiana, a crença na liberdade – nos moldes kantianos - é uma construção essencial para a autoconservação e autoafirmação humana, transformando a ideia de fraqueza em liberdade. A crença em ser livre e capaz de escolher tem sido perpassada ao longo da história e permite enganar, especialmente os fracos, ao interpretar a sua fraqueza como sinal de liberdade, como uma forma de autoengano. Nas palavras de Nietzsche:

Por um instinto de autoconservação, de autoafirmação, no qual cada mentira costuma purificar-se, essa espécie de homem necessita crer no “sujeito” indiferente e livre para escolher. O sujeito (ou, falando de modo mais popular, a alma) foi até o momento o mais sólido artigo de fé sobre a terra, talvez por haver possibilitado à grande maioria dos mortais, aos fracos e oprimidos de toda a espécie, enganar a si mesmos com a sublime falácia de interpretar a fraqueza como liberdade, e o seu ser-assim como mérito¹⁷⁰.

Assim, no contexto das interrogações de Nietzsche, a crença no sujeito livre nasce de uma necessidade humana de manter sobre si a imagem de alguém no controle, mesmo que isso seja uma inverdade. É nesse cenário que surgem as ilusões sobre a liberdade, ou seja, como uma mentira reconfortante. Conforme abordamos ao considerar a relação que Nietzsche faz entre as ideias de fortes e os fracos, neste momento observamos como ele desenvolve essa questão a partir da análise do sujeito que precisa acreditar na existência de uma instância autônoma, um “eu” que escolhe livremente. Nietzsche argumenta que essa crença é uma forma de autoengano dos fracos, que, ao não poderem mudar sua condição, a interpretam como uma escolha. Este ponto é fundamental para a crítica de Nietzsche à inversão de valores, pois, em vez de reconhecer sua fraqueza como tal, o fraco a interpreta como virtude e, com isso, subverte as potencialidades do forte.

Exigir da força que não se expresse como força, que não seja um querer-dominar, um querer-vencer, um querer-subjugar, uma sede de inimigos, resistências e triunfos, é tão absurdo quanto exigir da fraqueza que se expresse como força¹⁷¹.

Assim, Nietzsche apresenta sua crítica à crença tradicional de liberdade como uma capacidade de autoafirmação do sujeito, mostrando que, na verdade, trata-se de uma construção

¹⁷⁰ NIEZTSCHKE. GM. I §13.

¹⁷¹ NIEZTSCHKE. GM. I §13.

voltada mais à autopreservação dos fracos. É a partir dessa compreensão distorcida da liberdade que a moralidade passa a condenar a força por simplesmente agir como força. Essa interpretação nietzschiana é importante para compreender a relação entre moral e liberdade abordada neste estudo, bem como seu desfecho em relação à própria postura de Nietzsche sobre a moralidade.

Na Segunda Dissertação da *Genealogia da Moral*, Nietzsche explora a ideia de responsabilidade, associando-a à capacidade de “fazer promessa [...] tornar o homem uniforme, igual entre iguais, constante, e portanto confiável”¹⁷². Essa noção de responsabilidade está profundamente relacionada à ideia de dever, mas também envolve a culpa, ambos sendo elementos fundamentais na formação da moralidade ocidental. Para Nietzsche, essa construção serve para determinar e controlar as ações do indivíduo, restringindo suas possibilidades e impondo uma estrutura rígida de comportamentos previsíveis. A responsabilidade, nesse contexto, não é um atributo natural ou instintivo, mas uma invenção histórica que surge da necessidade de regular os indivíduos conforme os critérios presentes na moralidade do costume. Portanto é a partir da liberdade como consequência da moral que Nietzsche desenvolve sua crítica ao controle que esta moral tradicional objetiva promover, criando um ideal de liberdade que promove justamente o seu oposto, ou seja, a repressão dos instintos como força.

Nesse ínterim é que próprios elementos apresentados para descrever o conceito de indivíduo soberano passam a ser reinterpretados a partir do papel da responsabilidade em Nietzsche, uma vez que esta representa a consciência dos próprios valores morais. Na Segunda Dissertação da *Genealogia da Moral*, Nietzsche trabalha a relação entre responsabilidade e liberdade com base em uma transformação presente das descrições que compõem o indivíduo soberano. Na qual é possível reconhecer a existência de uma "consciência moral" por ele, esta que Nietzsche inicialmente infere se tratar de um instinto, mas que, na sequência, define como a própria consciência da responsabilidade desperta no indivíduo soberano a partir da sua relação com a moralidade.

O orgulhoso conhecimento do privilégio extraordinário da responsabilidade, a consciência dessa rara liberdade, desse poder sobre si mesmo e o destino, desceu nele até sua mais íntima profundidade e tornou-se instinto, instinto dominante - como chamará ele a esse instinto dominante, supondo que necessite de uma palavra para ele? Mas não há dúvida: este homem soberano o chama de sua consciência...¹⁷³.

¹⁷² NIEZTSCHÉ. GM. II §2.

¹⁷³ NIEZTSCHÉ. GM. II §2.

Conforme apresentamos, o indivíduo soberano representa um “tipo” no interior da filosofia nietzschiana que, conforme argumentamos, pode expressar a concretização do projeto crítico nietzschiano, pois, após estar imerso nos valores morais, ele a desenvolve como consciência e se entende como livre¹⁷⁴ em consequência dessa assimilação. Por outro lado, a filosofia kantiana afirma que a liberdade é uma mera ideia cuja realidade objetiva não pode ser de modo algum exposta segundo leis naturais e, por conseguinte, em nenhuma experiência possível. A liberdade prática passa a ser entendida como um pressuposto da razão, como uma determinação da vontade sobre as inclinações sensíveis. É por isso que o homem livre é capaz de realizar uma faculdade distinta da simples faculdade de desejar, pois é capaz de determinar a si a agir como inteligência, a seguir as leis da razão de forma independente dos instintos sensíveis¹⁷⁵. Nas palavras de Almeida, a liberdade prática é a liberdade do arbítrio humano¹⁷⁶, uma vez que somos capazes de escolher.

Nessa direção é que elucidamos as considerações de Christine Korsgaard, ao analisar o debate entre o realismo e o construtivismo moral no Século XX, para apresentar a questão da ação livre na filosofia kantiana. Para ela, a liberdade negativa reflete as incertezas da possibilidade de uma ação sem a ingerência de fatores da sensibilidade, enquanto a liberdade positiva é o próprio agir em consonância com a lei universal¹⁷⁷. Para Korsgaard, em Kant, a “ação livre deve ser determinada pelo seu próprio agente”¹⁷⁸. Assim é que a filosofia kantiana reconhece que uma vez exercida essa faculdade de escolha, esse “estado de liberdade” passa a ser impossível retornar à servidão¹⁷⁹. Kant afirma que essa liberdade prática está atrelada a representações que objetivam exprimir “o que deve acontecer, embora nunca aconteça”¹⁸⁰.

Conforme nos mostra Guido Antonio de Almeida, a liberdade prática kantiana não é outra coisa que a possibilidade de escolha ao agir com base em imperativos¹⁸¹. Para tanto, ele destaca, nesse aspecto, a importância da discussão em torno da teoria da motivação moral

¹⁷⁴ A ideia é expressa em convergência com a de livre-arbítrio presente em *Além do Bem e do Mal*, a qual expressa uma ilusão sobre a capacidade

¹⁷⁵ “Ora a liberdade é uma mera ideia cuja realidade objetiva não pode ser de modo algum exposta segundo leis naturais e, portanto, em nenhuma experiência também, que, por consequência, uma vez que nunca se lhe pode subpor exemplo por nenhuma analogia, nunca pode ser concebida nem sequer conhecida. Ela vale somente como pressuposto necessário da razão num ser que julga ter consciência de uma vontade, isto é duma faculdade bem diferente da simples faculdade de desejar (a saber a faculdade de se determinar a agir como inteligência, por conseguinte segundo leis da razão independentemente de instintos naturais)” (KANT. GMS, p.159).

¹⁷⁶ ALMEIDA. 1997, p.186.

¹⁷⁷ “Se liberdade negativa é o nome do problema – o que eu farei, quando nada determinar minhas ações? -, a liberdade positiva proporrá uma solução – agir somente se uma lei puder se tornar uma lei universal” (KORSGAARD. 2014, p.43)

¹⁷⁸ KORSGAARD. 2014, p.44.

¹⁷⁹ KANT. CB, p.18-19.

¹⁸⁰ KANT. KrV, A 802 B830.

¹⁸¹ ALMEIDA. 1997, p. 182.

kantiana e do sentimento de respeito mediante o uso que o homem faz da sua razão¹⁸². Todavia, para além do diálogo crítico em torno dos critérios da motivação moral, passamos a ampliar a questão, buscando compreender os pilares da argumentação kantiana sobre a própria capacidade de fazer uso da razão, como premissa fundamental para a possibilidade de realização da teoria prática kantiana.

Kant pondera essa capacidade humana de valer-se da razão no texto de 1783, intitulado como *Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento? (Aufklärung)*. Nele afirma que o esclarecimento é “a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”¹⁸³. O texto kantiano discorre sobre o fato de que o problema da menoridade (*Unmündigkeit*) é a incapacidade de fazer uso do próprio entendimento, ou seja, a ausência da capacidade de escolher usar ou não a razão por si mesma. A questão está relacionada à possibilidade de superar a menoridade por meio da existência de uma vontade guiada pela razão, uma vez que “é somente pela determinação racional da vontade (resolução e coragem) que a menoridade pode ser superada”¹⁸⁴.

Para Edmilson Menezes, essa questão kantiana envolve a autointerrogação como um traço marcante para analisar o sujeito capaz de se pensar e se posicionar no mundo. De acordo com o autor, nesse contexto, a moralidade é concebida como uma meta racional que se projeta na vida em sociedade. Assim, o homem moderno não apenas conhece o mundo por meio do princípio da razão, mas também age livremente com base nele.

homem dos tempos modernos – aquele que se reconhece em sua singularidade – é capaz de interrogar-se sobre si mesmo e situar-se entre a barbárie, que abandonou, e a moralidade, que precisa alcançar para melhor viver em sociedade. Diverso de outros períodos, a Modernidade apresenta a noção de sujeito que, além da capacidade de produzir evidências fundadoras de um conhecimento teórico, identifica-se como agente capaz de ordenar-se livremente em vista de uma consecução moral¹⁸⁵.

Nesse ínterim, a esclarecimento permite ao homem exercer sua capacidade de racionalizar e reconhecer-se como um ser livre, que compreende a moralidade e não permanece incapaz de fazer uso do próprio entendimento¹⁸⁶. Desse modo, podemos compreender, conforme nos apresentam os autores, que o esclarecimento é o processo de emancipação do

¹⁸² Ver Capítulo 3, seção 3.2, sobre o sentimento de respeito.

¹⁸³ KANT. WE, p.100.

¹⁸⁴ KANT. WE. 2020, p. 181, Nota 13.

¹⁸⁵ MENEZES. 2014, p.121.

¹⁸⁶ KANT. WE, p.100.

homem, pelo qual ele se liberta para pensar por si mesmo. Seguindo a tradução de Saulo de Freitas Araujo,

O ponto central do Esclarecimento, então, é a autolibertação do homem para pensar por conta própria. Para Kant, o pensador independente é aquele que busca em si mesmo o fundamento da verdade, ou seja, aquele que submete suas próprias crenças ao crivo mais rigoroso da prova, livrando-se, assim, de superstições e ilusões¹⁸⁷.

O esclarecimento permite retomar a ideia de liberdade positiva em Kant, uma vez que a liberdade passa a ser a propriedade da vontade motivada a partir de leis imutáveis¹⁸⁸. Desse modo, no pensamento kantiano, o esclarecimento representa um marco fundamental na evolução racional do ser humano, consistindo no processo de emancipação da chamada "menoridade", isto é, da incapacidade de pensar por si mesmo. Essa emancipação não depende de fatores externos, mas de uma decisão interna e racional de exercer o próprio entendimento com autonomia e coragem. O esclarecimento, portanto, está vinculado à ideia de liberdade positiva, entendida como a capacidade da vontade de se orientar por leis racionais. A racionalidade deixa de ser apenas um meio para o conhecimento e torna-se um princípio orientador da ação livre, capaz de afastar o indivíduo da barbárie e conduzi-lo à moralidade. Assim, o esclarecimento é, em última instância, o fundamento de uma autonomia intelectual e moral que permite ao homem não apenas conhecer, mas também agir moralmente.

Em Nietzsche, por sua vez, a prerrogativa de um tipo de liberdade assume outros critérios de possibilidade, uma vez que ele não adota a ideia de culpa diante de uma suposta animalidade que precisaria ser superada pela razão¹⁸⁹. Pelo contrário, conforme subtítulo da Segunda Dissertação da *Genealogia da Moral*, intitulado “Culpa”, “Má Consciência” e “Coisas Afins”, Nietzsche discorre sobre a questão do sentimento de culpa e nos mostra como ele está atrelado à própria crítica ao sujeito, mencionada anteriormente, e à forma como a moralidade tornou o homem envergonhado de si mesmo.

O ensombrecimento do céu acima do homem aumentou à medida que cresceu a vergonha *diantes do homem*. O olhar pessimista enfadado, a desconfiança diante do enigma da vida, o gélido Não do nojo da vida – estas não são características das épocas pantanosas que são, elas surgem apenas quando há

¹⁸⁷ KANT. 2020, p. 181, Nota 15.

¹⁸⁸ KANT. GMS, p.347.

¹⁸⁹ “Essa autoimposta menoridade deve ser entendida aqui no sentido do desenvolvimento moral tanto do indivíduo quanto da espécie humana em geral, em termos da não realização de sua vocação. Em outras palavras, o que permite ao homem sair de sua animalidade inicial e alcançar sua humanidade plena é exatamente a realização desse desenvolvimento moral por meio do uso da razão” (KANT. 2020, p. 181, Nota 11).

o pântano que necessitam – refiro-me à moralização e ao amolecimento doentios, em virtude dos quais o bicho “homem” aprende afinal a se envergonhar dos seus instintos¹⁹⁰.

Nietzsche é crítico da ideia de culpa. Ele nos adverte que, quanto mais o ser humano passou a sentir vergonha de si mesmo e de seus instintos, mais a vida se perdeu. A moralidade é a responsável por levar o homem a reprimir seus instintos e a interpretá-los como motivo de vergonha. Assim sendo, para Nietzsche, as “épocas pantanosas” representam justamente essa negação da vida, por meio da qual a moral consegue fazer com que o homem se reprima e enfraqueça enquanto ser humano, ou seja, a decadência humana está associada a esse sentimento de vergonha dos próprios instintos provocado pela moralidade.

Desse modo, a crítica de Nietzsche em relação a Kant abrange não só a forma como ele estrutura seus argumentos sobre a moralidade, mas também como essa moral passa a representar uma valorização da autossubordinação do homem diante de valores que o tornam fraco para vivenciar plenamente seus instintos. A partir deste ponto, o estudo passa a desenvolver uma investigação sobre o papel dos instintos no interior da filosofia nietzschiana, destacando sua importância como elemento fundamental para a crítica à moral e para a afirmação da vida proposta pelo filósofo.

4.2. A MANIFESTAÇÃO DOS INSTINTOS COMO EXPRESSÃO DA VONTADE EM NIETZSCHE

A possibilidade de uma ideia de liberdade é avaliada em Nietzsche a partir do indivíduo como um todo incoerente e mutável. Como um ser de impulsos, que vivencia as atribuições da sua própria natureza, ou seja, um ser que está inserido em um mundo de aflições e realizações, no qual a própria razão é uma consequência em meio à fisiologia do corpo, pois “pensar é apenas a relação desses impulsos entre si”¹⁹¹

A cosmologia não metafísica nietzschiana está atrelada ao debate dos valores morais. Para Scarlett Marton, em Nietzsche, os “conceitos de vida e valor estão intimamente ligados”¹⁹². Ela interpreta a filosofia nietzschiana a partir de uma cosmologia voltada à investigação da vontade de poder (*Wille zur Macht*)¹⁹³, ou seja, trata-se de uma força presente em todos os seres

¹⁹⁰ NIETZSCHE. GM. II §6.

¹⁹¹ NIETZSCHE. JGB. §36.

¹⁹² MARTON. 1990, p.88.

¹⁹³ O termo *Wille zur Macht* é traduzido pelos intérpretes de Nietzsche tanto como “vontade de poder” quanto como “vontade de potência”. No presente estudo, optamos por adotar a tradução “vontade de poder”, exceto nos casos de citação direta de tradutores ou comentadores de Nietzsche.

vivos, desde os pequenos organismos microscópicos até aqueles que compõem um organismo maior. É essa força que permite afirmar a existência e possibilita a interação entre os seres vivos. Dessa forma, a vontade de poder não é centralizada, mas está presente no corpo como um todo. Por isso, como sugere Nietzsche, ao entender a vontade de poder como algo distribuído por todo o organismo, a ideia de que o cérebro é o único responsável pelo querer se torna inadequada. A vontade de poder não reside em um centro específico, mas está espalhada por todas as partes do ser vivo.

A vontade de potência está presente nos numerosos seres vivos microscópicos que formam o corpo, na medida em que cada um deles *quer* prevalecer na relação com os demais. Encontra-se, pois, em todo ser vivo, espalhada no organismo, atuando nos diminutos elementos que o constituem. Assim deixa de ter sentido, em termos fisiológicos, a ideia de um aparelho neurocerebral responsável pelo querer¹⁹⁴.

Nesse aspecto que a filosofia nietzschiana rompe com a filosofia kantiana, pois não há uma distinção entre o sentir e o pensar, o próprio querer é o conflito entre o pensar, o sentir e a vontade presente no ser, de forma indissociável um do outro. A ideia de um querer racional, que suprime a vida e suas potencialidades, é superado. Assim sendo, a vida como vontade de poder repousa em uma cosmologia não como uma interpretação dualista, mas como um “caráter intrínseco da força”¹⁹⁵.

Seguindo uma linha de pensamento semelhante à de Marton, Paschoal esclarece que a expressão “vontade de poder” representa a manifestação de um *quantum*, nem matéria e nem ser, mas um conjunto de tensões resultado do embate entre as forças do mundo¹⁹⁶. Desse modo, a vontade de poder não deve ser entendida como algo com uma existência fixa ou definida. Ela não é uma substância ou uma realidade permanente que existe de forma estática e objetiva no mundo.

Assim, em Nietzsche, a vontade de poder pode ser descrita como um fator elementar da existência, uma força que impulsiona a transformação, mas não como um “ser” ou um “tornar-se”. Ela pode ser entendida como algo fluido, um impulso, ou como unidades de força e movimento de vontade que surgem e se manifestam em contraposição com outras forças nos organismos vivos. A vontade de poder não pode ser isolada como uma entidade objetiva e abstrata, nem como algo fixo, mas sim como um movimento contínuo e em conflito.

¹⁹⁴ MARTON. 1990, p.32.

¹⁹⁵ MARTON. 1990, p. 166.

¹⁹⁶ PASCHOAL. 2009, p.46-47.

Nas palavras de Paschoal, Nietzsche concebe o mundo a partir da relação “entre forças e entre tipos de vontade de poder”¹⁹⁷ e afirma que a ideia de força “se define do mesmo modo como se define a própria vontade de poder, pelo seu atuar”¹⁹⁸. A vontade está inscrita nesse atuar, nessa força, como um jogo no qual prevalecem os impulsos dominantes. A vontade de poder, nas palavras de Marton, é a “vontade orgânica”¹⁹⁹ que move os seres vivos em “uma luta que não tem pausa ou fim possível”²⁰⁰. É nesse contexto que Nietzsche define a sua teoria das forças, a partir da compreensão de uma cosmologia natural, na qual há forças em movimento e em constante conflito entre os seres vivos.

Em *Assim Falou Zaratustra*, Nietzsche afirma que "querer liberta: eis a verdadeira doutrina da vontade e da liberdade". Em *Além do bem e do mal* demonstra a necessidade de haver uma vontade de ação, uma expressão do indivíduo para o comando, ou seja, "a vontade não é apenas um complexo de sentir e pensar, mas sobretudo um afeto: aquele afeto do comando"²⁰¹.

Assim observamos como a ideia de autonomia expressa a oposição à moral na filosofia nietzschiana. Ela difere substancialmente da ideia kantiana de uma escolha consciente, não há uma causalidade, uma deliberação do indivíduo diante dos fatos postos a ele, mas o embate entre as forças às quais ele está sujeito no mundo, pois a consciência está vinculada à própria manifestação de um jogo entre impulsos distintos e independentes de condições pré-estabelecidas. Conforme apresenta Marton, a teoria das forças de Nietzsche não é isolada dos próprios acontecimentos dos seres vivos no mundo, mas parte da descrição dessa simbiose. Não há na teoria a ideia de causa e efeito, de ação e reação, mas da vida, como vontade de poder, que constitui os elementos do mundo e o seu processo genealógico.

A força só existe no plural; não é em si, mas em relação a; não é algo, mas um agir sobre. Não se pode dizer, pois, que ela produz efeitos nem que se desencadeia a partir de algo que a impulsiona; isso implicaria distingui-la de suas manifestações e enquadrá-la nos parâmetros da causalidade²⁰².

Para Patrick Wotling, a vontade de poder não pode ser associada a ideia tradicional de vontade presente na filosofia clássica. Segundo ele, ela não deve ser confundida com o desejo de dominação ou com a aspiração ao poder comum, pois essa leitura incorre em pressupostos

¹⁹⁷ PASCHOAL. 2009, p.46.

¹⁹⁸ PASCHOAL. 2009, p.47.

¹⁹⁹ MARTON. 2006, p.52.

²⁰⁰ MARTON. 2006, p.52.

²⁰¹ NIETZSCHE. JGB. I. §19.

²⁰² MARTON. 2006, p.53.

dualistas rejeitados pelo próprio Nietzsche. De acordo com o autor, na filosofia nietzschiana, o verdadeiro poder é domínio, intensificação da própria força. Assim, a vontade de poder representa uma força transbordante, que não busca algo externo, mas afirma e expande o que já se é. Nas palavras de Wotling,

A vontade de poder tampouco significa o desejo de dominação, nem a aspiração ao poder: essa leitura, feita pela psicologia empírica mais rasa, suporia uma clivagem entre desejo, a aspiração e a vontade por um lado e seu objeto (visado) por outro, dualismo que Nietzsche recusa. Além disso, ela interpretaria de maneira reducionista esse poder como poder ou autoridade política, formas subalternas do verdadeiro poder, que é muito mais domínio. Por fim, ela indicaria genealógicamente o exato contrário do que pensa Nietzsche: aspiração ao poder (que não se tem e não se é) na verdade traduz a seus olhos uma forma de fraqueza e de falta, ao passo que a fórmula de vontade de poder pretende significar a força superabundante. Dessa maneira, a vontade de poder não é busca de um atributo ou de um estado exterior a si, mas o processo de intensificação do poder que se é²⁰³.

Assim, em Nietzsche, o domínio não representa uma negação ou repressão dos instintos, mas sim a expressão plena da força vital que neles se manifesta. Longe de condená-los, o filósofo compreende os instintos como impulsos afirmativos da vida, dos quais emergem inclusive as formas racionais do pensamento. Nesse sentido, sua filosofia rompe com qualquer concepção dualista tradicional — especialmente aquela que opõe razão e instinto em Kant — pois, para Nietzsche, a racionalidade não é algo separado ou superior, mas uma continuação e sublimação dos impulsos instintivos.

Em Stegmaier o debate compreende a própria ideia de consciência, “a consciência que nasce a partir da razão de seu corpo”²⁰⁴. Nesse sentido, para o autor, a filosofia nietzschiana abarca os conflitos e as contradições, uma vez que não há uma razão universal que ordene o mundo, mas uma razão individual e heterogênea, intrínseca ao próprio corpo — uma razão que projeta constantemente o indivíduo, impulsionando-o à vida. Assim, segundo Stegmaier, em Nietzsche, a consciência é entendida como algo que se desenvolve a partir da razão do corpo, ou seja, a capacidade de pensar, refletir e perceber o mundo surge do intercâmbio do corpo com suas vivências e é essa compreensão da consciência que permite entender a vida como um todo.

Desse modo, na interpretação de Stegmaier, a razão humana está ligada a uma totalidade que pode ser experienciada empiricamente, mas essa realidade é impregnada por valores e estruturas que já estão internalizados nos indivíduos. Dessa forma, a totalidade da

²⁰³ WOTLING. 2011, p. 61-62.

²⁰⁴ STEGMAIER. 2013, p.57.

realidade que a razão tenta compreender não é completamente clara, pois contém obscuridades e contradições e é por isso que ela não pode ser explicada de maneira lógica e sistemática.

A razão não é somente a razão desde sempre universal, perfeitamente transparente a si mesma, nem a razão científica que determina logicamente o mundo: na verdade de totalidades a cada vez individuais e heterogêneas, o mundo é simultaneamente projetado por uma razão a cada vez individual, em si heterogênea e não transparente a si mesma²⁰⁵.

Paolo Stellino, na obra *Nietzsche and Dostoevsky*, aborda como a noção de psicologia é desenvolvida na obra de Nietzsche e sublinha sua relação direta com o processo de libertação da moralidade e o retorno à fisiologia humana. Segundo o autor, Nietzsche aponta que a moralidade impede a verdadeira compreensão da psicologia humana, pois impõe normas e julgamentos que distorcem os fenômenos psicológicos. Essas normas moldam a maneira como os indivíduos interpretam suas ações, dificultando a exploração da natureza humana sem os preconceitos morais. Assim, de acordo com Nietzsche, a única forma de superar esses limites é libertar a psicologia dos preconceitos morais. Para isso, ele propõe uma abordagem baseada na fisiologia, que possibilite uma compreensão mais objetiva e descomplicada da alma humana, livre das restrições morais. Somente ao se distanciar dessas influências será possível alcançar um entendimento mais profundo e verdadeiro da psicologia humana.

Let us now focus on the other aspect that caught Nietzsche's attention: psychology. One of the peculiar aspects of Nietzsche's conception of psychology is that in order to gain an insight into "the human soul and its limits" (BGE, 45), the psychologist must have previously liberated from morality. Indeed, according to Nietzsche, it is precisely because of the inhibiting and distorting function operated by morality that "all psychology so far [...] has not ventured into the depths." (BGE, 23) The result is that psychologists have all stopped at the surface of psychological phenomena, giving a superficial interpretation of them: as Nietzsche puts it, "the power of moral prejudice has deeply affected the most spiritual world [...] and the effect has been manifestly harmful, hindering, dazzling, and distorting." (ibid.)²⁹ Seeking to reverse this tendency and to free psychology from the moral prejudice, Nietzsche emphasizes the importance of relying on physiology for a proper understanding of the human soul,³⁰ and exhorts psychologists to destroy any remnants of morality and to sail "straight over and away from morality." (ibid.)²⁰⁶.

Na obra *Nietzsche como Psicólogo*, Giacoia Junior, segue uma linha similar à interpretação de Stellino e afirma que a dissolução da base moralista da psicologia começa com

²⁰⁵ STEGMAIER. 2013, p.57.

²⁰⁶ STELLINO. 2025, p.41.

a destruição do primado da consciência e a refutação da ideia de subjetividade associada à unidade da consciência²⁰⁷. Desse modo, a moralidade influencia e limita a forma como entendemos a mente humana, pois a consciência, entendida como a parte da mente que está ciente de si mesma e do mundo ao seu redor, tem sido tradicionalmente vista de maneira restrita. Assim, segundo Giacoia Junior, Nietzsche argumenta que essa visão limita a compreensão do comportamento humano, uma vez que muitas ações e desejos são impulsionados por forças inconscientes, instintivas ou fisiológicas, que não podem ser totalmente explicadas pela consciência. Nas palavras do autor,

A linguagem, a consciência e a sociedade têm uma origem comum. Sendo assim, há que se admitir que nem a consciência, nem a linguagem, nem a sociedade são um dado, um fato natural, não sujeito à transformação, ao vir-a-ser, à história. Nesse domínio, não há, pois, que seja dado de uma vez por todas, mas o mesmo devir que está presente na linguagem, está presente também na sociedade e na consciência²⁰⁸.

No texto da *Gaia Ciência* Nietzsche apresenta a consciência (*Bewusstsein*) como um aspecto distinto do individual do ser humano, mas como uma característica desenvolvida no interior do contexto social. Para o filósofo, esta consciência como a capacidade de auto-reflexão e consciência de si mesmo é um produto da vida em comunidade e das relações sociais, de forma diversa da consciência moral (*Gewissen*). A consciência surge e se desenvolve através da relação e dos signos compartilhados dentro de uma cultura, demonstrando como ela é moldada e influenciada por um contexto externo ao do indivíduo. Assim, por mais que este busque uma consciência de si como uma forma única, o que é trazido à consciência é moldado pela coletividade.

O homem inventor de signos é, ao mesmo tempo, o homem cada vez mais consciente de si; apenas como animal social o homem aprendeu a tomar consciência de si – ele o faz ainda, ele o faz cada vez mais. – Meu pensamento, como se vê, é que a consciência não faz parte realmente da existência individual do ser humano, mas antes daquilo que nele é natureza comunitária e gregária; que, em consequência, apenas em ligação com a utilidade comunitária e gregária ela se desenvolveu sutilmente, e que, portanto, cada um de nós, com toda a vontade que tenha de *entender* a si próprio da maneira mais individual possível, de “conhecer a si mesmo”, sempre traz à consciência justamente o que não possui de individual, o que nele é “médio” – que nosso pensamento mesmo é continuamente suplantado, digamos, pelo caráter da

²⁰⁷ GIACOIA JR. 2006, p.30.

²⁰⁸ GIACOIA JR. 2006, p.40.

consciência – pelo “gênio da espécie” que nela domina – e trazido de volta para a perspectiva gregária²⁰⁹.

Distintamente de Nietzsche, em Kant, o homem racional, aquele capaz de fazer uso de seu entendimento, passa a ter a consciência dessa razão. Conforme apontamos, no texto *Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento?*, Kant apresenta um momento de mudança, de transposição do indivíduo em relação a sua condição de menoridade. Para Kant a menoridade reflete a falta de resolução e coragem do homem em servir-se de si mesmo como um ser racional sem a direção de outro, como aquele que aceita o empenho da própria natureza para mantê-lo incapaz de utilizar o seu entendimento.

Por isso é que poucos conseguiram, por meio do cultivo de seu espírito, desvencilhar-se da menoridade e, não obstante, trilhar um caminho seguro²¹⁰. É preciso considerar, como nos adverte Klein, que a “razão kantiana não é uma razão fechada, pronta e imutável, como se Kant tivesse se deparado com ela, feito um achado”²¹¹. Desse modo, mesmo que ela tenha suas estruturas transcendentais é, contudo, no decurso histórico e no uso público que se faz da razão que podemos passar a ter conhecimento dela.

Revela-se aqui uma estranha e não esperada marcha das coisas humanas; como, aliás, quando se considera esta marcha em conjunto, quando tudo nela é um paradoxo. Um grau maior de liberdade civil parece vantajoso para a liberdade de espírito do povo e no entanto estabelece para ela limites intransponíveis; um grau menor daquela dá a esse espaço o ensejo de expandir-se tanto quanto possa²¹².

Assim sendo, retomamos a compreensão do homem livre kantiano para elucidar como ele age segundo determinações racionais, mas, também, de forma conjunta, ele passa a orientar a sua vontade em conformidade com a razão no interior de seu contexto histórico. Nele, a vontade aparece como a própria representação da lei moral que objetiva motivar as ações em acordo ao dever, mas a filosofia kantiana não é indiferente às inclinações da natureza, pelo contrário, é justamente na constatação de que o homem livre está imerso nesse âmbito de influências empíricas que Kant reconhece as inclinações da natureza humana²¹³.

Assim sendo, em Nietzsche, a ideia de liberdade modifica substancialmente os termos apresentados na filosofia kantiana, uma vez que, na perspectiva nietzschiana, é possível pensar

²⁰⁹ NIETZSCHE. GD, V, § 354.

²¹⁰ KANT. 1985, p.102.

²¹¹ KLEIN. 2009, p.216.

²¹² KANT. 1985, p.114.

²¹³ LIMA. 2013, p.381.

uma liberdade a partir da qual os impulsos se intensificam e se revelam por meio dela. Aspecto este que incide no antagonismo nietzschiano defendido por Müller-Lauter, no qual a vontade de poder se expressa pela manifestação das mudanças existentes no interior dessas forças em conflito, ou seja,

A vontade de potência enquanto “fundamento último e caráter de todas as mudanças” é a “essência” do mundo: ela apresenta o único *quale* que constitui o mundo em seus gradações múltiplas. A “irradiação de vontade de potência” está através de tudo aquilo que aparece como força. Um quantum de força é, na verdade, um quantum de potência”. A qualidade do que é quantitativamente diferente, sua essência, pode ser determinada com mais exatidão como “vontade de violação e de precaver-se da violação”. O “sentido” desse violentar é o domínio já antes caracterizado. Porém, praticar o domínio pressupõe potência²¹⁴.

Em Müller-Lauter, a vontade de poder aparece como o princípio fundamental que move as mudanças no mundo. Ela não é simplesmente um desejo ou uma força qualquer, mas a essência que permeia todas as coisas, desde a natureza até a ação. Segundo o autor, em Nietzsche, tudo no mundo é impulsionado por essa força, que atua como um princípio único que dá forma ao mundo em suas várias manifestações. Para o autor, a ideia de 'vontade de violação' sugere a interpretação de uma transgressão das restrições presentes no mundo, sendo essa vontade a força que se manifesta para ultrapassar limites.

Nos termos da interpretação de Müller-Lauter, para praticar o domínio – exercer poder – é necessário ter potência. Sem a “vontade de potência”, não há possibilidade de manter domínio sobre algo, pois ela é a expressão dessa força que atua nas mudanças do mundo. Nesse sentido, o autor sugere que a busca pelo domínio é o propósito dessa vontade de poder presente na filosofia nietzschiana, sendo uma forma de autoafirmação e imposição da própria força.

A abordagem contrastante entre Kant e Nietzsche sobre a moralidade destaca suas diferentes visões sobre a natureza humana. Kant apresenta a moralidade como um sistema universal baseado na razão, no qual a liberdade é pressuposta para a ação moral, sendo a razão a força que governa a vontade e orienta as ações. Nietzsche busca romper com essa visão, argumentando que a moralidade é uma invenção projetada para controlar os instintos e limitar as potencialidades do indivíduo. Assim, é importante frisar que a compreensão de vontade livre ou de uma vontade sob leis morais²¹⁵ inexistente na filosofia nietzschiana, pelo contrário, a vontade

²¹⁴ MÜLLER-LAUTER. 2009, p.62-63.

²¹⁵ KANT. GMS, p. 349.

definida por Kant encontra seu antagonismo em Nietzsche, pois, para ele, ela representa justamente a “vontade de negação”.

Portanto, não é possível circunscrever a teoria de Nietzsche em uma noção causalista ou teleológica, ela está inscrita em um contexto de interpretação da vida. Na qual é possível reconhecer diversas forças dominantes, estas que impulsionam a vida, de forma diversa, inconstante, exploradora, que irrompem com os pilares do dualismo. Para Nietzsche, isso “faz parte da essência do que vive, como função orgânica básica, é uma consequência da própria vontade de poder, que é precisamente vontade de vida”²¹⁶. Na filosofia nietzschiana não há uma escolha racional, mas sim a manifestação das forças reagentes no mundo, isto é, a ideia de instinto de liberdade é vontade de poder²¹⁷.

4.3. A ARTICULAÇÃO ENTRE ESPÍRITO LIVRE E INDIVÍDUO SOBERANO NO PROCESSO DE “GRANDE LIBERAÇÃO” EM NIETZSCHE

De acordo com Fernando Costa Mattos, em Nietzsche, a “grande liberação” faz referência a ideia de libertação dos valores impostos, particularmente daqueles herdados pela tradição e traduzidos em uma compressão moral. Contudo, a grande liberação não se manifesta no sentido de deixar livre os instintos, mas nos termos descritos na seção anterior ao replicar o entendimento nietzschiano sobre o domínio e não a condenação dos instintos.

Em Nietzsche, as construções morais limitam o ser humano e o distanciam de sua verdadeira natureza e é por isso que o filósofo apresenta a liberação como um processo de despojar o indivíduo desses valores, permitindo que ele viva de acordo com seus próprios impulsos. Na interpretação de Mattos, na filosofia nietzschiana, a liberação não se refere apenas à remoção da normatividade, mas também à superação de uma autocompreensão distorcida do homem, que vê a culpa como algo central à existência. Assim, o projeto nietzschiano propõe que o homem seja libertado e que sua natureza seja entendida como um complexo de impulsos, instintos e forças vitais. Para compreender o ser humano e o mundo, portanto, é necessário libertá-los primeiro, permitindo que os impulsos naturais sejam aceitos como parte de sua essência.

Compreende-se, assim, que Nietzsche se utilize da fórmula “grande liberação” para descrever o que seria, de certo modo, o espírito geral de seu projeto filosófico, um projeto que teria então na extirpação da culpa, do modo como

²¹⁶ NIETZSCHE. JGB, §259.

²¹⁷ NIETZSCHE. GM. II, §18.

o homem compreende a si mesmo e se posiciona no mundo, um de seus principais resultados. Trata-se de uma expressão que confirma a presença, por nós anteriormente sugerida, de um propósito essencialmente “prático”, moral – ou “imoral”, o que dá aqui no mesmo -, em toda a reflexão nietzschiana acerca do conhecimento, da ciência natural, do mundo e do próprio homem, enquanto parte desse mundo: de certa forma, é porque o homem tem de ser libertado do jugo punitivo do Deus cristão que devemos compreendê-lo como complexo de impulsos inconscientes, e não o contrário; é porque o homem tem de ser libertado da noção persecutória de culpa que devemos compreender o mundo como fluxo perpétuo do devir, e não o contrário; e assim por diante²¹⁸.

Em Mattos, a filosofia de Nietzsche se apresenta como "prática" e moral – ou "imoral", ou seja, representa a ideia de transvaloração, na qual o filósofo busca criar uma moralidade que vai além da moral tradicional, das morais que ele considera repressivas. A filosofia nietzschiana busca transformar as bases da moralidade, e, para isso, precisa libertar o homem do sentimento de culpa. Dessa forma, em Nietzsche, a moral tradicional é substituída por uma concepção mais dinâmica e fluida da vida, em constante transformação. Assim, o mundo passa a ser compreendido como um processo contínuo de transformação e não regido por uma moral universal.

De forma similar ao sistema kantiano de construção do homem livre como a representação da evolução diante das determinações sensíveis e da superação da sua menoridade, em Nietzsche, retomamos o indivíduo soberano para compreender um processo similar, a saber: como ele perpassa pela moralidade e, quando está amadurecido, passa a interpelar as ações de forma diversa, a transvalorar a partir de outras bases, de uma vivência dominante, como um “liberto”. Apontamos assim que, tanto em Kant quanto em Nietzsche, a leitura da moralidade está atrelada a uma ideia de transposição, ou seja, uma transformação que altera a maneira de compreender e agir em relação a uma condição previamente existente.

É nesse contexto que Nietzsche rejeita o valor da obrigatoriedade e é também nesse cenário que o presente estudo direciona sua investigação para uma possível concepção de liberdade, no interior da filosofia nietzschiana, associada à noção de liberação. Para desenvolver essa argumentação, retomam-se aspectos relacionados ao indivíduo soberano apresentados no capítulo terceiro. Na obra *Genealogia da Moral*, Nietzsche descreve o amadurecimento moral como um fator que capacita o indivíduo soberano a agir de maneira autônoma no mundo.

²¹⁸ MATTOS. 2013, p.127.

O homem ‘livre’, o possuidor de uma duradoura e inquebrantável vontade, tem nesta posse a sua medida de valor: olhando para os outros a partir de si, ele honra ou despreza”²¹⁹.

Essa capacidade de olhar para si descreve uma das atribuições que compõem o processo de definição do indivíduo soberano. A partir de suas vivências, de sua imersão na moralidade, ele dispõe de um olhar distinto, de uma nova perspectiva de resposta aos acontecimentos do mundo. Em Nietzsche a moral inexistente enquanto verdade, ele a reconhece enquanto interpretação de sintomas²²⁰ passíveis de observação. Assim, interpreta a inserção do indivíduo a partir da forma como ele a recebe e, ao mesmo tempo, responde a esse contexto no qual está inserido.

Para a moral, sua legitimidade está no demonstrar a observância aos valores assimilados racionalmente e o aprimorar da humanidade, o que, em Nietzsche, reflete o suprimir das vivências. Contudo, a edificação do indivíduo soberano permite descrever uma inversão de entendimento da crítica nietzschiana ao sublinhar seu mérito de cumprir com uma ruptura, o expressar de uma autonomia distinta, de uma ação livre aos moldes de um

Privilegio extraordinário da responsabilidade, a consciência dessa rara liberdade, desse poder sobre si mesmo e o destino, desceu nele até sua mais íntima profundidade e tornou-se instinto, instinto dominante – como chamará ele a esse instinto dominante, supondo que necessite de uma palavra para ele? Mas não há dúvida: este homem soberano o chama de sua consciência²²¹.

A existência de uma consciência moral (*Gewissen*) é o que torna o indivíduo apto a cumprir com as normas morais ou a sustentar uma autonomia, ou seja, ele descreve um momento de subordinação e um de refutação. No primeiro, identifica-se o alvo da crítica nietzschiana, o homem do rebanho, aquele que encontra na determinação moral seu primado da ação. No segundo, por outro lado, não existe uma rejeição, não enquanto exclusão e sim como deliberação distinta das condicionantes da lei. Este é o reflexo da consciência do indivíduo soberano, ou seja, daquele que possibilita um olhar sobre a moral justamente pelo fato de ter perpassado por ela. Todavia, o indivíduo soberano não está aquém dos impactos da moral, mas ele a acolhe e responde de forma distinta, como uma consciência (*Bewusstsein*). Assim, é

²¹⁹ NIETZSCH. GM, 2ªD. §2.

²²⁰ Segundo Christian Niemeyer, Nietzsche sugere que tudo no mundo é uma construção interpretativa, ou seja, toda realidade percebida é sempre mediada pela nossa interpretação subjetiva. Nesse contexto, os fenômenos não são dados como fatos objetivos, mas sim como manifestações de algo passível de interpretação. Sendo assim, os sintomas se revelam como indicações da manifestação desse algo interpretado no fenômeno (NIEMEYER. 2012, p.451).

²²¹ NIETZSCH. GM, II. §2.

necessário observar em que medida essa consciência se manifesta como instinto dominante em ação, podendo representar uma nova interpretação dos valores na filosofia de Nietzsche.

O que caracteriza a ruptura da moralidade como normatização não é a sua exclusão, mas seu ponto de inflexão. O fato de tê-la apreendido de forma tão profunda que se torna possível realizar uma reação diversa a partir dela. Conforme observamos, o indivíduo soberano não supera a moral, ele perpassa por ela e é esse processo que culmina na possibilidade de desenhar a existência de uma liberação em Nietzsche. O indivíduo soberano está alheio às expressões morais, porque ele já as recepcionou, já as vivenciou e hoje é o seu liberto. Assim sendo, o indivíduo soberano passa a ser o representante de sua própria vontade, é o detentor de uma “verdadeira consciência de poder e liberdade”²²².

Todavia, à luz de demonstrar a perspectiva de existência de uma transposição presente no interior das definições do indivíduo soberano, não podemos incorrer no extremismo de uma liberdade positiva, conforme nos adverte Brian Leiter. A própria compreensão de autonomia é interpretada a partir de uma luta entre esses impulsos instintivos em Nietzsche, uma vez que “a vontade de superar um afeto é, em última instância, tão somente a vontade de um outro ou vários outros afetos”²²³. Desse modo, a ideia de autonomia dissocia-se do causalismo enquanto capacidade de escolha sobre as forças existentes e atuantes no mundo, mas ela passa a ser associada à interpretação de uma força interior que representa a sensação de liberdade.

Em *Além do Bem e do Mal*, Nietzsche apresenta a ideia de liberdade como a capacidade de criar e afirmar os próprios valores, vivendo de acordo com a vontade de poder. Para ele, a liberdade é uma forma de autoafirmação e autossuperação, que envolve o desafio das normas e convenções preexistentes. A compreensão de liberdade está inscrita na superação da moralidade tradicional, que impõe noções fixas de “bem” e “mal”. Essa superação é, por sua vez, um confronto com as restrições da tradição. Assim, a liberdade surge a partir do jogo de forças e do impulso para agir, sendo a própria manifestação da vontade de poder²²⁴, conforme trabalhamos anteriormente.

Assim, a filosofia nietzschiana apresenta a noção de liberdade atrelada a ideia de romper com as verdades impostas em vez de aceitar os valores definidos pela tradição. Nietzsche acredita que a liberdade autêntica envolve a capacidade de vivenciar, de reagir às experiências. Para ele, a liberdade da vontade não está relacionada à ausência de restrições

²²² Idem.

²²³ NIETZSCHE, JGB, §117.

²²⁴ NIETZSCHE, JGB, § 259.

externas, mas à capacidade de lidar com os próprios instintos dominantes em conflito, especialmente aqueles que circunscrevem um contexto de valores e culturas.

Em suma, “liberdade da vontade” consiste na capacidade de observar a prevalência entre instintos dominantes, ou seja, de manter um centro de análise que possa reconhecer o domínio e os próprios direcionamentos resultantes desse embate. Esta capacidade de obedecer a si mesmo corresponde a uma velha demanda da filosofia moral da autonomia, mas com o diferencial em Nietzsche de que esta capacidade de conduzir a si mesmo depende (e sempre dependerá) do modo como o indivíduo e a sociedade lidam com o corpo no interior dos mecanismos sociais de cultivo²²⁵.

É no jogo entre impulsos dominantes que se evidencia a fisiologia do corpo, a manifestação genuína da natureza humana, livre da opressão de valores impostos. Os valores morais passam a ser interpretados como eles são - fenômenos do mundo - e não mais como valores absolutos. O interpretar é manifestado na autonomia, esta que pode ser reconhecida a partir da capacidade de transpor os valores vigentes e, com isso, recriar novos parâmetros de valorar. O desenvolver da consciência ocorre a partir da possibilidade de ela ser observada em um tipo capaz de interpretar o mundo de forma diversa. Ela descreve a relação do indivíduo com seu tempo e designa a possibilidade de transformação. Em Giacoia Junior a consciência assume os critérios de transformação e do próprio vir-a-ser.

A linguagem, a consciência e a sociedade têm uma origem comum. Sendo assim, há que se admitir que nem consciência, nem linguagem, nem a sociedade são um dado, um fato natural, não sujeito à transformação, ao vir-a-ser, à história. Nesse domínio, nada há, pois, que seja dado de uma vez por todas, mas o mesmo devir que está presente na linguagem, está presente também na sociedade e na consciência²²⁶.

A edificação do indivíduo soberano está vinculada ao impacto que a coerção moral exerce sobre ele em um contexto social que é apercebido pela linguagem. É isso que respalda a distinção entre um tipo consciente, capaz de assimilar a si próprio uma medida de valor, como um tipo moral, suprimido pela coação dos valores e, também, como uma consciência originada pela disputa entre impulsos, passa a interpretar o mundo e responder a ele.

Assim, Nietzsche permite identificar uma forma de liberdade que se manifesta no próprio desenrolar da natureza. Ele propõe que, na relação entre o indivíduo e as forças que imprimem nele certos valores, se encontra a possibilidade de discernir diferentes tipos de

²²⁵ BAPTISTA. 2015, p. 50.

²²⁶ GIACCOIA JUNIOR. 2006, p.40.

moralidade, ou até mesmo a criação de uma moralidade própria. Essa ideia é expressa em *Gaia Ciência* como a possibilidade de criar "um ideal próprio" e dar "leis a si mesmo"²²⁷, algo que só é possível para aqueles que possuem uma força interior única — uma força que não é acessível a todos, mas apenas àqueles que têm um instinto dominante. Essa força, própria dos indivíduos mais fortes e criativos, é a que permite ao ser humano moldar suas próprias leis e valores, estabelecendo sua própria trajetória e autenticidade. Dessa forma, a liberdade nietzschiana não é apenas a ausência de restrições externas, mas a capacidade de afirmar e criar os próprios significados e direções de vida, baseando-se, como vimos na vontade de poder. É nesse ínterim que, para Nietzsche, a moral sadia se expressa, pois repousa no domínio dos instintos, enquanto a moral antinatural objetiva a condenação dos instintos.

Ponto esta fundamental que dialoga com a ideia de transposição moral realizada pelo indivíduo soberano, mas, antes, é preciso investigar como ocorre esse valorar distinto daquele proposto pela tradição. A possibilidade de posicionar-se de forma diversa daquilo que é esperado parece findar com a prevalência dos ditames pré-estabelecidos pelo costume e permitir uma nova interpretação do mundo.

Nietzsche apresenta o indivíduo soberano como aquele que possui como característica ser “liberado da moralidade do costume”²²⁸. É preciso compreender, porém, que a liberação não ocorre de forma simples no interior da filosofia nietzschiana, ela requer critérios próprios. A ideia de liberação, presente no terceiro parágrafo do prólogo²²⁹ da obra *Humano, Demasiado Humano* (1878), aparece no sentido de demonstrar a existência de uma ação contrária, uma reação diversa aos padrões estabelecidos. A liberação é o movimento que permite uma outra forma de posição em relação à moralidade imposta pela tradição e por seus costumes, é a possibilidade de uma outra leitura do contexto e dos valores nos quais se está submetido. Este é o ponto disruptivo no qual convergem os escritos de Nietzsche em relação à sua crítica à moralidade do costume, pois esse movimento ocorre por conta de uma ação e/ou reação ao contexto no qual o indivíduo está inserido. Essa ação/reação permite identificar uma suposta compreensão de autonomia na filosofia nietzschiana, mas não como consciência, e sim como instinto.

Seguindo o que Nietzsche nos apresenta na obra *Humano, Demasiado Humano*, a liberação “vem súbita como um tremor de terra”, “um ímpeto ou impulso o governa e domina;

²²⁷ NIETZSCHE. FW, §335.

²²⁸ NIETZSCHE. GM. II, §2.

²²⁹ Prólogo acrescentado por Nietzsche em 1886 à primeira edição de *Humano, Demasiado Humano*, publicada em abril de 1878.

uma vontade, um anseio se agita, de ir adiante, aonde for, a todo custo”²³⁰. A ideia de liberação está descrita na obra e associa-se à compreensão do “espírito livre” como aquele espírito tornado livre, como “aquele que pensa de modo diverso do que se esperaria”²³¹. Por isso direcionamos nossa atenção à possibilidade de haver uma aproximação entre o indivíduo soberano definido na obra de 1887 e o espírito livre presente na obra de 1878²³².

Em verdade, essa relação não é fortuita, uma vez que o próprio Nietzsche afirma a correlação dessas dissertações em seus escritos. No prólogo da *Genealogia da Moral* ele revela que as suas primeiras hipóteses sobre os temas que compõem as dissertações da obra de 87 foram inicialmente rebuscadas no texto de 78²³³. Assim, a aproximação das obras de 1878 e 1887 busca compreender a existência de um processo de investigação do espírito livre até as definições que compõem a construção do indivíduo soberano. Trata-se de um movimento paulatino e de longínquo nos textos, que permite identificar características que dialogam entre si e acompanham a transformação do tipo indivíduo soberano, a partir dos critérios estabelecidos por Nietzsche e segundo os seus próprios significados.

Nietzsche acresce à apresentação do indivíduo soberano os significados de: i) "homem da vontade própria, duradoura e independente"; ii) "senhor do livre-arbítrio"; iii) "possuidor de uma duradoura e inquebrantável vontade"²³⁴. Significações similares a estas referências estão presentes na descrição do espírito livre (*Freier Geist*)²³⁵ quando ele faz menção as expressões como: i) "autodomínio e disciplina do coração"; ii) “permite o acesso a modos de pensar numerosos e contrários”²³⁶. Assim, quando apresentamos a possibilidade de delinear a existência de uma aproximação entre as filosofias de Kant e de Nietzsche²³⁷, retomamos, mais uma vez, a análise de que há, em ambas as filosofias, um processo de estrutura argumentativa semelhante, mas que apresenta como resultado uma postura filosófica diversa. Enquanto em Kant tal processo remete à validação de sua lei moral, em Nietzsche aponta para a refutação dessa mesma lei.

²³⁰ NIEZTSCHÉ. MA. Prólogo, §3.

²³¹ NIEZTSCHÉ. MA, §3.

²³² Nesse sentido é possível pensar, também, a figura do imoralista, do além-do-homem, do super-homem e de Zarathustra presentes na obra nietzschiana e inscritas entre o período de 1878 até 1887. Contudo, no presente momento, a pesquisa restringe a investigação à aproximação entre o espírito livre e o indivíduo soberano.

²³³ NIEZTSCHÉ. GM. Prólogo, §4.

²³⁴ NIEZTSCHÉ. GM. II, §2.

²³⁵ Patrick Wotling define o conceito de espírito livre no interior da filosofia nietzschiana como: “aquele que pensa diferentemente do que se espera dele em razão de sua origem, de seu meio, de seu estado e de sua função, ou em razão das opiniões reinantes em seu tempo” (WOTLING. 2011, p.33).

²³⁶ NIEZTSCHÉ. MA. Prólogo, §4.

²³⁷ Especificamente na edificação dos conceitos de homem livre e indivíduo soberano, conforme expresso na Introdução do estudo.

Na *Genealogia da Moral* Nietzsche utiliza o termo “liberado” da moralidade do costume para contextualizar o perpassar por ela, da mesma forma como quando ele aborda a possibilidade de constituição do espírito livre, em *Humano, Demasiado Humano*, ao afirmar a “grande liberação”. Em ambas as figuras descritas por Nietzsche faz-se presente a ideia de ‘liberar-se de algo’, uma mudança no *status quo* resultante do próprio contexto de vivências anterior, uma construção que tem seu início na obra de 78 e que é estendido até culminar no texto de 87. Assim, há uma ideia singular, de transformação na qual pode haver a perspectiva de um tornar-se diferente do que se é. O autor Pietropaoli trabalha essa dinâmica nietzschiana como o *noblesse oblige* do indivíduo soberano, ou seja, este tem

no senhor primitivo não sua meta, mas seu precursor, é precisamente a de ter que ter a moral, de ter a responsabilidade, tanto como tarefa quanto como condenação, de decidir sobre o bem e o mal, e fazê-lo a partir de si mesmo, em nome de seu poder e autonomia²³⁸.

A moralidade do costume é fundamental para a definição do indivíduo soberano; ele precisa assumi-la, e é a partir dessa assunção que começa a tomar decisões com base em si mesmo. É por isso que ele pode se movimentar interior do contexto moral, sendo, em certos momentos, inserido na imposição de valores que ele encontra, mas, em outros, respondendo de maneira distinta. Não se trata de uma ruptura, pois a tradição preserva seus costumes e as premissas de valor ao longo do tempo e na definição dos seres, mas de uma forma de manifestação constante diante dessas medidas nas quais o indivíduo está inscrito.

Assim sendo, a partir da realização da noção do “liberar-se” pode ocorrer a abertura de um novo caminho, com diferentes compreensões e definições do que até então era interpretado como liberdade e, por conseguinte, da compreensão do que é o próprio valorar. É nesse contexto que destacamos como a obra *Humano, Demasiado Humano* discorre sobre a existência de uma trajetória semelhante à da *Genealogia da Moral* para descrever a própria realização do espírito livre:

A grande liberação, para aqueles atados dessa forma, vem súbita como um tremor de terra: a jovem alma é sacudida, arrebatada, arrancada de um golpe – ela própria não entende o que se passa. Um ímpeto ou impulso a governa e domina; uma vontade, um anseio se agita, de ir adiante, aonde for, a todo custo; uma veemente e perigosa curiosidade por um mundo indescoberto flameja e lhe inflama os sentidos²³⁹.

²³⁸ PIETROPAOLI. 2023, p.52.

²³⁹ NIETZSCHE. MA. Prólogo. §3.

Na obra *Humano, Demasiado Humano* é o “espírito livre” que se apresenta como um pensamento de “modo diverso do que se esperaria com base em sua procedência”²⁴⁰, ou seja, é próprio do espírito livre “ter se libertado da tradição”. A partir da liberação daquilo que o condiciona, ele é tomado por um ímpeto, uma vontade, uma curiosidade. Assim, observamos uma relação entre o indivíduo soberano e o espírito livre, tanto um quanto o outro descrevem uma dinâmica que rompe com o pré-estabelecido, com o condicionado pelos costumes, justamente por serem libertos. Esta “libertação”, nas palavras de Marton, caracteriza um longo processo percorrido pelo espírito livre²⁴¹. É esse processo, essa mudança de paradigma, que requer a atuação de uma força, não de uma qualquer, mas de uma que pode ser originada aos poucos, por impulsos dominantes, por aquela vontade de potência.

Assim, a possibilidade de relacionar as duas figuras não expressa a assimilação deles como iguais, mas como “tipos” necessários ao desenvolvimento do projeto crítico de Nietzsche. Conforme desenvolvido no texto, o filósofo utiliza de “tipos” para expressar sua postura e caracterizar certos momentos, elucidando aspectos próprios de sua filosofia. Em *Humano, Demasiado Humano*, o espírito livre (*Freier Geist*) expressa a independência e a capacidade de pensar de forma crítica e diversa a da tradição, adotando uma postura cética em relação às crenças tradicionais, especialmente aos preceitos morais. O espírito livre é crítico das normas e valores estabelecidos e busca desconstruir as verdades, visando um conhecimento autêntico.

No conhecimento da verdade o que importa é possuí-la, e não o impulso que nos fez buscá-la nem o caminho pelo qual foi achada. Se os espíritos livres estão certos, então aqueles cativos estão errados, pouco interessando se os primeiros chegaram à verdade pela imoralidade e os outros se apegaram à inverdade por moralidade. – De resto, não é próprio da essência do espírito livre ter opiniões mais corretas, mas sim ter se libertado da tradição, com felicidade ou com um fracasso. Normalmente, porém, ele terá ao seu lado a verdade, ou pelo menos o espírito da busca da verdade: ele exige razões; os outros, fê²⁴².

O espírito livre objetiva testar as verdades impostas, mantendo uma postura de inquietude. Para ele, mais do que estabelecer a verdade, é estabelecer a busca por ela, revelando um tipo questionador, característico do próprio ideal crítico estabelecido por Nietzsche em seus escritos. Na *Genealogia da Moral*, o indivíduo soberano aparece como a descrição de um tipo idealizado que representa a máxima expressão de autonomia e autossuficiência. Ele é descrito

²⁴⁰ NIETZSCHE. MA. V, §225.

²⁴¹ MARTON. 2006, p.62.

²⁴² NIETZSCHE. MA, §225.

como aquele capaz de expressar uma ideia de autônomo, que interpreta os valores a partir de si. Esse tipo de uma “vontade própria”, “liberado da moralidade do costume”²⁴³.

Ao indivíduo soberano estão relacionados aspectos que podem sugerir uma versão amadurecida do próprio espírito livre, como um processo de maturação que se inicia em *Humano, Demasiado Humano* e se concretiza na *Genealogia da Moral*. Em *Humano, Demasiado Humano*, o espírito livre ainda se mostra tímido, atado aos costumes e às convenções sociais, lutando para se liberar. Na *Genealogia da Moral*, esse processo chega à sua conclusão, permitindo ao indivíduo soberano se tornar plenamente autônomo em relação a esses costumes, pois desenvolveu um instinto dominante que o guia e o torna capaz de assumir uma posição diversa da moralidade tradicional.

O espírito livre presente em *Humano, Demasiado Humano* expressa a criatividade e independência, um tipo de espírito capaz de atingir um outro nível de inquietude e mudança. Ele é capaz da “liberação”, esta que caracteriza um momento crucial de transformação em relação aos valores impostos, especialmente pela tradição. A liberação é decisiva para compreender a que caracteriza a mudança de um estado de limitação para um estado de liberdade. No texto de *Humano, Demasiado Humano* Nietzsche afirma que o tipo ““espírito livre” deve algum dia tornar-se maduro” por meio de um evento decisivo, chamado de a “grande liberação”, mas antes este espírito livre terá que parecer “ainda mais atado”²⁴⁴. O texto sugere que, antes dessa grande liberação, o espírito livre ainda estará mais limitado, preso às convenções estabelecidas ou a outras formas de privação impostas pela moralidade.

Em *A Genealogia da Moral*, Nietzsche sugere que há um processo de desenvolvimento que conduz ao surgimento do indivíduo soberano. Esse processo leva à transformação do indivíduo, permitindo-lhe alcançar uma condição em que, finalmente, ele revela plenamente aquilo que antes era apenas um meio para um fim. Em outras palavras, é por meio do amadurecimento que o indivíduo soberano se torna capaz de se apresentar como a expressão concreta do “indivíduo autônomo supramoral”²⁴⁵, alguém que transcende as limitações morais tradicionais e vive de acordo com seus próprios valores²⁴⁶. Em *Humano, Demasiado Humano* o espírito livre pode ser um liberto e na *Genealogia da Moral* o indivíduo soberano passa a ser relacionado a uma concepção de livre a partir de uma liberação resultante do próprio exercício de realizado por ele, a partir de um domínio sobre si.

²⁴³ NIETZSCHE. GM. II, §2.

²⁴⁴ NIETZSCHE. MA. Prólogo, §3.

²⁴⁵ NIETZSCHE. GM. II, §2.

²⁴⁶ Idem

Entretanto, é preciso ter consciência de que o espírito livre e o indivíduo soberano estão associados aos “tipos” no interior da filosofia nietzschiana e, como afirma Nietzsche no texto de *Humano, Demasiado Humano*, o espírito livre é uma invenção, que ele não existe²⁴⁷. Ele aponta, ainda, mais adiante nos escritos, que poderia conjecturar que “um espírito no qual o tipo do espírito livre deva algum dia tornar-se maduro²⁴⁸. O espírito livre é aquele que “pensa de modo diverso do que se esperaria com base em sua procedência”²⁴⁹. Assim, Nietzsche menciona o espírito livre como um espírito que um dia irá tornar-se maduro e liberto daquilo que anteriormente o mantinha atado. Ele só poderá desvencilhar-se dessa condição devido à sua capacidade de pensar de forma distinta do esperado, da mesma forma independente que passa a conjecturar a apresentação do indivíduo soberano na obra *Genealogia da Moral*. Assim, sublinhamos a importância das ideias de “amadurecimento” e de “agir de maneira diversa” em relação aos valores morais tradicionais nos argumentos que permeiam os escritos de Nietzsche em *Humano, Demasiado Humano* e que, conforme interpretamos neste estudo, são aspectos retomados na *Genealogia da Moral*.

Desse modo, destacamos como o indivíduo soberano pode ser compreendido como a expressão de uma figura em desenvolvimento ao longo dos escritos nietzschianos, cujo processo de amadurecimento tem início nas formulações que delineiam a noção de espírito livre. É nessa construção argumentativa de Nietzsche que reunimos os elementos que definem o indivíduo soberano como um tipo possível porque o filósofo reconhece a existência de uma potencialidade a ser desenvolvida para representar várias morais. Assim sendo, de forma distinta da filosofia kantiana, a ideia de liberdade associada a esse indivíduo não é um pressuposto dado pela razão, mas o resultado de suas ações no ambiente em que está inserido, fruto de sua liberação.

4.4. A DEMARCAÇÃO DE UMA NOVA VISÃO DE LIBERDADE: A AUTOSSUPERAÇÃO DA MORAL

Demarcações importantes estão atreladas ao homem livre e ao indivíduo soberano de Kant e Nietzsche, respectivamente. Kant exprime a possibilidade da consciência *a priori* da lei moral nos seres racionais²⁵⁰ devido à realização da autonomia, ou seja, de uma liberdade²⁵¹. Em

²⁴⁷ NIETZSCHE. MA. Prólogo, §2.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ NIETZSCHE. MA. 5, §225.

²⁵⁰ KANT. KpV, p.157.

²⁵¹ KANT. KpV, p.113.

Nietzsche a compreensão de consciência está relacionada ao “que foi finalmente alcançado e nele encarnado”, “um sentimento de realização”. Interpretada a partir do contexto em que o indivíduo soberano foi formado e se tornou capaz de fazer promessas, ele passa a existir como essa consciência²⁵². Em um primeiro momento, ele expressa a consciência moral (*Gewissen*), ou seja, aquela relacionada à responsabilidade, que transita entre o dever e a culpa, funcionando como um meio de internalização das leis morais e, conseqüentemente, como um mecanismo de repressão dos instintos. Neste sentido, o indivíduo passa a representar

O Senhor do livre-arbítrio, este soberano – como não saberia ele da superioridade que assim possui sobre todos os que podem prometer e responder por si, quanta confiança, quanto temor, quanta reverência desperta – ele “merece” as três coisas – e como, com esse domínio sobre si – lhe é dado também o domínio sobre as circunstâncias, sobre a natureza e todas as criaturas menos seguras e mais pobres de vontade? O homem “livre”, o possuidor de uma duradoura e inquebrantável vontade, tem nesta posse sua medida de valor: olhando para os outros a partir de si, ele honra ou despreza; e tão necessariamente quanto honra os seus iguais, os fortes e confiáveis (os que podem prometer)²⁵³.

Nietzsche descreve o indivíduo soberano como o senhor do livre-arbítrio, um indivíduo que possui a capacidade de prometer e responder por si mesmo. O livre-arbítrio está associado ao poder de “responder por si”, o que possui o “domínio sobre si”, “a absoluta espontaneidade do homem no bem e no mal”²⁵⁴. Desse modo, nessa passagem da *Genealogia da Moral*, a ideia de livre-arbítrio, no interior da filosofia nietzschiana, sofre uma alteração em relação ao seu vínculo tradicional com a consciência moral e passa a estar ligada à própria disposição do indivíduo de agir de outra forma, representando uma figura que se reconhece como capaz de realizar esse movimento.

Em Nietzsche, a compreensão de livre-arbítrio não pode ser associada àquela defendida por Kant, entendida como a capacidade racional do ser humano de agir segundo leis morais que ele mesmo reconhece como universais. Pelo contrário, no aforismo 39 de *Humano, Demasiado Humano*, Nietzsche apresenta sua compreensão do livre-arbítrio e a justifica justamente na relação que esse estabelece com os sentimentos morais. Ele critica a ideia de que o homem age livremente e sugere que essa compreensão é uma falácia que leva ao sofrimento

²⁵² A ideia de consciência presente na GM é aquela relacionada a moralidade do costume, do “poder responder por si” “poder dizer sim a si mesmo”. (NIETZSCHE. GM, II §3). Porém, em FW, Nietzsche afirma a consciência como sendo o derradeiro desenvolvimento, mas ele é o mais inacabado e menos forte (NIETZSCHE. FW. I, §11).

²⁵³ NIETZSCHE. GM. II, §2.

²⁵⁴ NIETZSCHE. GM. II §7.

humano; “logo: porque o homem se considera livre, não porque é livre, ele sofre arrependimento e remorso”²⁵⁵.

Nesse mesmo sentido, no capítulo VI de *Crepúsculo dos Ídolos*, Nietzsche apresenta o “erro do livre-arbítrio” e critica sua invenção, argumentando que os “homens foram considerados “livres” para que pudessem ser julgados, punidos – e, assim, considerados culpados”²⁵⁶. Assim, nos termos nietzschianos, a concepção de livre-arbítrio foi criada para tornar o homem responsável e dependente, atrelando-o à culpa. Na verdade, Nietzsche afirma que a própria doutrina da vontade “foi essencialmente inventada com o objetivo da punição, isto é, de querer achar um culpado”²⁵⁷.

Assim sendo, conforme mencionado na *Genealogia da Moral*, o indivíduo soberano é apresentado sob o prisma de um duplo movimento. É a partir da ideia de domínio — e não de culpa — sobre os instintos que iremos, neste momento, discorrer sobre o seu papel na perspectiva de uma releitura da moral tradicional em Nietzsche. Nesse ínterim, a “vontade” é inserida como a capacidade de exercer uma “medida de valor”, ou seja, é a partir da vontade que o indivíduo soberano incorreria em uma forma distinta de valorar, como um ímpeto de viver, uma vontade de superação, nos moldes abordados anteriormente para descrever a compreensão de vontade de potência.

Todavia, para compreender a manifestação dessa vontade, é necessário retornar à cosmologia de Nietzsche, investigando suas ideias de transformação e a relação do homem com o mundo enquanto parte de um fluxo contínuo de forças. Em Mattos, o que Nietzsche pretende com sua cosmologia é dissolver a tradicional separação entre o ser humano e o mundo, que normalmente os coloca em esferas distintas. O homem e o mundo não devem ser considerados entidades separadas ou com naturezas diferentes, pois ambos estão integrados. Assim, em vez de tratar o homem como sujeito e o mundo como objeto, Nietzsche propõe uma visão mais interligada do conhecimento.

Desfazer toda e qualquer diferença ontológica entre “homem” e “mundo”, distanciando-se cada vez mais da diferença epistemológica, por assim dizer, que vimos construir o ponto de partida de todo esse mesmo movimento compreensivo – simplificadamente, o indivíduo humano que se interpretou como corpo, depois interpretou ao corpo como vontade de potência e, por fim, ao mundo como corpo, isto é, como vontade de potência²⁵⁸.

²⁵⁵ NIETZSCHE. MA. §39.

²⁵⁶ NIETZSCHE. GD. VI. §7.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ MATTOS. 2013, p.124.

Nesse contexto de investigação da cosmologia nietzschiana, o estudo recorre à figura do indivíduo soberano como aquele que torna possível a transformação no diálogo de Nietzsche com a moral, promovendo a mudança de uma relação de subordinação – aos moldes da lei moral – para uma relação de reação natural, que se manifesta por meio das forças. Nesse ínterim, a moralidade do costume marca dois períodos distintos no posicionamento nietzschiano: o da construção crítica e o da interpretação de novas perspectivas. É por meio da figura do indivíduo soberano que nos propomos a argumentar ser possível evidenciar essa interpretação. Contudo, a transposição do indivíduo soberano é penosa, ela demonstra, por um lado, a imposição exercida pelos valores, pois ele se torna “seu fruto tardio: quanto tempo teve esse fruto que pender da árvore, acre e amargo!”²⁵⁹ e, por outro, a liberação, esta que o liberou dos limites impostos pela tradição.

Em *Aurora*, Nietzsche apresenta uma ideia de como pode ser interpretada a relação entre o homem e a moral no interior de sua doutrina, ou seja, que o “homem livre é não-moral (*unsittlich*), porque em tudo quer depender de si, não de uma tradição”²⁶⁰. Assim, para que o homem exista enquanto livre — nos termos nietzschianos —, não poderia existir a moral entendida como uma moralidade universal e imposta. Nesse contexto, parece que as ideias se colocam como excludentes, pois, se há o “homem livre” — entendido como a possibilidade de romper com a moral —, não pode haver nenhuma forma de submissão à moralidade.

Assim, ainda, em *Aurora*, Nietzsche discorre sobre a possibilidade de haver um cultivo dos valores em acordo ao próprio transcórre da natureza. A partir de uma analogia com o desenvolvimento das plantas, ele discorre sobre a existência de duas formas distintas de trabalhar a natureza, por interferência ou sem interferência²⁶¹. No primeiro caso, existe a busca pelo controle dos impulsos em favor de um suposto bem maior; no segundo, a natureza segue uma ordem em acordo com o seu próprio curso e temporalidade. No segundo caso os acontecimentos transitam entre erros e acertos e é isso que permite compreender o que eles realmente são.

É na transitoriedade que Nietzsche pontua a possibilidade de identificar uma espécie de liberdade, voltada ao descrever dos acontecimentos naturais e da própria ordenação das coisas no mundo. O filósofo respalda a importância de observar o homem a partir de todas as suas vivências e é com base nessa aceitação que este passaria a vivenciar si uma forma de liberdade. Por conseguinte, não poderia existir uma ideia de liberdade associada a um conceito

²⁵⁹ NIETZSCHE. GM. II §3.

²⁶⁰ NIETZSCHE. M. I §9.

²⁶¹ NIETZSCHE. M. §560.

fixo e estabelecido, mas sim ao entendimento de uma transformação do indivíduo em relação a si mesmo.

A partir da forma como Nietzsche apresenta sua filosofia — como uma aplicação prática no mundo real —, abordamos a maneira como Mattos destaca a crítica do filósofo à moralidade, na qual se encontra a ideia de uma privação individual nos termos de uma transformação, uma superação dos padrões estabelecidos. A ruptura dessa compreensão é descrita pelo autor na figura dos “espíritos potencialmente criadores” e, conforme discutimos, corresponde a uma das características associadas ao espírito livre e ao indivíduo soberano, conforme formas de independências descritas em *Humano, Demasiado Humano* e na *Genealogia da Moral*.

Seja como for, o fato é que Nietzsche se posiciona, assim, contra toda forma de uniformização ou padronização do comportamento humano, temendo sobretudo, como dito, as suas consequências para os espíritos potencialmente criadores, que se veriam privados de cultivar a própria singularidade e a partir dela estabelecer novos valores, novas perspectivas²⁶².

Assim, acolhemos a interpretação de Fernando Costa Mattos com a intenção de dialogar nos mesmos termos de sua posição em relação à leitura da obra nietzschiana, ou seja, a possibilidade de romper com as convenções e despontar uma outra interpretação da moral — uma que transpõe a moralidade tradicional e passa a um novo valorar. Para Mattos, a filosofia nietzschiana é capaz de “fornecer diferentes perspectivas de abertura para o mundo, diferentes chaves para não apenas pensá-lo, mas também senti-lo e vivê-lo”²⁶³. A partir de uma visão fenomenológica que possibilita experienciar a realidade de forma plural, o autor sugere que a filosofia nietzschiana permite um olhar para múltiplas formas de vivência, um deslocar para nossas perspectivas. É com base nessa compreensão que se pode reconhecer uma forma diversa de interpretação possível, que não está sujeita à moralidade tradicional, mas aberta a novas possibilidades de leitura moral.

Stegmaier desenvolve sua leitura de Nietzsche a partir de uma compreensão da fisiologia do corpo. Essa questão remete às definições nietzschianas de “corpo (*Leib*), vida, vontade de poder, transvaloração de todos os valores, além-do-homem e eterno retorno”²⁶⁴, presentes em *Assim Falou Zaratustra*. Para o autor, Nietzsche desenvolve o conceito de razão a partir da compreensão de uma grande razão do corpo, ou seja, é o corpo que carrega a

²⁶² MATTOS. 2013, p.20.

²⁶³ MATTOS. 2013, p.52.

²⁶⁴ STEGMAIER. 2013, p. 41.

consciência e dá a ela o que pensar, está, por sua vez, bem distante de ser um fundamento originário e incondicionado”²⁶⁵. A relação com o mundo ocorre a partir do corpo e da sua multiplicidade de vivências. Nesse sentido que a razão incondicionada demonstra seu distanciamento do mundo, pois é o corpo que se relaciona com o meio e responde a ele.

liberdade não é mais entendida a partir de uma razão prática incondicionada, mas é “instaurada [como] poder positivo, como vontade de poder”, como criação de margens de manobra por meio de e para a intensificação: “criar para si liberdade para uma nova criação”²⁶⁶.

Stegmaier apresenta, assim, como a noção de liberdade – nos termos da filosofia nietzschiana – rompe com a visão convencional kantiana, que a entende como algo que pode ser alcançado através de uma razão prática pura. Tradicionalmente, a liberdade era vista como a capacidade de agir de acordo com a razão e o princípio moral universal. Todavia, em contraste a essa visão, Nietzsche propõe uma interpretação mais dinâmica e fluida para a ideia de liberdade. Em vez de ser uma mera ausência de restrições, a liberdade é entendida como algo ativo, um “poder positivo” e uma “vontade de poder”. De acordo com o autor, Nietzsche entende que a verdadeira liberdade não é a simples ausência de limitações, mas a capacidade do corpo interagindo e exercendo o próprio poder de forma afirmativa.

É nesse ambiente de interpretação que Stegmaier descreve seu conceito de “margem de manobra” como o espaço para a ação e a criação no interior de um contexto de limitações e desafios. Esses espaços não são dados de forma passiva, mas são construídos ativamente, como um processo de movimento que amplia as possibilidades de ação e transformação. É nesse ambiente de agitação que poderia haver uma espécie de liberdade que pode ser entendida como algo a ser constantemente criado e recriado. Assim, a liberdade não é uma escolha, mas um meio de interpretar novas criações e novas formas de ser, gerando possibilidades a partir das restrições e em meio a elas.

Em *Crepúsculo dos Ídolos* Nietzsche discorre sobre o fato de que as características humanas não são totalmente moldadas por fatores externos, nem por uma escolha consciente do próprio indivíduo. Essa posição reforça a ideia de que a existência e as condições em que um indivíduo se encontra não são consequências de deliberações conscientes. Assim, o ser humano não escolhe nascer, não escolhe as circunstâncias em que se encontra nem as

²⁶⁵ STEGMAIER. 2013, p. 43.

²⁶⁶ STEGMAIER. 2013, p. 50.

qualidades com as quais nasce, rompendo com as teorias que defendem que existe controle sobre quem somos ou sobre as circunstâncias em que vivemos.

Ninguém dá ao ser humano suas características, nem Deus, nem a sociedade, nem seus pais e ancestrais, nem ele próprio (...) Ninguém é responsável pelo fato de existir, por ser assim ou assado, por se achar nessas circunstâncias, nesse ambiente. A fatalidade do seu ser não pode ser destrinchada da fatalidade de tudo o que foi e será²⁶⁷.

Nietzsche sugere que a existência humana está ligada à ideia de "fatalidade", ou seja, a algo que não pode ser completamente explicado ou alterado. Isso implica que a vida e a identidade de cada indivíduo são influenciadas por uma cadeia complexa de eventos. Nesse contexto, abordamos a possibilidade de existir uma ligação entre a maneira como o filósofo retrata a transformação do indivíduo e as suas condições de atuação. A possibilidade de circunscrever uma noção de liberdade em Nietzsche depende da concepção do indivíduo como um ser incoerente e mutável, cujas características estão em constante transformação.

Para compreender o significado dessas inquietações e mudanças no interior da filosofia nietzschiana, partimos da compreensão de que seu projeto crítico consiste em pôr à prova o valor dos valores morais tradicionais. Conforme discutimos anteriormente, no prólogo de *Aurora*, essa intenção é associada à ideia de autossupressão da moral, compreendida como a capacidade de romper com esses valores impostos. No aforismo 103, intitulado *Há dois tipos de negadores da moralidade*, Nietzsche afirma que sua forma de negação da moralidade repousa sobre a premissa de que ela não expressa a verdade. Nas palavras do próprio Nietzsche,

“Negar a moralidade” – isso pode significar, *primeiro*: negar que os motivos morais que as pessoas *alegam* tenham-nas realmente impelido a seus atos – ou seja, a afirmação de que a moralidade consiste em palavras e é parte dos embustes grosseiros ou sutis (embustes de si mesmo, em especial) dos seres humanos, e talvez principalmente dos mais famosos pela virtude. Depois pode significar: negar que os juízos morais repousem sobre verdades. Nesse caso se admite que são realmente motivos de ação, mas que, dessa forma, são os *erros*, fundamento de todo o juízo moral, que impelem os indivíduos a suas ações morais. Este é o *meu* ponto de vista²⁶⁸.

Em Nietzsche não existem valores morais absolutos. No entanto, ele reconhece que a moralidade exerce um impacto significativo sobre as ações humanas. Esse impacto, porém, não é uma prova de sua veracidade, mas, sim, uma manifestação dos erros fundamentais que

²⁶⁷ NIEZTSCJE. GD. VI, §8.

²⁶⁸ NIEZTSCJE. M. §103.

sustentam a moral tradicional. É nesse contexto de investigação crítica que a filosofia nietzschiana destaca a importância da superação da moralidade, buscando abrir caminho para uma nova forma de avaliação dos valores.

Em *Além do Bem e do Mal*, Nietzsche retoma a ideia de autossuperação da moral como um processo interno e profundo, reservado àqueles com consciências refinadas, que buscam ir além dos valores morais estabelecidos. Ele expressa, nessa concepção, a possibilidade de ultrapassar a moral tradicional, sugerindo que os próprios valores que definem a moralidade precisam ser questionados, ou seja, a moral deve ser repensada e transformada a partir de si mesma. Todavia, essa tarefa é árdua e destinada a poucos: apenas àqueles capazes de duvidar e questionar a autenticidade dos valores.

A superação da moral, num certo sentido até mesmo a autossuperação da moral inclusive: este poderia ser o nome para o longo e secreto labor que ficou reservado para as mais finas e honestas, e também mais maliciosas consciências de hoje, na condição de ardentes pedras de toque a alma²⁶⁹.

Assim, Nietzsche apresenta a autossuperação da moral como um processo de reinvenção do modo de viver, no qual o indivíduo não apenas questiona os valores tradicionais, mas também passa a recriar novos valores. Nesse contexto, identificamos o motivo pelo qual a liberdade em Nietzsche não pode ser compreendida como uma escolha racional ou consciente - nos moldes kantianos -, mas como um produto dessa tradição, à medida que o indivíduo pode apropriar-se dela. Assim, a liberdade só pode ser reconhecida quando o indivíduo se rebela, não como uma ação pautada pela razão ou pela consciência, mas como um instinto, uma expressão da sua força vital.

Para Nietzsche, há uma compreensão de liberdade ligada a essa força interior, ao impulso primordial de afirmar a própria existência. Somente nesse extravasamento da natureza é que há o “homem mesmo, o seu velho Eu animal – *não*, como naquele fenômeno maior e mais evidente, o *outro* homem, *outros homens*”²⁷⁰. Todavia, para Müller-Lauter, é preciso observar que essa expressão de criação inovadora não pode ser incessante, mas deve existir um limite ao ultrapassamento da humanidade.

O ultrapassamento da humanidade de até agora não é um ir adiante a algo sempre novo e que deixa algo para trás. “Nova”, em comparação com as figuras anteriores do grande homem sintetizador do passado, é a intensificação

²⁶⁹ NIEZTSCHE. JGB. §32.

²⁷⁰ NIETZSCHE. GM. II, §18.

suprema da extensividade extrema. Mas só pode querer algo intensamente, se o que se quer não se dissipar no futuro vazio de uma elevação sem fim”²⁷¹.

Desse modo, o deslocamento moral deve ser interpretado à luz da compreensão do próprio Nietzsche, como um exercício de forças²⁷². Nesse ínterim é que se inscreve a concepção de um Nietzsche naturalista ou, como Brian Leiter e Werner Stegmaier apresentam, um filósofo que argumenta a partir de um jogo entre impulsos, no qual prevalecem forças agindo constantemente umas sobre as outras. Uma concepção que permite ao indivíduo transitar pelos diversos fatores da vida à qual está sujeito e é isso que possibilita a ele demonstrar uma visão distinta da esperada pelo costume. Para Leiter, “é evidente que Nietzsche é um terapeuta, e assim entrelaça as hipóteses formando um poderoso projeto crítico que visa a transformar a consciência acerca da moralidade”²⁷³. A ideia naturalista apresenta uma espécie de causalidade que resulta na mudança de posição em relação à moralidade. Todavia, essa teoria naturalista deixa claro a inexistência de um lugar para o querer, como uma consciência que se apresenta como responsável pela própria mudança.

Assim, a leitura naturalista da filosofia de Nietzsche encontra em Brian Leiter uma interpretação que recusa compreensões idealizadas da autonomia individual presentes em determinadas tradições filosóficas. Para Leiter, o indivíduo soberano descrito na *Genealogia da Moral* é, por exemplo, supervalorizado por interpretações que buscam nele uma figura de liberdade moldada por um ideal de autodeterminação consciente. Em contraposição a essas leituras, Leiter propõe que tal figura deve ser compreendida como um fenômeno natural, resultado de uma constituição fisiológica e psicológica específica, cujos traços não são escolhidos nem deliberados pelo sujeito. A soberania, portanto, não se dá como realização de um projeto racional, mas como expressão de um instinto dominante que emerge sem intervenção da vontade consciente. Nesse sentido, a liberdade atribuída ao indivíduo soberano não deve ser confundida com o livre-arbítrio, mas compreendida como um efeito de forças naturais que operam independentemente da reflexão moral. A crítica de Leiter, ancorada no naturalismo nietzschiano, desestabiliza noções tradicionais, revelando como, em Nietzsche, a própria ideia de sujeito é reconduzida a uma complexa rede de determinações fisiológicas e contextuais.

Em Stegmaier a abordagem também parte de um horizonte naturalista, mas propõe uma interpretação mais flexível e dinâmica da relação entre corpo, consciência e liberdade. Em

²⁷¹ MÜLLER-LAUTER. 2009. p.230.

²⁷² NIEZTSCHÉ. M. §125.

²⁷³ LEITER, 2019, p.46.

sua leitura, Nietzsche rompe com a concepção kantiana de liberdade como autodeterminação racional, substituindo-a por uma liberdade afirmativa que emerge da própria vida corpórea e de seus impulsos. A consciência, nesse contexto, não é uma faculdade autônoma e transcendente, mas um produto da razão do corpo — uma razão enraizada na experiência vivida. Para Stegmaier, essa consciência é necessariamente limitada, pois a realidade que ela tenta apreender é contraditória e obscura, o que inviabiliza qualquer tentativa de sistematização. Ainda assim, é a partir dessas limitações que surge a possibilidade da liberdade como “margem de manobra”, ou seja, como um espaço de criação e ação no interior das condições impostas pela vida. Tal compreensão revela um naturalismo que não nega a agência, mas a reconstrói a partir da imanência do corpo e da historicidade dos valores. Ao enfatizar a corporeidade e a experiência como fundamentos da subjetividade, Stegmaier oferece uma chave de leitura que, embora também ancorada no naturalismo, amplia o escopo interpretativo para incluir a complexidade da vida consciente.

Em Onofri, de forma diversa, a leitura de Brian Leiter inibe a existência de uma capacidade que atuar no âmbito dos desejos, dos impulsos e inclinações. Segundo ele, na interpretação de Leiter, não é possível pensar em uma ideia de indivíduo como uma entidade autônoma e substancial, mas somente como uma rede de impulsos e afetos em constante contraposição por sua própria natureza. A ideia de que o intelecto pode se opor e controlar os instintos é uma mera simplificação, pois, na verdade, o intelecto também é uma manifestação dos impulsos e as decisões são o resultado da predominância de impulsos mais fortes.

Como observa Leiter, no fatalismo de Nietzsche, a vida de uma pessoa é concebida como uma trajetória fixa, estabelecida de forma rígida pelos fatos naturais a respeito dessa pessoa, tal qual o desenvolvimento de uma planta²⁷⁴.

Para Onofri, esta é uma posição fatalista naturalista defendida por Leiter, na qual os "fatos naturais" são fundamentais para estabelecer as possibilidades da vida do indivíduo. No entanto, embora esses fatos sejam necessários para estabelecer a base da trajetória da vida, eles não são suficientes para definir completamente o que essa vida pode se tornar. Esse é um ponto importante na interpretação da filosofia nietzschiana, pois retoma o debate sobre a capacidade de o indivíduo se afirmar, superar limitações e seguir um caminho diverso, apesar das condições e circunstâncias iniciais. Nesse contexto, Onofri apresenta uma interpretação distinta, voltada para a concepção de uma moral expressivista, que parte da impossibilidade de separar indivíduo

²⁷⁴ ONOFRI. 2024, p.89.

e ação. Nela, a moral abarca a ação em si, não como uma causa externa, mas como o próprio processo de agir. Dessa forma, a moral não manifesta nenhuma forma de intencionalidade ou causa, mas se revela na ação como um todo, capaz de "compatibilizar liberdade e determinismo"²⁷⁵.

É no contexto dessa multiplicidade de interpretações dos escritos nietzschianos que sublinhamos uma constância: Nietzsche tem como objetivo romper com os padrões impostos pela tradição. Todavia, essa ruptura não se dá de forma simples, nem está ao alcance de todos, mas é destinada àqueles espíritos capazes de pensar de maneira distinta e de superar os valores pré-estabelecidos. Nesse sentido, destacamos em nossa pesquisa o papel do indivíduo soberano como a figura que marca esse momento de inflexão na filosofia de Nietzsche, pois ele representa a vontade de querer algo além, rompendo com as amarras da moralidade tradicional — aquela que enfraquece o espírito — para instaurar em si novos valores.

A autossuperação da moral não representa um simples abandono ou negação da moralidade, mas algo que nasce no interior dela mesma. Superar a moral, portanto, não significa ignorá-la ou afastar-se dela, mas sim permitir que algo novo emergja a partir dela. A moral não é um fim último, como almeja Kant, mas uma forma de formação que deve estar em constante processo de ultrapassamento, para não se tornar estática e opressora.

Atingir esse ponto, deve-se reiterar, não é algo que se passa ao largo da moral, mais ainda, não é algo que não seria esperado no campo da moral. Ao contrário, trata-se de uma exigência da própria moral, do seu desejo mais íntimo, que é a sua autossuperação, a “auto-superação da moral”. (NIETZSCHE, 2004, p. 14). O que pode ser compreendido a partir de uma interessante relação entre dever (*sollen*) e poder (*können*). Pelo modo como é possível de um “tu deves” derivar um “tu podes”. O que seria uma forma de levar a sério a moral e os costumes, mas não como uma finalidade em si e sim como um meio para em seguida, em algum momento, poder levá-la na jovialidade, “como algo leve, divino e intimamente aparentado à dança e à exuberância!”. (NIETZSCHE, 1987, p. 14)²⁷⁶.

Nesse ínterim, é que, em Nietzsche, a moral passa a ser interpretada a partir de um anseio por transformação. Esse entendimento é introduzido sutilmente nas palavras de Paschoal, ao indicar como o “tu deves” pode se transformar em “tu podes”. Trata-se de uma mudança de perspectiva: a obrigação moral passa a abarcar uma capacidade do indivíduo, como uma transição da imposição para a ação afirmativa. Isso representa o ideal nietzschiano de superação da moral.

²⁷⁵ ONOFRI. 2024, p.17.

²⁷⁶ PASCHOAL. 2023, p. 482-483.

Para a filosofia nietzschiana, não basta negar a moralidade, mas engajar um processo que almeja a autossupressão, ou seja, ir além das normas morais estabelecidas. A autossupressão da moral (*Sittlichkeit der Sitte*)²⁷⁷ inscreve-se como um termo que remete à ideia de “eliminar”, “extinguir” ou “cancelar”, desenvolvido no interior da filosofia de Nietzsche. Ele trata essa manifestação como a própria imoralidade, mas não no sentido simples de rejeição, e sim como um movimento ativo de transformação. A autossupressão da moral representa uma forma de manifestação diante do meio em que o indivíduo está inserido, como um processo em que ele não se submete passivamente à moralidade vigente, mas se afirma, criando novas possibilidades de interpretação.

A autossupressão da moral não deve ser confundida com um projeto normativo, isto é, com uma prescrição sobre como os indivíduos devem agir. Ao contrário, trata-se de uma análise que revela como a moral tradicional se constituiu e de que maneira ela pode ser superada a partir de dentro. Nietzsche observa que essa moral, entendida como um conjunto de valores estabelecidos, não é natural. É nesse contexto que se apresenta a autossupressão, como a possibilidade de transição para outros modos de valoração.

A compreensão da autossupressão da moral está diretamente relacionada à própria ideia de transvaloração dos valores, na medida em que, para Nietzsche, a superação da moral tradicional incorre um processo de investigação e transposição de seus valores. A moral tradicional, sustentada por valores herdados e impostos, deve ser questionada e destituída de suas pretensões de verdade. Esse processo de autossupressão abre caminho para a criação desses novos valores, voltados a exaltar as potencialidades afirmativas da vida, em consonância com a noção de transvaloração, que propõe essa reavaliação dos pilares morais.

Para Marton, esta transvaloração incide na investigação de Nietzsche sobre as noções de valores e pode ser compreendida como uma forma de objetivar “fundar os valores a partir de outras bases”²⁷⁸. A trasvaloração dos valores (*Umwertung der Werte*) representa, na tradução de Paulo César de Souza, um duplo movimento, ou seja, da soma da ideia de um "avaliar, valorar" com a possibilidade de uma "mudança". Nesse sentido, Nietzsche agrega ao conceito de trasvaloração dos valores a possibilidade de uma avaliação, de uma transformação a partir de um ponto de observação capaz de deslocar-se para ambos os lados.

Portanto, Nietzsche propõe a ruptura com a tradição ao explicitar que a moral não é um fim em si, mas um meio para o fortalecimento do indivíduo. A verdadeira moralidade –

²⁷⁷ Conforme nota do tradutor Paulo César de Souza, o termo *Sittlichkeit der Sitte* refere-se ao texto original nietzschiano.

²⁷⁸ MARTON. 2006, p. 55.

aquela saída - exige sua própria superação e é essa transição que permite uma nova interpretação dos próprios valores morais como uma expressão de transformação. Trata-se, assim, do indivíduo que encarna a autossuperação da moral, expressando, por meio de sua existência, a figura que representa a possibilidade de uma vida afirmativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de estabelecer uma recepção de Nietzsche à filosofia kantiana não ignora o fato de que há interpretações distintas, por parte dos dois filósofos, quanto ao papel da moral em seus escritos. Ao contrário, é justamente para examinar em profundidade os aspectos que caracterizam suas diferentes concepções de moralidade que este trabalho se desenvolve. Tanto na validação de seus pressupostos quanto na crítica a esses mesmos pressupostos, há indícios de um contínuo desenvolvimento de argumentos que ora se aproximam, ora se excluem da moral. No entanto, ambas as filosofias apontam para uma regularidade, ou seja, a elaboração de um conceito em evolução no interior de suas estruturas argumentativas. É na definição dos conceitos de homem livre e de indivíduo soberano que reconhecemos a existência de um processo que aproxima os filósofos, ao circunscrever essas figuras que dialogam em ambientes heterogêneos e que marcam a possibilidade de justificação e/ou transposição moral.

O homem livre e o indivíduo soberano são figuras únicas porque refletem o desenrolar de um processo filosófico complexo, que se realiza a partir de características específicas. Esse processo exige tanto uma essência dualista, capaz de dialogar com a existência em conflito, como nos apresenta Kant, quanto uma capacidade de transposição, que permite transformar o *status quo* em um contexto de interpretação diverso, conforme propõe Nietzsche. Essas figuras não são estáticas, mas estão em constante transformação, mudando gradualmente ao longo do tempo. Essa transformação possibilita o diagnóstico de momentos de manifestação — seja de uma interpretação racional, seja de uma instintiva — que se distanciam do ponto de partida original, daquela concepção inicial. Ao longo dessa jornada, ambos se tornam figuras que, ao questionar e transpor as limitações impostas pelo ambiente ou pela moralidade vigente, possibilitam novas formas de existência e entendimento.

Dessa forma, a partir da moralidade, entendida como eixo estruturante na constituição das figuras do homem livre e do indivíduo soberano, exploramos como os filósofos permitem interpretar concepções de liberdade que, embora sustentadas por fundamentos profundamente distintos, compartilham um movimento simultâneo de apropriação e crítica da moral. Reiteramos, conforme nos ensina Oswaldo Giacoia Jr., que existem diferenças insuperáveis entre as filosofias de Kant e Nietzsche. No entanto, defendemos, neste trabalho, que a investigação dos pilares que sustentam os conceitos de homem livre, em Kant, e de indivíduo soberano, em Nietzsche, permite identificar pontos de aproximação, especialmente na maneira como Nietzsche desenvolve sua filosofia crítica. Seguindo a compreensão de interpretes como Ricardo Bazilio Dalla Vecchia sobre o acolhimento nietzschiano da filosofia de Kant,

entendemos que esse acolhimento se manifesta de maneira crítica. Trata-se de uma aproximação que permite a Nietzsche evoluir na maneira como busca desconstruir a crença na moralidade, seja enquanto subordinação à tradição, seja como contestação de uma validade universal.

Ao adotar uma postura crítica em relação à moralidade kantiana, Nietzsche não apenas refuta o sistema moral baseado na razão, mas também se propõe a levar às últimas consequências o próprio projeto kantiano, que, conforme buscamos demonstrar, acaba por desenvolver seus próprios critérios para a superação da moral. Nesse sentido, a crítica nietzschiana à moralidade kantiana, embora derivada de um engajamento com o pensamento de Kant, busca ir além dele, propondo uma visão do indivíduo como criador de novos valores. Isso implica, portanto, uma transformação no entendimento da liberdade humana: de uma liberdade prática, baseada na razão moral, para uma liberdade criativa, onde o indivíduo é capaz de forjar sua própria existência e sentido, livre das amarras de normatividade. A liberdade criativa nietzschiana é entendida como a interação com o próprio mundo, possibilitada pela liberação, e não por uma liberdade positiva nos moldes da escolha racional kantiana.

Em Kant, o homem livre é a realização da razão. Ele expressa o trabalho do filósofo na construção de sua teoria prática, evidenciando como o dever racional está incutido nos pilares de uma ação livre. Na liberdade como pressuposto racional e no reconhecimento da lei moral como dever, o homem livre passa a ordenar suas ações, reconhecendo que, muitas vezes, essas ações serão influenciadas pelas inclinações sensíveis e precisarão ser elevadas a uma consciência racional – a própria consciência moral. O indivíduo soberano, por sua vez, está associado a uma ideia de liberdade criativa, não como concebemos a liberdade em Kant – na relação dualista entre razão e instinto –, mas como a expressão da natureza agindo em sua mais íntima originalidade, na compreensão de como podemos explicar o mundo a partir do entendimento da fisiologia do corpo dos seres vivos. Ele representa um tipo na filosofia nietzschiana que permite compreender a própria estrutura crítica do filósofo, uma vez que expressa o processo de assimilação e também de transposição da moralidade.

É nesse tipo apresentado por Nietzsche que identificamos, em sua filosofia, o delineamento de uma evolução crítica que permite, em seguida, compreender o próprio movimento de sua postura em relação à moral. O indivíduo soberano, nessa perspectiva, é concebido como portador de atributos cujos significados variam conforme o papel que desempenha: ora como indivíduo imerso na moral - dotado de consciência moral - ora como sujeito capaz de exercer domínio – dotado de uma autonomia pautada nos instintos. Assim, em Nietzsche, a crítica à moral não exclui a possibilidade de pensar uma moral saudável, voltada à

afirmação da vida. É justamente nesse movimento que se abre a possibilidade de uma leitura alternativa da perspectiva de Nietzsche em relação à moralidade: a oportunidade de transpor os valores tradicionais e afirmar novos. Para que isso ocorra, no entanto, é necessário que se realize a autossupressão da moral, aspecto que evidenciamos na capacidade de transformação do indivíduo soberano, marcada por dois momentos distintos no interior da filosofia nietzschiana. Assim, a autossupressão da moral deve ser compreendida, antes de tudo, como um processo descritivo, que revela o esgotamento da moral tradicional e a abertura para novas possibilidades de vida. A filosofia nietzschiana, ao diagnosticar esse movimento, não propõe normas, mas interpreta transformações e, com isso, nos permite reconhecer figuras como o indivíduo soberano.

Adotamos a postura de cautela recomendada por Brian Leiter e buscamos demonstrar que não temos a intenção de interpretar a filosofia nietzschiana como a construção de uma liberdade positiva. Reconhecemos que, em Nietzsche, não há uma concepção de ação restrita à escolha consciente, como se observa na filosofia kantiana. Para Nietzsche, a natureza humana é interpretada em toda a sua complexidade e qualquer tentativa de reduzi-la a um dualismo entre razão e instinto incorre em uma leitura distorcida de sua proposta filosófica.

Desse modo, é nas interpretações naturalistas de Leiter e Stegmaier que buscamos evidenciar que, na filosofia de Nietzsche, a consciência e a liberdade não se constituem a partir de uma racionalidade autônoma, mas são expressões de processos corporais, instintivos e historicamente situados. A contribuição de Stegmaier é enfatizada ao destacar a relação intrínseca entre corpo e razão, demonstrando como a consciência emerge da experiência corpórea. Essa leitura permite compreender a liberdade nietzschiana não como ausência de restrições, mas como uma potência afirmativa que se exerce no interior das condições vitais do corpo. Por sua vez, a abordagem de Leiter é incorporada ao reafirmar que, em Nietzsche, a liberdade não decorre de uma escolha consciente ou de um esforço deliberativo do indivíduo, mas é fruto de um instinto dominante, constituído por disposições fisiológicas e psicológicas que escapam à consciência. Assim, é possível demonstrar que em Nietzsche a razão está imersa no próprio jogo dos instintos — como expressão da natureza em ação — e é nesse jogo que as forças se manifestam como impulsos vitais, na forma de vontade de poder.

O trabalho teve, assim, o propósito de demonstrar que, mesmo na divergência, as filosofias de Kant e Nietzsche compartilham, em seu diálogo com a moral, aspectos argumentativos próximos, especificamente ao delinearem as características que compõem o conceito de homem livre e de indivíduo soberano. Essa proximidade se manifesta no processo contínuo que, em Kant, conduz o homem livre a romper com sua natureza sensível para

reconhecer, como ser racional, os critérios de validação da lei moral; e, de forma diversa, em Nietzsche, no indivíduo soberano, que, embora imerso na moralidade, passa a exercer domínio sobre si mesmo e a estabelecer novos critérios de valoração.

Assim, independentemente de a moralidade ser diametralmente diversa nas obras de Kant e Nietzsche, ambos a utilizam em um debate necessário para a estruturação desses conceitos em suas filosofias. Do mesmo modo como os comentadores recepcionam a leitura de Nietzsche como o traço do desenvolvimento de sua filosofia, entendemos que a moralidade está presente tanto para elucidar os critérios de realização de uma autonomia – não consciente – e superação racional quanto para a liberação pela manifestação de impulsos em conflito. A crítica de Nietzsche aos costumes e à universalidade permite elucidar, em um único conceito, como os valores não podem ser preceitos fixos, por um lado, e como não podem ser suprimidos como manifestações da própria natureza, por outro.

A partir das figuras de homem livre e indivíduo soberano, instigamos a crítica de Nietzsche a Kant e, simultaneamente, diagnosticamos que, na inversão do tradicionalmente estabelecido, ou, como apresenta Fernando Costa Mattos e Antônio Marques, no deslocamento de perspectivas, o indivíduo soberano cumpre um processo semelhante ao que Kant desenvolve para definir o homem livre, ou seja, aquele que depende de uma condição pré-existente para uma postura diversa. Essa interpretação visa demonstrar como o indivíduo se manifesta a partir do jogo entre impulsos, que, como apresentamos no quarto capítulo, é a expressão da vontade de poder que move os seres vivos em uma luta perene.

Portanto, a argumentação desenvolvida ao longo do trabalho, ao apresentar uma estrutura discursiva paralela na formulação dos conceitos de homem livre e de indivíduo soberano, evidencia um ponto de inflexão fundamental nas posturas de Kant e Nietzsche diante da moralidade. Ambos os filósofos abordam a moral em contextos de transformação, a partir dos quais propõem interpretações divergentes frente às tradições filosóficas. Essa abordagem não resulta de um sistema conclusivo, mas de um processo filosófico contínuo e inacabado, cujas marcas se refletem nas figuras que erguem. O homem livre kantiano representa a superação do dualismo entre sensibilidade e razão, por meio da autonomia prática que confere unidade à ação moral; já o indivíduo soberano nietzschiano simboliza a inexistência desse mesmo dualismo, ao integrar corpo, instinto e pensamento numa única expressão afirmativa da vida. Assim, essas figuras não apenas representam os principais aspectos da construção crítica dos filósofos, mas também configuram respostas distintas a um mesmo problema, ou seja, como pensar a liberdade no interior ou para além da moralidade.

REFERÊNCIAS

Obras de Immanuel Kant

KANT, Immanuel. **Começo conjectural da história humana**/ Immanuel Kant; tradução de Edmilson Menezes. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

____. **Crítica da Faculdade do Juízo**/ Immanuel Kant; Tradução de Valerio Rohden e Antônio Marques. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

____. **Crítica da Razão Prática**/ Immanuel Kant. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

____. **Crítica da Razão Pura**/ Immanuel Kant; Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão; Introdução e Notas de Alexandre Fradique Morujão. 6ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2008.

____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**/ Immanuel Kant; tradução nova com introdução e notas por Guido Antônio de Almeida. – São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009. – (Coleção filosofia).

____. **A metafísica dos Costumes**/ Immanuel Kant/ tradução, textos adicionais e notas Edson Bini/ Bauru, SP: Edipro, 2º ed. ver., 2008 (Série Clássicos Edipro).

____. **Lições de Ética**/ Immanuel Kant; traduzido por Bruno Leonardo Cunha, Charles Feldhaus; apresentado por Bruno Leonardo Cunha, Charles Feldhaus. – São Paulo: Editora Unesp, 2018.

____. **Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento? (Aufklärung)**. In: Immanuel Kant – Textos Seletos. Edição Bilingue. Tradução do original alemão por: Raimundo Vier (os prefácios à Crítica da Razão Pura); Floriano de Souza Fernandes (os demais textos); Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. 2ª Edição. Vozes. Petrópolis: 1985.

____. **Resposta à Pergunta: O que é Esclarecimento?** Traduzido por Saulo de Freitas Araujo. Estudos Kantianos, Marília, v. 8, n. 2, p. 179-189, Jul./Dez., 2020

Obras de Friedrich Nietzsche

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**/ Friedrich Wilhelm Nietzsche; tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

____. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**/ tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

____. **Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais**/ Friedrich Wilhelm Nietzsche; tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

____. **A gaia ciência**/ Friedrich Wilhelm Nietzsche; tradução Paulo César de Souza. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

____. **Genealogia da moral: um escrito polêmico**/ Friedrich Wilhelm Nietzsche; tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

____. **Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres**/ Friedrich Wilhelm Nietzsche; tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Obras de Comentadores.

ALMEIDA, Guido Antonio de. **Liberdade e Moralidade Segundo Kant**. Analytica. Volume 2. Número 1. Rio de Janeiro:1997.

ALLISON, Henry E. Allison. **Kant's theory of freedom**. Cambridge University Press, 2003.

AZEREDO, Vânia Dutra de. **Nietzsche e a dissolução da moral**/ Vânia Dutra de Azeredo. 2ª. ed. – São Paulo: Discurso Editorial: Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2003.

BAPTISTA, Marlon Tomazella. **O que significa ser livre e responsável? O *Indivíduo soberano* como ideal moral de Nietzsche.** Estudos Nietzsche, Espírito Santo, v. 6, n. 1, p. 42-65, jan./jun. 2015.

DALLA VECCHIA, Ricardo Bazilio. **A Filosofia da Filosofia de Nietzsche: uma releitura de F. Kaulbach.** Sofia [versão eletrônica]. Vitória (ES), vol. 3, n. 2. Julho/Dezembro 2014.

DIAS, Rosa Maria. **Nietzsche, vida como obra de arte/** Rosa Dias. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Coleção contemporânea: Filosofia, literatura e artes).

DWORKIN, Ronald. **A raposa e o porco-espinho: justiça e valor/** Ronald Dworkin; Tradução Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FIGUEIREDO, Vinicius de. **Kant & a crítica da razão pura/** Vinicius de Figueiredo. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010. (Passo-a-passo;54).

____. **Seria Nietzsche um kantiano?.** Cadernos de Filosofia Alemã. v. 20; n. 1. pp. 51-72. jan.-jun. 2015.

GEMES, Ken; JANAWAY, Christopher. **Nietzsche on Free Will, Autonomy and the Sovereign Individual.** Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes, Vol. 80 (2006), pp.321-357.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. **Nietzsche como Psicólogo/** Oswaldo Giacoia Junior. 3ª Reimpressão. Editora Unisinos. Coleção Focus, 2006.

____. **Nietzsche: o humano como memória e como promessa/** Oswaldo Giacoia Junior. 2.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

____. **Nietzsche x Kant: uma disputa permanente a respeito da liberdade, autonomia e dever/** Oswaldo Giacoia Junior – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, São Paulo: Casa do Saber, 2012.

GUYER, Paul. **Kant**/ Paul Guyer (Org.). Editora Ideias & Letras; 2ª edição. São Paulo: 2009.

JENKINS, Scott. **Morality, Agency, and Freedom in Nietzsche's "Genealogy of Morals"**. History of Philosophy Quarterly, Vol. 20, No. 1 (Jan., 2003), pp. 61-80.

KLEIN, J. T. **A Resposta Kantiana à Pergunta: Que é Esclarecimento?** ethic@ Florianópolis v. 8, n. 2 p. 211 - 227 Dez 2009.

KORSGAARD, Christine. **Realismo e Construtivismo na Filosofia Moral do Século XX**. In: A filosofia prática de Kant: ensaios [recurso eletrônico]/ organizadores Carlos Ferraz ...[et al.] – Pelotas: NEPFIL online, 2014.

KRASSUSKI, Jair Antônio. **Crítica da religião e sistema em Kant: um modelo de reconstrução do cristianismo**/ Jair Antônio Krassuski. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. 278 P. – (Coleção Filosofia, 189).

LEITER, Brian. **Quem é o ‘indivíduo soberano’? Nietzsche sobre a liberdade**. Estudos Nietzsche, Espírito Santo, v.10, n.1, p. 69-90, jan./jun. 2019.

LIMA, MÁRCIO JOSÉ SILVEIRA. **Funções Regulativas em Kant e Nietzsche**. kriterion, Belo Horizonte, nº 128, Dez./2013, p. 367-382.

LOPES, Rogério Antônio. **Elementos de retórica na obra de Nietzsche**/Rogério Antônio Lopes. - 1999.

MARQUES, António. **A filosofia perspectivista de Nietzsche**/ António Marques. – São Paulo: Discurso Editorial: Itajuí: Editora UNIJUÍ, 2003.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche: a transvaloração dos valores**/ Scarlett Marton. – 2. ed. – São Paulo: Moderna, 2006. – (Coleção logos).

____. **Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos.** São Paulo: editora brasiliense, 1990.

____. **Nietzsche e a arte de decifra enigmas – Treze conferências europeias/** Scarlett Marton. – 1.ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014. – (Coleção Sendas e Veredas).

MATTOS, Fernando Costa. **Nietzsche, perspectivismo e democracia: um espírito livre em guerra contra o dogmatismo/** Fernando Costa Mattos. – São Paulo: Saraiva, 2013.

MENEZES, Edmilson. **Kant: Esclarecimento e Educação Moral.** Cadernos de Filosofia Alemã. v. 19; n. 1. pp. 117-147. jan.-jun. 2014.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem.** 1ª edição. Vozes Nobilis. São Paulo: 2019.

MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. **Nietzsche: sua Filosofia dos Antagonismos e os Antagonismos de sua Filosofia/** Wolfgang Müller-Lauter; tradução de Clademir Araldi. – São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

NIEMEYER. Christian. **Diccionario Nietzsche: Conceptos, obras, influencias y lugares.** Biblioteca Nueva. 2012.

OLIVEIRA, Jelson. **A solidão como virtude moral em Nietzsche/** Jelson Oliveira. – Curitiba: Champagnat, 2010. 200p.; 21 cm. (Coleção pensamento contemporâneo; 5).

ONOFRI, Wilson Luciano. **O conflito entre determinismo e liberdade a partir do problema da consciência no pensamento de Nietzsche: do naturalismo ao expressivismo.** Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2024.

PIETROPAOLI, Matteo. **O *noblesse oblige* do indivíduo soberano. Sobre a Genealogia da moral de Nietzsche.** *Cad. Nietzsche, Guarulhos/Porto Seguro*, v.44, n.1, p. 41-60, janeiro/abril, 2023

PASCHOAL, Antonio Edilson. **Liberdades e responsabilidades em Nietzsche.** *Ethic@*, Florianópolis, v. 22, n. 2, 472-488. Out. 2023.

____. **Nietzsche e a auto-superação da moral**/ Antonio Edmilson Paschoal. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. – 200 p. – (Coleção Nietzsche em perspectiva).

____. **Nietzsche e o ressentimento**/ Antonio Edmilson Paschoal. – São Paulo: Humanitas, 2014.

____. **O procedimento genealógico de Nietzsche**. Revista Diálogo Educacional - v. 1 - n.2 - p.1-170 - jul./dez. 2000.

PIMENTA, Pedro Paulo Garrido. **Reflexão e moral na filosofia de Kant**. Rio de Janeiro: Azouge Editorial, 2004.

ROHDEN, Valério. **Interesse da razão e liberdade**/ Valério Rohden. – São Paulo: Ática, 1981.

SILVEIRA, Luciano Duarte da. **Gênese e estatuto do “Factum da razão”: Kant e o problema da justificação da lei moral na “Analítica da razão prática pura”** / Luciano Duarte da Silveira; Orientador: Carlos Adriano Ferraz. – Pelotas, 2011.

SOUZA, Hélio José dos Santos. **O problema da motivação moral em Kant** / Hélio José dos Santos e Souza. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

STELLINO, Paolo. **Nietzsche and Dostoevsky: On the Verge of Nihilism**. Lisbon Philosophical Studies: of language in interdisciplinary fields. Peter Lang AG, International Academic Publishers, Bern 2015.

STEGMAIER, Werner. **As linhas fundamentais do pensamento de Nietzsche: coletânea de artigos: 1985-2009**/ Werner Stegmaier; organização de Jorge Luiz Viesenteiner e André Luís Muniz Garcia. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TONGEREN, Paul van. **A filosofia de Nietzsche e a tradição da ética das virtudes**. Estudos Nietzsche, Espírito Santo, v. 12, n. 2, p. 13-31, jul./dez. 2021.

____. **A moral da crítica de Nietzsche à moral: estudo sobre Para além de bem e mal/** Paul van Tongeren; tradução de Jorge Luiz Viesenteiner; apresentação de Oswaldo Giacoia Jr. – Curitiba: Champagnat, 2012.

WOTLING, Patrick. **Vocabulário de Nietzsche/** Patrick Wotling; tradução Claudia Berliner. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção Vocabulário dos filósofos).